



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O PAPEL DE MEDIAÇÃO DO TELEJORNAL:
A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
SOB A ÓTICA DO JORNAL NACIONAL**

JOÃO PAULO SACONI

Rio de Janeiro – RJ

2018

João Paulo Saconi

O PAPEL DE MEDIAÇÃO DO TELEJORNAL:
A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
SOB A ÓTICA DO JORNAL NACIONAL

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Becker

Rio de Janeiro – RJ

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

SACONI, João Paulo

O papel de mediação do telejornal: a intervenção federal no Rio de Janeiro sob a ótica do Jornal Nacional. Rio de Janeiro, 2018. 90 p.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Beatriz Becker

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “**O papel de mediação do telejornal: a intervenção federal no Rio de Janeiro sob a ótica do Jornal Nacional**”, elaborada por João Paulo Saconi.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Beatriz Becker
Doutora em Comunicação Social pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Muniz Sodré
Doutor em Letras (Ciências da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof^ª. Fernanda da Escóssia
Mestra em Comunicação Social pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – Ibmec/RJ

Rio de Janeiro – RJ

2018

A todos aqueles que encontraram no Rio o lugar em que melhor se encaixaram no mundo. Ainda que essa cidade seja, por vezes, um mundo difícil de resolver. Ainda que a cidade-maravilha faça a vida doer.

AGRADECIMENTOS

Casa. Ca.sa. *sf.* Local em que o nosso coração pode descansar tranquilo após um dia atribulado longe das paredes — decoradas com tanto de nós — que garantem uma sensação de segurança não encontrada facilmente em outros lugares. Pode ter um andar, dois ou três. Até um terraço, na melhor das hipóteses. Talvez seja só nossa ou, quem sabe, alguém espere pela gente. Pode ser próxima ao mar e até apoiada em um morro. Pode ser o morro. Ou uma cidade com morros.

Sou grato a todos aqueles que me ajudaram a fazer com que o Rio de Janeiro fosse exatamente a minha casa nos últimos quatro anos. Saí de Itu, no interior de São Paulo, temendo me sentir para sempre um forasteiro. Fui surpreendido ao me descobrir em um território fértil para os afetos, os quais cultivei com afinco por onde passei. O caminho floresceu conforme as pessoas foram chegando. Não só aquelas carinhosamente mencionadas a seguir, mas também as quais os nomes porventura não perguntei, mas que, de alguma maneira, podem ter feito a diferença no meu cotidiano carioca.

Por me permitir a cidade grande aos 18 anos recém-completos e por ter confiado na minha capacidade de sobreviver longe do ninho, agradeço a minha mãe, Roseli Saconi. Também por ter provido todos os recursos necessários para que eu me pudesse me formar como ser humano, antes de sequer pensar em ser um jornalista. Por ter sobrevivido à saudade e aprendido a lidar com ela. Por ter entregue à vida o próprio filho.

Pela grandiosidade do ensino superior público gratuito que acolheu a mim e a tantos estudantes incrivelmente talentosos que tive a chance de conhecer em sala de aula, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por me ajudarem a entender qual jornalista eu gostaria de ser e também qual eu detestaria acabar me tornando, agradeço às professoras Gláucia Neves, Leonor Werneck, Leila Salim Leal, Suzy Santos, Janaine Aires, Marialva Barbosa, Gabriela Nora, Fernanda da Escossia, Beatriz Becker e Raquel Paiva, mulheres das mais brilhantes da Comunicação Social. Por serem representantes femininas da docência no que entendo como seu papel fundamental: o de ouvir e fazer ecoar as vozes dos estudantes.

Por me acolher em meu primeiro período, proporcionar meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica e ajudar a enxergar a Comunicação de maneira crítica, agradeço ao Grupo de Pesquisa em Economia Política da Comunicação e Informação (PEIC). A mesma gratidão expresso pelo Grupo de Pesquisa Mídia, Audiovisual e Educação (MJAE), representado pela professora Beatriz Becker, gentilmente orientadora deste trabalho. Obrigada.

Por me escolher como seu braço direito na organização da maior realização acadêmica em que pude atuar, agradeço à professora Chalini Torquato Barros. A Semana da Diversidade da UFRJ, que promovemos em novembro de 2017, é uma empreitada que eu encararia outras incontáveis vezes.

Por serem as minhas primeiras grandes amizades seladas no Rio de Janeiro, sob o olhar do mundo inteiro que assim como nós costuma caber em Copacabana, agradeço a Bruno Marques e Clara Wardi, por serem abrigo e representarem figuras familiares para um João há tanto longe de casa. Por terem acompanhado esses laços de afeto e ganhado importância a partir deles, agradeço também a Emerson Gonçalves, Matheus Soares, Ronan Lopes, Genilson Estácio, Rosângela Marques, Gabriela Verissimo, Leonardo Albagli Leitão e Jussara Valladares.

Por terem dividido comigo o apartamento mais elegante da Urca e uma grande parceria, agradeço a Caroline Soares e Leonardo Botelho. Sempre estarei aqui por vocês. Por terem trazido leveza e personalidade aos dias universitários, agradeço a Teresa Rodrigues, Pê Sobrinho e João Gabriel Barreto. E, junto deles, agradeço a Luan Souza, Louise Cyrillo e Helena Marques, pelos mesmos motivos.

Por me cercarem de amizade mesmo quando eu achei que já tinha feito amigos a perder de vista, agradeço ao grupo formado por Clara Wardi, Caroline Soares, Irene Niskier, Lucas Abreu, Manuella Teixeira, Ana Rosa Alves e Julia de Cunto. A esta última, a primeira pessoa que lembro de ter visto na universidade, um agradecimento especial pela paciência e parceria ao longo desta pesquisa. A dimensão da nossa amizade foi um grande achado entre tantas outras descobertas.

Por me permitirem sentir orgulho de dizer que fui chefiado por excelentes comunicadoras, agradeço às Simone e Alice Fernandes, mãe e filha, pela possibilidade de trabalhar para o Sambarazzo, projeto que me fez conhecer a fundo o lugar mais mágico da cidade, o Sambódromo, e do qual não me imagino deixando de fazer parte um dia. Às assessoras Maria do Socorro Branco, Sofia Brito Gonçalves e Carmen Varela, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, por terem garantido que eu pudesse crescer durante o tempo em que estagiei no Núcleo de Comunicação Social. Pelo mesmo motivo, à Mariana Mello e Aline Coelho, e pela acolhida, pelo carinho e pela cumplicidade em meio a um dos trabalhos mais satisfatórios com que já tive contato. À Maria Adacilda Pereira (ou Dona Alda) e Adriana Moreira, pelos cuidados quase maternos no período em que estive na unidade administrativa da Avenida Almirante Barroso. Obrigado.

Por terem apostado em mim para ocupar a minha primeira vaga em uma redação tradicional, agradeço a Gustavo Villela e Matilde Silveira, responsáveis pelo programa de estágio dos jornais O Globo e Extra em dezembro de 2017. Ao companheiro Paulo Marqueiro por ter me incluído na cobertura da folia na Sapucaí. À Ciça Guedes, por me permitir ouvir e “contar algo que não sei” com liberdade e responsabilidade na página dois do Globo. E a todos os laços construídos entre colunas e tijolinhos com Gabriel Martins, Diego Amorim, Kátia Gonçalves, Sérgio Garcia, Luísa Valle, Daniela de Paula, Igor Ricardo, Caio Barretto Briso, Renan Rodrigues, Pedro Willmersdorf, Evelin Azevedo, Annelize Demani, Marcella Ramos, Bárbara Nóbrega, Gisele Barros, Luciano Ferreira, Luana Santiago, Luana Souza, Felipe Grinberg, Madson Santos, Matheus Maciel e Paulo Henrique Assad. Obrigado.

Por dividirem comigo nos bares cariocas as vivências da editoria Rio da TV Globo e por serem amigas que pretendo preservar mesmo que as redações nos separem, agradeço a Amanda Prado e Guilherme Schiavinato. À Amanda, em especial, agradeço também por me inspirar (e me enxergar) com o seu olhar sensível, que certamente influenciou este e outros trabalhos meus.

Por me acompanharem à distância e ainda assim com os corações sempre tão perto, agradeço a Gabrielle Almeida, Gabriel Prestes, Isabela Pionti e Bruno Mendonça, minhas amigas que nasceram em território paulista e nunca encontraram fronteiras para continuarem existindo. À Larissa Vespasiano e Tatiana Costa, por fazerem parecer que o Rio e Richmond, capital da Virgínia nos Estados Unidos, são quase o mesmo lugar. E a Igor Cavalcanti Oliveira, por ter sido o primeiro a me sugerir estudar jornalismo, ser um repórter folião e buscar novos horizontes no exterior, sonhos que realizei ao longo deste curso. Obrigado.

Por acreditar e admirar mesmo sem conhecer ainda a totalidade deste trabalho, somente por ser fruto de um grande esforço meu, agradeço a Odin Matos Rodrigues, fortaleza de amparo e fonte de perseverança nos meses de pesquisa e escrita. Coragem é o nosso nome quando estamos escritos lado a lado. Obrigado.

Por último e talvez ocupando o lugar de maior importância neste lide inserido no pé dos meus agradecimentos: por dividirem comigo suas vivências e permitirem que eu pudesse amplificar as suas vozes através de minhas publicações, agradeço a todos que me concederam entrevistas e confiaram em mim para reescrever, interpretar e publicar as histórias que viveram. Não haveria comunicação partindo de mim não fossem essas gentilezas. Agradeço por me permitirem.

SACONI, João Paulo. **O papel de mediação do telejornal: a intervenção federal no Rio de Janeiro sob a ótica do Jornal Nacional**. Orientadora: Beatriz Becker. Rio de Janeiro, 2018. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 90 p.

RESUMO

Segundo pesquisa da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM), a TV e os noticiários televisivos ainda são as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira na atualidade. O principal objetivo deste trabalho é compreender como o telejornalismo exerce suas mediações em coberturas televisivas sobre a temática da segurança pública no estado fluminense, focalizando a intervenção federal no Rio de Janeiro decretada pelo presidente Michel Temer em 16 de fevereiro de 2018. A pesquisa é constituída por três fases complementares: estudo sobre as características discursivas e de linguagem dos telejornais; um olhar histórico sobre os modos como Rio de Janeiro foi projetado e construído como Cidade Maravilhosa e uma leitura crítica de 26 edições do “JN” veiculadas no primeiro mês da federalização das forças de segurança estaduais sob poder decisório das Forças Armadas, amparada na metodologia da Análise Televisual (AT) proposta por Becker (2012). Foram observadas cerca de quatro horas de conteúdo veiculado pelo “JN”. Os resultados do estudo dessas narrativas audiovisuais noticiosas foram articulados à uma reflexão crítica sobre a construção da imagem do Rio como paraíso tropical, as distintas crises econômicas que o estado tem enfrentado e o esmaecimento da autoestima de sua população.

Palavras-chave: Telejornalismo. Jornal Nacional. Rio de Janeiro. Intervenção federal.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Rio de Janeiro: Cidade Maravilhosa entre o mito e o real	6
2.1. E Deus fez a maravilha: a construção do “Éden de Janeiro”	7
2.2. O medo de perder: a cidade que nasceu da disputa pelo controle do território	10
2.3. O Rio cresce em relevância: bem-vindos à capital do Brasil	14
2.4. As remoções na “Paris de Janeiro”: aprofundamento da desigualdade social	16
2.5. Preços a pagar: o Rio de Janeiro na vitrine das grandes cidades globais	22
2.6. População refém: narrativas do medo no Rio de Janeiro	29
3. Precisamos continuar falando sobre televisão e telejornalismo	32
3.1 Telejornalismo: a notícia bate à porta dos domicílios brasileiros	35
3.2. Jornal Nacional: configurações de um líder em audiência	38
3.3. O Rio de Janeiro nos estudos sobre telejornalismo	41
4. Análise Televisual: Metodologia e análise quantitativa	45
4.1. Descrição ou contextualização	47
4.2. Análise quantitativa	50
4.2.1. Estrutura Narrativa	50
4.2.2. Temática	52
4.2.3. Enunciadores	54
4.2.4. Visualidade, som e edição	58
5. Análise Televisual: Análise qualitativa e interpretação do resultado.....	67
5.1. Fragmentação.....	68
5.2. Dramatização	81
5.3. Identidades e valores	72
5.4. Interpretação dos resultados	77
Considerações finais	81
Referências bibliográficas.....	85

1. Introdução

O Brasil vivenciou um severo quadro de desabastecimento, dos mais variados itens de consumo, causado pela paralisação de caminhoneiros no fim de maio de 2018. Os grevistas bloquearam rodovias em todo o país, por mais de dez dias, como forma de protesto contra a política de preços dos combustíveis adotada pela Petrobras, tendo como principal reivindicação a diminuição do custo elevado do óleo diesel, combustível que abastece os motores de seus veículos de trabalho. Desde 3 de julho de 2017, a área técnica da estatal tem delegação para reajustar o preço dos combustíveis nas refinarias a qualquer momento, inclusive diariamente. A justificativa da petroleira era de que a política de preços anterior não era suficiente para acompanhar a crescente volatilidade da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados. Sendo assim, foi recomendada uma maior frequência nos ajustes.¹

Outra pauta levada às discussões pelos grevistas foi o preço do frete pago pelos contratantes do serviço de transporte de cargas. Entre as ideias apresentadas por lideranças dos caminhoneiros, em 13 de junho², à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), estavam a cobrança do frete de retorno (espécie de compensação paga na volta de um caminhão que foi entregar uma carga) com valor mínimo e a inclusão nos cálculos dos custos com diesel e desgaste dos pneus.

Como 66% de toda a mercadoria do país é transportada por meio do transporte rodoviário³, não demorou muito para que um cenário caótico fosse desenhado. Os dias de interrupção do transporte de cargas causou prejuízos bilionários para a economia⁴ — como o impedimento de entregas de produtos dos setores agropecuário e industrial, que levaram ao desperdício de toneladas de alimentos, e o desabastecimento total dos postos de combustível com reflexos no crescimento do país, conforme indicou Eduardo Guardia, ministro da Fazenda. Ele projetou que os dias de paralisação resultaram em um impacto de R\$ 15 bilhões nas contas do ano de 2018, o que representa 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação⁵.

¹ Revisão da política de preços de diesel e gasolina. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/revisao-da-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acessado em 21 jun. 2018.

² Caminhoneiros entregam proposta para preço mínimo do frete. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/caminhoneiros-entregam-proposta-para-preco-minimo-do-frete-22776005>>. Acessado em 21 jun. 2018

³ Entenda como o Brasil ficou dependente dos caminhões. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-como-brasil-ficou-dependente-dos-caminhoes-22721989#ixzz5J4bXrwzi>>. Acessado em 18 jun. 2018.

⁴ Da agricultura à aviação, todos os segmentos contabilizam prejuízos com greve dos caminhoneiros. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/da-agricultura-aviacao-todos-os-segmentos-contabilizam-prejuizos-com-greve-dos-caminhoneiros-22730910>>. Acessado em 18 jun. 2018.

⁵ Fazenda estima impacto de 0,2% no PIB por greve dos caminhoneiros. O Globo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/fazenda-estima-impacto-de-02-no-pib-por-greve-dos-caminhoneiros-22772317>>. Acessado em 21 jun. 2018.

Somado a isso, pode-se dizer que o país também esteve fragilizado enquanto unidade social, uma vez que a mobilização dos responsáveis pelos fretes de cargas dividiu opiniões da população que, há algum tempo, parece desconhecer o consenso e, por meio das redes sociais, cada vez mais dialoga tendo como instrumento de comunicação discursos polarizados e com significativo tom de radicalismo.

As reivindicações dos caminhoneiros em estado de greve por melhores condições de trabalho e por uma atualização dos valores dos serviços por eles prestados, bem como clamores por intervenção militar no governo, ecoavam no noticiário da imprensa⁶. Embora esta não fosse a motivação de tamanho esforço da classe grevista, alguns caminhoneiros, cooperativados ou autônomos, e grupos independentes que não tinham, necessariamente, ligação com os atores principais do movimento, valeram-se da enorme mobilização e do apoio popular à paralisação para introjetar na agenda a mídia desejos de uma retomada do controle do Estado por parte das Forças Armadas.

Mas o que o episódio envolvendo os caminhoneiros tem a ver com a intervenção federal no Rio de Janeiro, objeto de estudo desta pesquisa? A relação entre os dois acontecimentos reside em uma das principais questões que permeia as ideias de uma parcela considerável de pessoas quando elas assistem ao desenrolar de uma crise em escala nacional ou regional, como foram, respectivamente, os casos do imbróglia das cargas e o da falta de segurança no estado fluminense: a alternativa drástica de convocação das Forças Armadas, sob o protagonismo do Exército Brasileiro, para exercerem, literalmente, o papel de “salvadora da pátria”. Trata-se de uma visão idealizada que coloca a instituição na incumbência de retomar a moralidade e os bons costumes da sociedade, trazendo de volta a imaginada sensação de segurança e de reunificação da unidade nacional. Foi a partir de uma articulação de clamores análogos a estes, articulados aos interesses políticos dos militares, que o Regime Militar de 1964 foi instalado, conforme identificou o general da reserva Augusto Heleno em entrevista concedida à Folha de São Paulo durante a crise do desabastecimento: “É um sentimento que vai crescendo na população, que enxerga nos militares a solução para o problema nacional”, disse o militar⁷.

No auge da crise decorrente da paralisação dos caminhoneiros, pelo menos um terço da população brasileira chegou a manifestar o desejo de que os militares assumissem o poder,

⁶ Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar”. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html>. Acessado em 21 jun. 2018.

⁷ Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/clamor-por-intervencao-militar-e-semelhante-ao-de-1964-diz-general-da-reserva.shtml>>. Acessado em 18 jun. 2018.

conforme revelou uma pesquisa telefônica feita pelo Governo Federal e noticiada pela colunista Mônica Bergamo, do jornal Folha de São Paulo⁸. A parcela restante da população acreditava que a saída eram eleições diretas naquele exato momento, a cinco meses do pleito eleitoral marcado para o mês de outubro. No caso da intervenção federal no Rio, que foi entregue pelo presidente Michel Temer ao poder decisório das Forças Armadas, 52% dos cidadãos se mostraram otimistas ao afirmarem que acreditavam que o cenário de insegurança melhoraria até o final do ano de 2018⁹, quando expira a validade do decreto assinado pelo chefe do executivo em 16 de fevereiro do mesmo ano (BRASIL, 2018). Ainda que tenham respondido que não viram melhorias na dinâmica da vida urbana após o primeiro mês de intervenção, a crença dos entrevistados que a federalização da segurança pública lograria êxito a longo prazo foi expressiva nos resultados da pesquisa¹⁰.

Não é uma simples coincidência que os militares enquanto interventores sejam apontados como uma alternativa possível e, para alguns, necessária diante de tais situações. Trata-se de uma repetição de uma solução já experienciada pelo país ao longo de mais de duas décadas, marcadas pela censura e por atos de repressão violentos aos grupos que adotaram uma postura contra-hegemônica ao Regime. Guardadas as devidas proporções e considerados os limites democráticos estabelecidos pela Constituição Federal promulgada em 1968, a ideia de uma intervenção militar, mesmo que temporária, segue permeando o imaginário dos brasileiros quando eles se deparam com situações que transitam entre uma ameaça do comunismo, a falta de abastecimento decorrente de uma greve e a crise do aparelho de segurança em uma localidade. Não é difícil inferir, portanto, que posições assumidas pelos diversos atores da sociedade contribuam para uma compreensão do poder idealizado das Forças Armadas, como salvação provável para os problemas sociais, econômicas e políticas e de maneira recorrente.

Neste contexto, a mídia desponta como um ator social relevante, inclusive, para esta pesquisa, inserida no campo da Comunicação Social e, mais especificamente, nos estudos sobre Telejornalismo. A televisão e os telejornais ainda exercem expressiva centralidade no ambiente midiático e na vida social dos brasileiros. Por isso, é importante que os estudiosos da Comunicação, tanto quanto de outras áreas do conhecimento, voltem os seus olhares para a TV e reflitam sobre os modos que esta pode impactar na opinião pública, por meio de sua

⁸ Pesquisa do governo mostra que 2/3 da população querem militares ou Diretas-Já. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/06/pesquisa-do-governo-mostra-que-23-da-populacao-querem-militares-ou-diretas-ja.shtml>>. Acessado em 18 jun. 2018.

⁹ Maioria no Rio aprova intervenção federal mas não vê melhora na cidade. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/maioria-no-rio-aprova-intervencao-federal-mas-nao-ve-melhora-na-cidade.shtml>>. Acessado em 18 jun. 2018.

¹⁰ Idem.

mediação, como também será discutido adiante neste estudo. O papel de mediação do telejornal será analisado, por meio de estudo da cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro, observando as 26 edições do noticiário exibidas durante o primeiro mês desta ação militar. A análise está amparada na metodologia proposta por Becker (2012), aplicada por inúmeros pesquisadores no estudo de diferentes objetos de pesquisa, por permitir realizar uma leitura crítica das narrativas audiovisuais.

Antes de desvelar de que maneira as narrativas construíram a intervenção federal no telejornal de maior audiência do país, promovendo determinadas representações do Rio de Janeiro, o segundo capítulo apresenta um olhar histórico sobre a capital do estado fluminense, buscando contextualizar a reflexão proposta nesta pesquisa. Observa-se como o Rio de Janeiro, que abrigou a antiga capital do Brasil transita, contraditoriamente, entre o mítico e maravilhoso e o real nu e cru no desenvolvimento da cidade, desde a fundação em 1º de março de 1565 até hoje. Quais relações foram estabelecidas entre a população e o território? De que maneira o vínculo entre poder público e sociedade se deterioraram ao longo do tempo? Em quais momentos desta história a segurança pública foi posicionada no centro de qualquer debate que envolve a cidade até que a intervenção tenha aparecido, messianicamente, como a cartada final para sua salvação? Além deste resgate histórico, também é desenhada a relação entre mídia e medo que permeia as narrativas sobre o território fluminense, a partir de contribuições de obras de Córrea (2010), Matheus (2011) e Moretzsohn (2003).

Em seguida, ainda precedendo o desenvolvimento da Análise Televisual, o terceiro capítulo da pesquisa busca entender a relevância da mídia, e mais especificamente, dos telejornais de rede na construção de valores e percepções da vida social e do Rio de Janeiro. A forma como o Brasil vê e entende a capital fluminense se relaciona diretamente com o conteúdo que é transmitido pela televisão, meio de comunicação que ocupa posição de centralidade no país. Por essa razão, este segundo reflete sobre a importância de compreender o Rio de Janeiro, sob a ótica das narrativas audiovisuais noticiosas, sobretudo a partir da televisão e dos telejornais de rede e de que maneiras a cidade costuma ser representada pela mídia, com destaque para as narrativas do medo, relacionadas à desintegração da segurança nem sempre garantida pelo poder público. Amparado por estudos de jornalismo, de televisão e de telejornalismo, mais especificamente em obras de Alsina (2009), Becker (2012; 2016), Martín-Barbero (2014) e Vizeu (2008; 2012), este terceiro capítulo apresenta dados de audiência e um mapeamento de 739 artigos publicados entre 2015 e 2017 sobre os noticiários

televisivos, demonstrando a relevância da compreensão dos modos que os noticiários televisivos intervêm na construção da realidade cotidiana e do Rio de Janeiro.

No quarto e quinto capítulos, esta monografia apresenta uma Análise Televisual da cobertura do Jornal Nacional da intervenção federal, baseada no percurso metodológico proposto por Becker (2012) e procuramos entender de que maneira acontece a disputa de vozes nas narrativas audiovisuais noticiosas. As edições que formam o *corpus* foram coletadas durante o primeiro mês da intervenção federal no Rio de Janeiro (entre 16 de fevereiro e 17 de março). São analisados quantitativamente e qualitativamente nesta pesquisa os conteúdos audiovisuais noticiosos veiculados pelo “Jornal Nacional”, maior telejornal de rede do país, em 26 edições, totalizando 73 VTs sobre temas relacionados ao estado e à capital fluminense. Neste quarto capítulo é justificada a escolha do objeto do estudo desta pesquisa e a delimitação do *corpus*, bem como é explicitada a metodologia utilizada para esmiuçar as narrativas audiovisuais noticiosas. Na primeira parte da análise televisual propriamente dita, que corresponde ao estudo quantitativo, são aplicadas as seguintes categorias: Estrutura Textual, Temática, Enunciadores, Imagem, Som e Edição. O quinto capítulo apresenta a segunda etapa da Análise Televisual, a análise qualitativa, por meio da aplicação dos três princípios de enunciação: Fragmentação, Dramatização e Identidade e Valores. Em seguida, é apresentada a interpretação dos resultados, que articula o que foi identificado, a partir da análise televisual, com outras questões trabalhadas nesta pesquisa.

Por fim, as considerações finais estabelecem um deslocamento da narrativa da terceira para a primeira pessoa, situando o olhar do autor do trabalho enquanto estudante de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos últimos quatro anos. Uma leitura crítica de acontecimentos relevantes para a cidade e o país entre 2014 a 2018 no Rio de Janeiro, permite compreender porque o Rio ficou sob a intervenção federal decretada pelo presidente Temer, um período marcado pela confluência de interesses políticos, megaeventos, pressão popular e episódios violentos com projeção nacional.

2. Rio de Janeiro: Cidade Maravilhosa entre o mito e o real

Baseado no artigo 84, inciso X, da Constituição Federal de 1988, o decreto presidencial de número 9.288, assinado em 16 de fevereiro de 2018 pelo presidente Michel Temer e publicado em edição extra do Diário Oficial da União, determinou uma intervenção federal no aparato de segurança pública do Rio de Janeiro (BRASIL, 2018). Vigente até o dia 31 de dezembro consequente, a medida foi tomada com o “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”. A contundente decisão, porém, é apenas um pequeno fragmento de uma complexa relação construída ao longo da história entre o então estado da Guanabara, com destaque majoritário para a sua capital e os ideais de urbanização e civilidade empreendidos pelas principais vozes de comando da administração pública naquele momento.

Desde o seu “descobrimento” em 1502, passando pela fundação em 1565, até a atualidade, a paisagem exuberante que forma os cartões-postais cariocas têm servido como pano de fundo para narrativas distintas e cíclicas. Esses enredos enveredam, sinuosamente, entre o mítico e o real; a exuberância e a ruína; a fartura e a miséria; o lucro incongruente e o desigual prejuízo. Nesta grande dicotomia, o Rio é uma gritante antítese. Cidade que guarda patrimônio exuberante da natureza, quando enxergada pelos olhos estrangeiros e “urbe-problema”, quando vista apenas sob a ótica do noticiário nacional. É atrativo indiscutível para quase tudo aquilo que vem lá de fora, seja pessoa ou seja capital, e causa desconforto e até repulsa em quem vive do lado de dentro.

A embaraçada confluência entre as tantas faces do Rio permeia não só a capital, reconhecida globalmente, como toda a região metropolitana. Falar do Rio de Janeiro em escala estadual é falar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre uma unidade territorial com área de 43.781,588 km², a quarta menor do Brasil, acima apenas de Alagoas, Sergipe e Distrito Federal. E também sobre uma população estimada em 16.718.956 pessoas, a terceira maior do país, abaixo apenas de São Paulo e Minas Gerais e densidade demográfica de 365,23 habitantes por km², atrás apenas do Distrito Federal, considerando a aglomeração de pessoas numa área pré-determinada (IBGE, 2018).

Ressignificar esse mesmo Rio de Janeiro para compreendê-lo enquanto esfera municipal é tratar de uma cidade-núcleo, envolta por 21 municípios. O território desta Região Metropolitana concentra 11.945.976 de pessoas, o equivalente a 74,7% da população estadual. Juntas, elas geram um PIB de R\$ 276,9 bilhões, o correspondente a 68% das riquezas produzidas por todo o estado fluminense (IPEA, 2010). O emaranhado de números que

demonstra as ordens de grandeza do objeto de estudo deste trabalho é o ponto de partida para entendermos os contornos do protagonismo materializado pelo Rio, ladeado pelo estado de São Paulo na formação do principal eixo de poder socioeconômico e cultural do país. Aos dados objetivos, soma-se o passado histórico de capital da Colônia, do Império e da República, antes da fundação de Brasília por Juscelino Kubitschek em 1960. Além do valor simbólico agregado a partir da construção narrativa que elege o Rio como a principal imagem urbana que atravessa a mente dos estrangeiros quando pensam no Brasil. A paisagem da capital fluminense foi, inclusive, a primeira do mundo a ser eleita como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹¹.

O cenário paradisíaco encanta turistas e continua a atrair visitantes e reúne um número de turistas cada vez maior. No carnaval de 2018, os cariocas receberam com as portas da cidade abertas, além do Rei Momo e da tradicional Corte Carnavalesca, cerca de 1,5 milhões de viajantes, de acordo com a estimativa da empresa municipal de turismo, a Riotur¹². Esta festa popular que antecedeu à intervenção federal, foi registrada no principal telejornal de rede do país, o “Jornal Nacional”, com ênfase na falta de segurança em bairros nobres da cidade. No Réveillon, de acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas¹³, cerca de dois meses antes, 707 mil turistas passaram a virada do ano na cidade, acompanhando a tradicional queima de fogos na Praia de Copacabana.

2.1. E Deus fez a maravilha: a construção do “Éden de Janeiro”

Além da narrativa histórica em torno do ideal urbano de um Rio de Janeiro alheio ao subdesenvolvimento e que disputa a atenção global com outras cidades do mundo, o que atrai milhares e milhares de pessoas para a cidade é a construção mítica de um paraíso único no qual se deve estar presente pelo menos uma vez na vida, de modo que esta possa ser considerada plenamente aproveitada. O poeta Osvaldo Orico, em seu “Soneto Introdutório”, chega a recorrer à gênese da humanidade, como ditado pela Bíblia, para caracterizar os aspectos paradisíacos do cenário que tanto agrada quem visita as terras cariocas.

Deus, em certa manhã formosa e clara,
Não bastando ser Deus, fez-se pintor.

¹¹ Rio de Janeiro recebe da UNESCO certificado de Patrimônio Mundial pela sua Paisagem Cultural. UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/rio_de_janeiro_receives_from_unesco_the_certificate_of_world/> Acessado em 14 abr. 2018.

¹² Riotur estima 6 milhões de foliões no carnaval, com 1,5 milhão de turistas. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/prefeitura-do-rio-espera-15-milhao-de-folhoes-estrangeiros-para-o-carnaval.ghtml>>. Acessado em 14 abr. 2018.

¹³ Réveillon no Rio tem aumento de 11,4% no número de turistas em relação ao ano passado, diz FGV. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/reveillon-gera-r-194-bilhao-para-a-economia-do-rio-diz-levantamento-da-fgv.ghtml>>. Acessado em 14 abr. 2018.

Quis dar à vida outro primor,
 E com as tintas que o Éden pintara,
 Pôs em quadro de cumes e de cor
 A curvatura azul da Guanabara.
 É assim, oh!, viandante deslumbrado!,
 Que vês, de longe, sobre o Corcovado,
 O criador em sua pintura estranha;
 E miras rutilante de beleza,
 Cristo desabrochar da Natureza,
 Como um lírio de luz sobre a montanha.
 (ORICO, 2005)

O deslumbramento, que faz o Rio ser visto como um território divino comparado ao Éden de Adão e Eva, permeia obras de outros autores expoentes da literatura nacional. Do monumento que homenageia Carlos Drummond de Andrade na orla de Copacabana, é possível entender a proposta do escritor de desbravamento da cidade a partir do êxtase registrada em “Rio em Flor de Janeiro”, poema selecionado para abrir este capítulo. Nos versos, Drummond convoca a flora que compõe os jardins cariocas para emoldurar a cidade naquilo que ele chama de uma “esculpintura” criada pela Terra para “os homens e mulheres que faz do mundo obra de arte total universal” (ANDRADE, 1985, p. 126). Não à toa, o tradutor da beleza em palavras era conhecido por ser constante plantonista no calçadão da praia em que hoje está eternizado. A poucos metros dele, repousa a memória de Clarice Lispector, que era residente do Leme e também registrou o próprio florescer diante do espaço urbano que a acolheu, após a sua vinda de Recife para o Rio aos 14 anos de idade. Na crônica “Sábado”, publicada em sua coluna no Jornal do Brasil de 11 de julho de 1970, a autora expôs:

No Rio de Janeiro, quando se pensa que a semana exausta vai morrer, ela com grande esforço metálico se abre em rosa: na Avenida Atlântica o carro freia de súbito com estridência em de súbito, antes do evento espantado poder recomeçar, sinto que é sábado de tarde. (LISPECTOR, 1999, p. 421)

O jornalista Rubem Braga, considerado por muitos o maior cronista brasileiro depois de Machado de Assis, recorreu às próprias lembranças de sua infância para desenhar em prosa a imagem que cultivou do Rio. Na crônica “Os embrulhos do Rio”, o retratista do cotidiano relembra o gosto vitorioso de encontrar os pais ou a irmã quando estes chegavam de viagens com embrulhos a entregar e memórias recentes a dividir. Os relatos de viagem remetiam à capital carioca, que naquela época estava instalada apenas no imaginário de Braga, jovem demais para deixar o interior do Espírito Santo em direção à cidade grande. Segundo descreveu, ele e os outros “menores” ficavam “tontos, pensando nesse Rio de Janeiro fabuloso, tão próximo e tão distante” (BRAGA, 2013, p. 29).

As palavras da poeta francesa Jane Catulle-Mendès, autora da coletânea de poemas *La Ville Merveilleuse* (“A Cidade Maravilhosa”, conforme a tradução literal), também contribuíram para a concepção legendária do Rio no imaginário popular. A reunião de estrofes sobre a cidade, onde ela esteve em 1911, é o registro literário da primeira vez em que o adjetivo “maravilhosa” foi utilizado para caracterizar a paisagem carioca. Catulle-Mendès sentiu, e registrou em versos, que “nunca tantos esplendores ofuscaram os olhos” antes de sua chegada ao estado da Guanabara, ao qual chamou de “doce esperança” e “terra de beleza plena” (CATULLE-MÉNDES, 1913). Em outra versão da história, a alcunha que mais tarde viria a se popularizar teria sido utilizada anteriormente pelo escritor maranhense Coelho Neto em uma publicação no jornal “A Notícia”, em 1908¹⁴. O fato é que a expressão “cidade maravilhosa” passou a ser utilizada massivamente a partir da marchinha carnavalesca escrita na década de 1930 pelo compositor André Filho. A canção ganhou eco nas vozes de artistas como Maria Bethânia, Martinho da Vila e Beth Carvalho e foi institucionalizada em 1960 como hino oficial do Rio de Janeiro¹⁵.

Notas musicais foram transformadas em acordes sobre a cidade maravilhosa através do talento de grandes notáveis da classe artística brasileira. A bossa nova, gênero musical que germinou entre os próprios cariocas no final da década de 1950, ganhou o mundo através da canção “Garota de Ipanema”, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes. A letra da música e a melodia, compostas em 1962, exaltavam a beleza feminina que o Rio abrigava. A intenção se repetiu quando a dupla compôs “Ela é carioca”. Tom Jobim também escreveu os versos de “Samba do Avião”, canção que embala a imaginação de quem chega pelos ares ao aeroporto que ganhou o nome do próprio artista, mais conhecido como Galeão, e também ao aeroporto Santos Dumont: “Minha alma canta, vejo o Rio de Janeiro, estou morrendo de saudade” (JOBIM, 1962). E a cidade-inspiração, linda e cheia de graça, conquistou o carinho e as vozes de Gilberto Gil (“Aquele Abraço”); Tim Maia (“Do Leme ao Pontal”); Braguinha e Alberto Ribeiro (“Copacabana”), entre tantos outros.

Da música ao cinema, não é exatamente surpreendente que a mitologia carioca tenha chegado às telonas. Títulos como “Rio 40 Graus” (1955); “Orfeu negro” (1959); “Todas as mulheres do mundo” (1966); “Menino do Rio” (1982); “Ópera do Malandro” (1986) e “Rio” (2011) elegeram o Rio de Janeiro como cenário para diversas narrativas que integravam a paisagem urbana à aventuras, romances, dramas, musicais e animações. Nas telas de

¹⁴ O Rio em 13 quadros. Multirio. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1116-o-rio-em-13-quadros>>. Acessado em 15 abr. 2018.

¹⁵ Ibidem.

tamanhos mais modestos, o território maravilha foi retratado pelos pincéis de ninguém menos que Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Anita Malfatti; Di Cavalcanti, entre outros artistas. Através das lentes das câmeras fotográficas, nasceram crônicas visuais da “carioquice” pelas mãos de Marc Ferrez, Augusto Malta, Juan Gutierrez e grandes expoentes dos cliques e flashes fotográficos.

Entre as subidas e descidas do bondinho do Pão de Açúcar, a partir de todos os ângulos pelos quais o Cristo Redentor pode ser visto e da variedade da fauna e da flora do Jardim Botânico ladeado pela beleza da Lagoa Rodrigo de Freitas emerge uma pergunta que exige ser respondida: como e por que a fábula do Rio de Janeiro pode atingir o nível de degradação necessário para que se justifique a federalização parcial dos serviços prestados pelo Governo do Estado, um evento inédito desde a redemocratização promulgada pela Constituição Federal de 1988?

É preciso buscar entender o que ocorreu e quais projetos de cidade foram traçados até que a fragmentação do poder público culminasse na nomeação do general Walter Souza Braga Netto, representando as Forças Armadas do Comando Militar do Leste, como interventor federal, contando com até 30 mil soldados disponibilizados para atenuar a sensação de insegurança¹⁶. Afinal, um cenário em que uma ação dessa magnitude faz-se necessária, pouco tem a ver com a distopia que permeia as narrativas literárias, musicais, imagéticas e audiovisuais que retratam a harmonia do “Éden de Janeiro”, um espaço atrativo não só para forasteiros como também para o capital estrangeiro.

2.2. O medo de perder: a cidade que nasceu da disputa pelo controle do território

Antes de obedecer aos mandamentos do capitalismo moderno e da globalização, os ávidos olhares de cobiça sobre o Rio de Janeiro foram direcionados, primeiramente, a partir da lógica mercantilista. A colonização do Brasil, iniciada em 1500 pelas expedições portuguesas, não demorou a descobrir as terras habitadas, majoritariamente, pelas tribos indígenas dos tupis tupinambás e dos tupis temiminós. Os nativos, segundo documentos reunidos pelo Arquivo Geral do Rio de Janeiro, deixaram como herança o gentílico jeito de falar “carioca”, originado da língua falada pelos primeiros ocupantes da terra. A tradução do significado varia entre “casa do homem branco” (em referência à uma feitoria portuguesa), “casa dos índios carijós” (em alusão à tribo) e também “casa de carii” (outra menção tribal) (AGRJ, 2015).

¹⁶ Com intervenção, tropas irão para ruas e presídios. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/com-intervencao-tropas-irao-para-ruas-presidios-22407408>>. Acessado em 15 abr. 2018.

A partir de 1502, após a chegada do navegador Gaspar Lemos, integrante da frota de Pedro Álvares Cabral, a hegemonia portuguesa foi ameaçada repetidas vezes pela ambição francesa de manter controle sobre as terras. Em 1555, uma expedição vinda da França, sob a liderança de Nicolas Durand de Villegagnon, invadiu um trecho do território que passou a ser dominado como “França Antártica”. A colonização do espaço, segundo os registros do Arquivo Geral do Rio, tinha a intenção de facilitar a exploração de pau-brasil e de criar um território onde os protestantes calvinistas da França pudessem professar sua religião com liberdade. É curioso que a cidade tenha nascido em meio ao conflito. Os portugueses guerrearam, sob a liderança do militar Estácio de Sá, até reassumirem o controle e puderem fundar em 1º de março de 1565 a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, batismo feito em homenagem ao “rei-menino” português, Sebastião I (AGR, 2015). O Rio foi fundado do medo da perda.

A ganância mercantilista, motivo principal da permanência portuguesa em território tupiniquim, motivou o berço do Iluminismo a se desventurar novamente em outras duas tentativas de conquistar as terras que envolvem a Baía de Guanabara. No século XVIII, 145 anos após a disputa que fundou o município, o auge do ciclo econômico do ouro, em Minas Gerais, reacendeu o interesse da França sobre o Brasil. Esse foi um dos principais motivos para que expedições comandadas pelos piratas Jean-François Duclerc e René Duguay-Trouin chegassem ao país, aportando no Rio, em 1710 e 1711, respectivamente. A documentação do Arquivo Geral revela que primeira invasão foi motivada pelas notícias crescentes sobre o início da exploração do minério e pelo incentivo do monarca francês Luis XVI à pirataria nas atividades marítimas dos portugueses, aliados da Inglaterra que estava em guerra a França (AGR, 2015). Conforme relata o jornalista e historiador Jarbas Silva Marques, a incursão francesa em 1710 não obteve qualquer sucesso:

No dia 17 de agosto de 1710, a esquadra francesa chegou à entrada da Baía da Guanabara e, após receber um canhoneio da Fortaleza de Santa Cruz, recuou até as proximidades de Guaratiba. Depois de saquear algumas fazendas na região, iniciou com suas tropas o deslocamento por terra em direção ao Rio de Janeiro. De Jacarepaguá Du Clerc contornou o Engenho Velho, entrando na cidade pelo atual bairro do Catumbi, dirigindo-se a Santa Tereza; no Morro do Castelo sofreu o primeiro combate, que iria culminar na sua derrota e aprisionamento no dia 21 de setembro. (MARQUES, 2015)

Ainda segundo Marques, antes mesmo de Du Clerc ser assassinado, outro corsário já organizava uma nova esquadra que chegaria à Baía de Guanabara em 12 de setembro de 1711. René Duguay-Trouin chegou navegando em águas audaciosas que o trouxeram à região costeira do Rio de Janeiro com 17 navios artilhados de 420 canhões. Ele estava disposto a guerrear, ainda no mar, contra os 164 canhões que protegiam os cidadãos cariocas. Tratava-se

de um aparato de combate muito maior que o do Rio de Janeiro, o que possibilitou que o pirata invadisse os limites terrestres, distribuísse seus homens e passasse a negociar o resgate para o sequestro territorial. O arresto só acabou depois que foram pagos os 610 mil cruzados de ouro, 100 caixas de açúcar e 200 bois (MARQUES, 2015). Antes de resolverem pagar o exigido pelo corsário, as autoridades da colônia solicitaram o auxílio militar de Minas Gerais para que a situação pudesse ser resolvida, o que não aconteceu (BIBLIOTECA NACIONAL, 2009). O auxílio armado demorou a chegar e o sequestro precisou ser sanado pelo pagamento da fiança. Tamanho medo de perder fez com que o Rio pedisse socorro militar pela primeira vez.

A partir de um digressivo avanço histórico, é notável que o Rio recorreu outras vezes às forças militares e aos esforços da federação para que pudesse restaurar a ordem em seu espaço urbano. Para não perder o controle, não foram poucas às vezes em que o estado e a cidade precisaram de ajuda para encontrar as soluções de seus problemas. Em retrospectiva assinada pelo jornalista Allan Borba para o Acervo do Jornal O Globo¹⁷, são listadas intervenções federais similares a que o estado atravessa entre 16 de fevereiro e 31 de dezembro de 2018.

A primeira delas aconteceu em 1937, durante o Estado Novo, quando Getúlio Vargas nomeou o comandante Ernani do Amaral Peixoto como interventor federal fluminense. Depois, no período da Ditadura Militar, em 1966, o comandante Raphael de Souza Aguiar interviu na capital junto das Forças Armadas para conter os estragos causados por uma tempestade que havia durado cinco dias, deixando 200 mortes e 30 mil pessoas desabrigadas. Neste episódio, a manchete do Jornal O Globo dizia: “As Forças Armadas lançam-se em socorro do povo carioca”¹⁸.

O ano de 1994 é lembrado, nessa retrospectiva, por ser o ano em que governador Nilo Batista transferiu ao Governo Federal a responsabilidade de combater o crime organizado, assinando um convênio que subordinava ao Comando Militar Estadual do Leste — responsável administrativo pela intervenção federal de 2018 — toda a estrutura policial do estado. A chamada do jornal em 1º de novembro daquele ano era: “Exército assume o

¹⁷ Rio de Janeiro tem histórico de intervenção federal desde o Estado Novo. O Globo. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

¹⁸ As Forças Armadas lançam-se em socorro do povo carioca. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, p. 13, 13 jan. 1966. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

comando do combate à violência no Rio”¹⁹. Um ano depois, já sob o governo de Marcelo Alencar, foi deflagrada a Operação Rio II, que mobilizou cerca de 20 mil homens das Forças Armadas para conter uma onda de sequestros em território carioca. Novamente, o principal jornal impresso da cidade enunciou: “Exército está de volta às ruas do Rio”²⁰.

Em outro momento, sob decisão então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a cidade submeteu ao controle federal seis hospitais municipais numa chamada “intervenção branca”, ou seja, sem a submissão do decreto ao Congresso por conta do caráter emergencial²¹. Em megaeventos sediados na cidade, como a Conferência Rio 92; os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio + 20, em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014 e a Olimpíada em 2016, o Exército foi acionado para garantir a segurança de chefes de estado e até do líder religioso Papa Francisco²². As ações pontuais do Exército são regulamentadas pelos decretos de Garantia da Lei e da Ordem, conhecidos pela abreviatura G.L.O. O Ministério da Defesa apontou em julho de 2017 que o recurso havia sido empregado 29 vezes na segunda década dos anos 2000, sendo que 10 delas foram relativas ao Rio (GOVERNO FEDERAL, 2017). Além dos megaeventos, os decretos contemplaram também a contenção de conflitos em favelas como os Complexos da Maré e da Rocinha²³.

2.3. O Rio cresce em relevância: bem-vindos à capital do Brasil

A construção da importância do Rio para o Brasil começou, mais precisamente, quando a cidade passou a ser considerada a capital brasileira, em 1763, até a fundação de Brasília em 1960. Num primeiro momento, o Rio passou a ocupar o posto até então pertencente a Salvador para reforçar o comando português sobre a colônia. A iniciativa tinha como motivo o medo da ameaça britânica que se consolidou no auge da Revolução Industrial. O deslocamento da capital foi motivado ainda pela mudança do ciclo econômico açucareiro do Nordeste para o aurífero, em Minas Gerais, estado fronteiro ao Rio.

¹⁹ Exército assume o comando do combate à violência no Rio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, p. 1, 1 nov. 1994. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

²⁰ Exército está de volta às ruas do Rio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, p. 14, 4 abr. 1995. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

²¹ Rio de Janeiro tem histórico de intervenção federal desde o Estado Novo. O Globo. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

Os ventos de mudança continuaram soprando e trouxeram ao Rio a Corte Real Portuguesa em fuga desesperada da perseguição empreendida pelo exército de Napoleão Bonaparte, em uma grandiosa expedição que começou na manhã de 29 de novembro de 1807. Escortados por aliados britânicos, monarcas e nobres portugueses pagavam o preço pelo descumprimento das ordens do Bloqueio Continental estabelecidas pelo imperador francês. O histórico de relações amigáveis com a Inglaterra fez com que o príncipe regente do império de Portugal, Dom João, desobedecesse a ordem de não adquirir produtos ingleses. Para não sucumbir sob a fúria de Bonaparte e manter o reinado de sua família sobre a coroa portuguesa, o soberano resolveu embarcar com a Família Real — incluindo sua mãe, a rainha Maria I de Portugal, impedida de governar por conta de problemas psiquiátricos — e todos os seus asseclas em direção ao Brasil. Assim como Dom João, fugiram entre 10 a 15 mil moradores de Lisboa, parte relevante de uma população que totalizava 200 mil pessoas. Entre os asilados estavam nobres, conselheiros reais, militares, juízes, advogados, comerciantes, médicos, bispos, padres, damas de companhia, camareiros, pajens, cozinheiros e cavaleiros (GOMES, 2008, p. 41).

O Rio de Janeiro passou de capital da colônia para a sede de todo o império português, além de ser a nova casa de Dom João, que certamente foi o maior interventor da cidade durante o período colonial. Aportado em 22 de janeiro de 1808 em Salvador, na Bahia, o português trouxe parte das mudanças que acabariam por fortalecer o Brasil como nação e que implicariam na independência do país, em 1822. A escala na antiga capital Salvador, antes da chegada ao Rio de Janeiro, teria sido motivada por mudanças meteorológicas durante a travessia marítima ou, segundo a versão política dos acontecimentos, pelo desejo do monarca em cativar a elite do antigo centro de poder do país já na sua chegada. Ressentidos com a mudança da capital para o Sudeste, os baianos precisariam do afago de Dom João para que ajudassem a patrocinar as andanças do príncipe regente pelo país. (GOMES, 2008, p. 55) E assim, após ter recebido as boas-vindas de todos os deuses, em 7 de março daquele ano, a esquadra joanina chegou à Baía de Guanabara (GOMES, 2008, p. 79).

As embarcações que trouxeram a Família Real e seus apoiadores também foram influenciadas pelos ideais iluministas desenvolvidos na Europa durante o século XVIII, sinalizando para a Corte portuguesa que o Rio deveria ser a principal via de entrada para o estabelecimento do Império português no Brasil. Motivado pela institucionalização da razão e do pensamento como instrumentos de desenvolvimento da cidade, Dom João frutificou essas intenções com investimentos em construções físicas e em bens culturais, como o Real Teatro São João (hoje o Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes), a Real Biblioteca (hoje o Real

Gabinete de Leitura, na mesma praça), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e a Academia Real Militar (DE CARVALHO, 2003, p. 55-56). Além da fundação dessas instituições, a majestade portuguesa também cultivou as raízes da imprensa régia e promoveu o florescimento da Missão Artística Francesa, que se refletiu em mudanças arquitetônicas que buscavam adotar um estilo urbano consonante com a nova posição ocupada pelo Rio no contexto geopolítico da época, enquanto capital de todo o reino português (DE CARVALHO, 2003, p. 56).

Segundo a historiadora Marieta Pereira de Carvalho (2003), as mudanças reforçaram “a posição do Rio de Janeiro, enquanto eixo centralizador do Império” e proporcionaram um reposicionamento da cidade, que ganhou uma parcela de autonomia:

Às estruturas política e cultural instaladas, se acrescentou o aprofundamento da importância da cidade do Rio de Janeiro como um centro econômico do Império. No que se refere a um plano internacional, as relações com as colônias ultramarinas passaram a ocorrer a partir da cidade. Nesse sentido, o alvará de 4 de fevereiro de 1811 foi bastante representador. Abolindo as restrições de comércio entre os portos do Império português, formava um “novo nexa” que integrava “as distantes possessões” sujeitas ao Império português a partir do Estado do Brasil. (DE CARVALHO, 2003, p. 56)

As boas intenções não foram exatamente a força motriz das transformações empenhadas por Dom João na capital do reino. A metamorfose da cidade tinha como objetivo uma adequação do Rio de Janeiro para que se tornasse parecido com Lisboa, a capital da qual corte e nobreza haviam se despedido durante o escape das forças militares francesas. Outras medidas joaninas, tomadas com intenções análogas, também impactaram na vivência da cidade e de toda a colônia naquela época: o decreto de abertura dos portos ao comércio estrangeiro, que rompeu com a exclusividade do comércio entre metrópole e colônia, e a permissão para a instalação de manufaturas em território brasileiro, proibida até então.

Ainda segundo a historiadora Marieta Pereira de Carvalho, foi a criação da Intendência da Polícia que trouxe às claras um latente propósito perseguido por Dom João VI: o de civilizar o perímetro urbano carioca. A institucionalização de uma força policial autônoma e separada da justiça, através da nomeação de um ministro com jurisdição sobre todo o reino, o “intendente”, repetia um modelo já empregado anteriormente no próprio reino de Portugal antes da fuga da Corte. O objetivo era garantir a segurança e a tranquilidade pública. O modelo adotado no Rio de Janeiro tinha as mesmas intenções: proibir crimes e armas ilegais, elaborar livros que registrassem os moradores por bairro; impedir que pessoas sem ocupação trabalhista alugassem casas; controlar a entrada e saída de migrantes e de seus passaportes e estabelecer regras para aqueles que pediam esmolas dentro das fronteiras do reino (DE CARVALHO, 2003, p. 93). No Rio, além de assumir essas funções, a Intendência

da Polícia trabalhava a partir dos conceitos de beleza, higiene e circulação como sinônimos de civilização para resolver “problemas de uma cidade-corte” que eram “entraves para o seu progresso” (DE CARVALHO, 2003, p. 110).

Ainda que os objetivos e características da corporação tenham se modificado ao longo dos séculos, é perceptível que o aparelho policial marcou a expansão da cidade do Rio de Janeiro. Uma das primeiras ações da Intendência Policial durante o período joanino também se relaciona com um hábito que dura até hoje na cidade: as remoções de moradores. O sistema começou antes da chegada da Corte Real, quando o vice-rei Conde dos Arcos resolveu que, além de reformar o casarão que viria a ser o Paço Real, também precisaria alocar os novos moradores da colônia na região central do Rio, área mais nobre da cidade até então. Disso nasceu o episódio histórico que ganhou o nome de “Ponha-se na rua”:

Para tentar resolver o problema de falta de habitação provocado pela chegada dos milhares de acompanhantes da corte, por ordem do Conde dos Arcos, criou-se o famigerado sistema de aposentadorias — a expressão aqui quer dizer providenciar aposentos ou moradia —, pelo qual as casas eram confiscadas de seus donos e entregues à nobreza recém-chegada. Os endereços escolhidos eram marcados na porta com as letras PR, iniciais de Príncipe Regente, que imediatamente a população começou a interpretar como Ponha-se na rua. (GOMES, 2008, p. 81)

A população aumentou expressivamente com a chegada da corte, o número de novos moradores aumentou 30%, com três vezes mais escravos para servi-los (GOMES, 2008, p. 92). Em vez de solucionar a falta de habitações diante da alta demanda, o sistema de aposentadorias tornou-se uma questão a ser regulamentada e resolvida pela Intendência de Polícia. Com o passar dos anos, foram registrados “desleixos” por parte dos novos ocupantes das residências. Por motivos diversos, elas permaneceram pouco modificadas e passaram a ser consideradas inadequadas diante dos novos desafios da cidade, que com o tempo recebeu ainda mais novos moradores e não tinha casas amplas o suficiente para abrigá-los. A estética dessas moradias também passou a ser questionada a partir dos novos contornos que a cidade ganhou durante o período joanino. Cada vez mais cosmopolita, já que se tratava do centro financeiro do reino português, o Rio precisou do aparato policial para regulamentar e fiscalizar as adequações julgadas necessárias para os imóveis (DE CARVALHO, 2003, p. 67-68).

2.4. As remoções na “Paris de Janeiro”: aprofundamento da desigualdade social

O sistema de aposentadorias foi instituído há 210 anos e, até hoje, moradores continuam sendo retirados dos locais em que vivem para resolverem um problema de interesse de sucessivos governos. Como consequência das mudanças habitacionais, surgem

outras situações a serem solucionadas. Seja para abrigar os representantes da monarquia, para promover a construção de moradias adequadas aos padrões arquitetônicos estabelecidos ou para sediar megaeventos como os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo e a Olimpíada, a remoção de um morador e de sua família é uma alternativa insistentemente tomada pelo poder público.

O geógrafo britânico David Harvey ressalta em seu livro “Cidades Rebeldes” a relação intrínseca entre o capitalismo e a lacuna do “direito à cidade”, um conceito compartilhado por uma corrente de teóricos que estudam a urbanização. Para Harvey (2014), trata-se de um “direito coletivo concentrado” que diz respeito “não apenas aos trabalhadores da construção, mas também a todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana”. Segundo o autor, o direito à cidade é uma busca pela “unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inumerável” (HARVEY, 2014, p. 246).

A frequente negação do direito à cidade para grande parcela dos moradores do Rio de Janeiro desenhada no período joanino com as primeiras remoções, ganhou contornos ainda mais vultuosos durante a gestão de Pereira Passos no início do século XX, no momento de criação do Plano Agache em 1930 e na gestão do prefeito Eduardo Paes já no século XXI.

Para compreender de que maneira a relação entre a oferta e a demanda de habitações tornou-se uma questão central que culminou na expansão de espaços periféricos do território carioca e das favelas é importante lembrar o que aconteceu no porto do Rio de Janeiro do século XVIII, após ser aberto por Dom João VI para o comércio exterior. Além da circulação de bens materiais entre as águas da Baía de Guanabara e a terra firme, ocorreu o tráfico legalizado do produto mais valioso de um mundo movido pela força do trabalho humano: as pessoas escravizadas. E na capital da colônia, posteriormente do reino, localizava-se, entre os Morros da Conceição e do Livramento, o Cais do Valongo, porto que mais recebeu escravizados em todo o mundo. Dessa maneira, aprofundou-se a desigualdade social que dialoga, posteriormente, com os índices de criminalidade utilizados para justificar uma intervenção federal na segurança pública.

Dos 10 milhões de africanos trazidos para o continente americano ao longo de três séculos, 4 milhões aportaram no Brasil (FLORENTINO, 1997 *apud* JORDÃO, 2015, p. 14) e 700 mil chegaram especificamente entre 1790 e 1831 através do Valongo, na Zona Portuária do Rio, vindos de países como o Congo, Angola e Moçambique (PEREIRA, 2007, p. 112 *apud* JORDÃO, 2015, p. 14). Este grande número de escravos foi trazido ao Porto do Rio porque este era um território estratégico para o mercado escravagista, devido ao abrigo concedido aos navios na Baía de Guanabara e à proximidade com a costa africana. Dessa

maneira, as negociações dos negros escravizados eram parte ativa do cotidiano. Em grandes armazéns da região, onde funcionava o Mercado do Valongo, feitores negociavam a comercialização de recém-chegados sobreviventes da travessia feita através dos navios negreiros. A naturalidade com que se vendia e comprava pessoas era tanta que os anúncios acerca das transações pululavam nos jornais como uma prática completamente normal, até porque o tráfico de pessoas só se tornou ilegal em 1831. Até que a escravidão fosse finalmente abolida, em 1888, a semente da disparidade entre classes sociais, que hoje assola a população carioca, já tinha espalhado raízes racistas profundas no solo da cidade.

Como fio condutor, as remoções foram instrumento indispensável para o processo de gentrificação do Rio. Após o episódio do “Ponha-se na rua” e da instauração do sistema de aposentadorias, foram as intervenções feitas pelas administrações municipais dos prefeitos Barata Ribeiro e Pereira Passos que aprofundaram a formação do abismo social entre as áreas mais elitizadas e as menos abastadas da cidade.

O prefeito Barata Ribeiro procedeu a uma espécie de tentativa de higienização urbana, por meio da demolição de habitações populares como os cortiços. Em 1893, ele ordenou a demolição do maior de todos eles: o Cabeça de Porco, que se localizava onde hoje é o Túnel João Ricardo, no bairro da Gamboa, nos arredores do porto. Naquela época, o cortiço “tinha o mesmo estigma social que hoje acompanha as favelas” e fora definido como um “inferno social (...) tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (VALLADARES, 1998 *apud* PAULO, 2013). Não coincidentemente, era essa opção de moradia que abrigava, entre representantes de outros extratos sociais, negros egressos do modelo escravagista e desamparados após a adoção da mão-de-obra imigrante assalariada como principal força de trabalho do país e da cidade. E foram eles os grandes prejudicados pelo combate às habitações coletivas, uma das principais causas defendidas por Francisco Pereira Passos na década seguinte.

Prefeito nomeado por Rodrigues Alves, então presidente da República, o engenheiro Pereira Passos assumiu o comando da municipalidade em 1903. A indicação tinha objetivo de estabelecer uma política coesa àquela que o governo federal havia traçado para o desenvolvimento urbano do Rio, como capital da República recém-proclamada. Eleito com uma campanha que prometia melhorias para a capital, agora chamada de “Distrito Federal”, Alves não só nomeou Passos como garantiu que a gestão dele não sofresse quaisquer ingerências do Poder Legislativo. Em seus primeiros seis meses de mandato na prefeitura, foi suspensa a atuação do Conselho Municipal e o município passou a legislar através de decretos.

As intenções dos dois mandatários eram claras e tratavam "de uma luta entre dois grandes 'campos' ou princípios: o progresso, a civilização, a regeneração estética e sanitária da cidade; a cidade colonial, atrasada, antiestética, suja e doente" (BENCHIMOL, 1992, p. 205). A antítese entre a capital de uma colônia e a sede de poder de uma república independente fizeram nascer o desejo de reconstruir o Rio de Janeiro, resultando num processo de remoções e demolições que historicamente ganhou o apelido de “bota abaixo”.

O historiador Jaime Larry Benchimol (1992) destaca, na obra “Pereira Passos: Um Haussman Tropical”, o impacto social das transformações urbanas empreendidas pelo presidente e pelo prefeito:

Contudo, esse trabalho de destruição — que está na essência da renovação urbana — envolve mais do que a derrubada de paredes antigas, impassíveis. As paredes, cuja argamassa remonta aos tempos da colônia, alojam homens que moram, trabalham, especulam, divertem-se; enfim, que mantêm entre si uma trama complexa de relações sociais. A operação da renovação urbana, perseguindo estratégias bem precisas, desarticula essa trama que tem nas estruturas materiais demolidas o seu suporte. (BENCHIMOL, 1992, p. 210)

Se a argamassa legada à destruição remetia aos tempos coloniais e monarcas, o que aglutinava as novas construções em solo carioca era o paradoxal desejo de transformar o Rio com inspiração em exemplos pré-estabelecidos de cidades mundialmente conhecidas. Os passos copiosos das modificações feitas em Paris, na França, por exemplo, ignoravam as evidentes e complexas diferenças entre esta cidade e o Rio de Janeiro. Em quatro anos empossando a palavra final sobre as decisões acerca dos destinos da vida no Rio, Pereira Passos tentou fazer o que o prefeito do Departamento de Seine, na França, Georges Eugène Haussmann, fez ao longo de 17 anos. Nomeado por Napoleão Bonaparte III, o gestor promoveu a transformação de Paris “no modelo de metrópole industrial moderna imitado em todo mundo” (BENCHIMOL, 1992, p. 192). Na Cidade das Luzes, Haussmann construiu avenidas, parques, mercados públicos, estações, quartéis e canalizou água e esgoto para as residências: um *script* de transformações que Passos seguiu para buscar consolidar a imagem de “Paris dos Trópicos”. Ele desejava imprimir ao Rio as mesmas mudanças que vivenciou em território francês.

Na *charmant* tupiniquim, através do sonho de Passos, nasceram as avenidas Beira-Mar, Mem de Sá e Salvador de Sá, seguidas do alargamento de inúmeras outras vias (BENCHIMOL, 1992, p. 237-239). Elas foram a menina dos olhos do prefeito porque contribuíram para a intenção de “remodelamento e saneamento (em sua acepção mais ampla e ambígua). Eram vias destinadas a transformar a capital da República numa cidade “moderna e higiênica”, atendiam à necessidade de conectar os bairros e também a necessidade de dar

vazão ao crescente tráfego urbano (BENCHIMOL, 1992, p. 236). Através do planejamento e dos investimentos do governo federal, foi criada também a Avenida Central, hoje Rio Branco. Mais do que muito dinheiro, as obras tiveram um custo social elevado devido a um “processo de expropriação ou segregação de determinadas frações sociais de uma área privilegiada, central, do espaço urbano, em proveito de outras frações sociais” (BENCHIMOL, 1992, p. 236).

Segundo Benchimol (1992), a construção da Avenida Central “desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu, em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais” (BENCHIMOL, 1992, p. 230). Para dar lugar aos prédios e aos automóveis, modificou-se a dinâmica habitacional de uma categoria heterogênea de pessoas, em que podem ser incluídos “abastados comerciantes, donos de inúmeros imóveis, velhos aristocratas que auferiam rendas de seus casarões convertidos em oficinas ou casas de cômodos, viúvas que dependiam do aluguel de uma casa, profissionais liberais”, entre outros (BENCHIMOL, 1992, p. 250). As remoções levaram à expansão dos subúrbios, que já atraíam também os negros colocados à margem do mercado de trabalho, após a abolição. Em “Clara dos Anjos”, o escritor Lima Barreto caracterizou alguns dos protagonistas do apogeu suburbano:

São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas, os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis, que lhes dêem alguma coisa para o sustento seu e dos filhos. (BARRETO, 1922, p. 39)

Era preciso botar abaixo edificações que representavam uma cidade a ser esquecida e, ao mesmo tempo, garantir que se erguessem construções que dialogassem com o desejo do poder público de tornar o Rio mais belo, para além de sua paisagem natural. Nesse contexto, as regras arquitetônicas para as novas construções tiveram papel determinante para que a população menos privilegiada fosse mantida longe dos espaços mais nobres, num processo de fortalecimento da especulação imobiliária. Os cortiços e outras formas de moradia coletiva foram cada vez mais cerceados e os reparos em suas estruturas estavam proibidos. Estima-se o fechamento de mais de 600 habitações coletivas, que abrigavam mais de 13 mil pessoas, bem como a demolição de cerca de 70 casas em ruínas, onde viviam mais de mil pessoas (BENCHIMOL, 1992, p. 265). Manter uma casa em pé, após a passagem do furacão Passos, não era uma tarefa fácil. As casas de madeira, por exemplo, foram terminantemente proibidas.

Chamadas de “barracões toscos” pela própria prefeitura, ganharam permissão excepcional apenas quando fossem construídas nos morros ainda não habitados, a partir da obtenção de uma licença (BENCHIMOL, 1992, p. 265).

As curvas geográficas ascendentes do Rio foram estabelecidas pela administração municipal como uma opção possível para as habitações que fugissem à regra. A ocupação dos morros, portanto, ganhou respaldo da própria prefeitura. Dos primeiros registros de favelas no Morro da Providência para a moradia de soldados que retornaram da Guerra de Canudos (PAULO, 2013, p. 22) até o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, o número de pessoas habitando esses espaços aumentou exponencialmente. Hoje, 2 milhões de pessoas vivem nas favelas cariocas em condições precárias de saneamento e sujeitas à falta de serviços públicos primários (CAVALLIERI E VIAL, 2012, p. 2). As cinco maiores delas são, ainda segundo o IBGE, a Rocinha, maior do Brasil, e os complexos Maré, Rio das Pedras, Alemão e Fazenda Coqueiro (CAVALLIERI E VIAL, 2012, p. 14).

Não só as condições de habitações estiveram sob a mira do devaneio parisiense de Pereira Passos. Foram criados também o Theatro Municipal, na Cinelândia, e as estátuas e monumentos das Praças XV, Onze e Tiradentes; dos Largos do Machado e da Glória e do Passeio Público (PAULO, 2013, p. 25). Além disso, os córregos dos bairros de Laranjeiras, Botafogo, Rio Comprido e Engenho Velho foram canalizados e passaram a correr em galerias subterrâneas (BENCHIMOL, 1992, p. 237-239). Para completar a transformação, velhos hábitos citadinos ganharam proibições. Afinal, era preciso moldar não só o cenário ideal para a capital, mas também o comportamento das pessoas que a ela davam vida. O trabalho dos vendedores ambulantes passou a ser considerado inapropriado, com destaque para as atividades de venda de miúdos de carne e de ordenha de vacas nas ruas. O ofício impiedoso dos mendigos, por sua vez, deveria ser exercido segundo as ordens do comando municipal. Não sobrava qualquer espaço para aquilo que destoasse dos ares do Rio de Paris ou Paris de Janeiro.

O termo 'embelezar' tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas 'estratégias'. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao 'desfrute' das camadas privilegiadas; razões políticas de exigências específicas do Estado republicado em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional. (BENCHIMOL, 1992, p. 228)

A tentativa de construir uma municipalidade calcada em exemplos estrangeiros não ganhou um derradeiro ponto final após o mandato de Pereira Passos, conforme veremos a seguir. A distopia não acabou nem mesmo a transferência da capital federal para Brasília, promovida politicamente pelo presidente Juscelino Kubitschek e planejada minuciosamente pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Diante da consolidação de sua relevância para o país, o Rio — através dos seus governantes e de suas elites — passou a acenar numa tentativa de ser visto pelo mundo. E isso gerou um ônus para aqueles que sequer são notados em meio à complexidade da cidade.

2.5. Preços a pagar: o Rio de Janeiro na vitrine das grandes cidades globais

Mesmo quando o Rio deixou de ser a sede do poder nacional, diferentes gestões públicas tentaram transformar a antiga capital do país, ainda que apenas simbolicamente, em uma cidade-espelho de referência mundial. Em parceria, governos municipal, estadual e federal passaram a dedicar esforços para consagrar o Rio como o grande palco de megaeventos capazes de encher os olhos e despertar água na boca do “capital estrangeiro”. Os prefeitos César Maia e Eduardo Paes, o governador Sérgio Cabral e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva direcionaram suas articulações políticas nacionais e internacionais para que a cidade fosse escolhida como sede da Olimpíada de 2016.

Não é difícil de inferir que estas autoridades acreditavam que essa seria uma oportunidade de ouro para o aquecimento do mercado carioca, e, conseqüentemente, para a imagem dos responsáveis pelo feito. E, de fato, a realização da competição esportiva foi uma chance única, mas não só catalisou investimentos, como também expôs interna e externamente as principais contradições do Rio de Janeiro. Em 2 de outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional escolheu o município como sede dos Jogos de 2016. Esse foi o episódio final de uma empreitada iniciada em 1993, logo que César Maia foi eleito pela primeira vez para o comando do Executivo municipal. O político conta, numa entrevista registrada em seu próprio portal na internet, como o início do processo foi influenciado pela ação de Roberto Marinho, o então representante do Grupo Globo de comunicação, e por João Havelange, ex-presidente da Federação Internacional de Futebol, a FIFA.

Após ser eleito em 1992, em março de 1993 fui procurado pelos srs. João Havelange e Roberto Marinho e os recebi no Palácio da Cidade. Afirmaram que superação da crise de longo prazo do Rio era ser sede de uma Olimpíada. Que eu deveria inscrever o Rio como cidade-candidata. Não seria escolhida a primeira vez, mas a terceira ou a quarta vez. Assim foi feito. Brasília era a cidade candidata à Olimpíada. O COB reuniu seu Conselho e o Rio assumiu o lugar de Brasília. E começou o

processo das candidaturas do Rio. (César Maia fala sobre a origem da Olimpíada Rio 2016. Portal César Maia.²⁴)

A influência da classe empresarial persistiu até que o Rio fosse escolhido, oficialmente, como sede dos Jogos, já durante a gestão de Eduardo Paes, que assumiu a prefeitura em 2009. Para seguir nutrindo os desejos do capital, a cidade efervesceu num canteiro de obras que deveriam garantir a execução do projeto que se chamou de Legado Olímpico. Linhas de transportes rápidas por ônibus e veículos leves sobre trilhos (os BRTs e os VLTs) passaram a fazer parte do vocabulário da cidade, bem como passou a figurar como realidade o sonho da extensão do metrô até a Barra da Tijuca e a duplicação do Elevado do Joá. Na Zona Portuária, o projeto de revitalização chamado Porto Maravilha foi criado numa tentativa de criar um suspiro de prosperidade econômica numa região há muito tempo abandonada. Surgiram ali o Museu de Arte do Rio, o Museu do Amanhã, o Aquário do Rio e galpões antigos totalmente renovados e prontos para receber o público como parte de um grande espaço que ganhou o nome de Boulevard Olímpico.

As obras, é claro, tiveram um custo social elevado, assim como aconteceu durante o “bota abaixo” de Pereira Passos. Em 2014, o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, produzido pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, divulgou estimativa da Secretaria de Habitação do Município que registrava a remoção de 20 mil famílias que habitavam espaços chamados de informais (ANCOP, 2014, p. 35). Ainda segundo o Dossiê, a resistência coletiva foi minada através da realização de negociações individuais. Também foi comum a “a prática de derrubar as casas já negociadas deixando os escombros para trás, abalando estruturalmente as restantes e emocionalmente os que não aceitaram as condições” (ANCOP, 2014, p. 35). Já os reassentamentos aconteceram em “locais distantes, em apartamentos de tamanho insuficiente, em condomínios do programa federal Minha Casa Minha Vida em verdadeiras áreas de risco, dominadas por milícias, na extrema periferia da cidade” (ANCOP, 2014, p. 35). A cidade, fundada a partir do medo da perda de seu território, novamente sofreu a retirada de sua gente do próprio pedaço de terra que a fazia pertencer ao Rio de Janeiro.

Ainda que os métodos de execução da desejada modernização da cidade tivessem bases semelhantes, a fagulha de inspiração para as modificações urbanas do Rio no século XXI não vinha mais de Paris, como durante a administração de Pereira Passos. Foi o modelo da cidade espanhola Barcelona que cruzou o Atlântico para aportar no ideário dos

²⁴ César Maia fala sobre a origem da Olimpíada Rio 2016. Portal César Maia. Disponível em: <<http://www.cesarmaia.com.br/2016/08/cesar-maia-fala-sobre-a-origem-das-olimpiadas-rio-2016/>>. Acessado em 15 abr. 2018.

administradores cariocas. Segundo o Caderno de Políticas Públicas da Prefeitura do Rio para os Jogos de 2016, a cidade era um exemplo a ser seguido. O motivo era o legado que a Olimpíada de 1992 havia deixado a partir da profunda transformação de sua região portuária e de seu centro histórico, resgatados a partir do ostracismo (PREFEITURA DO RIO, 2016, p. 9). O documento inclui ainda uma frase do ex-prefeito de Barcelona, Pasqual Margall: “Há dois tipos de Jogos Olímpicos: os que se servem da cidade e os que servem à cidade” (PREFEITURA DO RIO, 2016, p. 6).

Mas será que competições esportivas realmente tinham realmente servido à Barcelona de 1992? David Harvey, no já mencionado “Cidades Rebeldes”, reconhece a criação daquilo que chama de “novos enfeites arquitetônicos” (como a Vila Olímpica catalã, a torre de telecomunicações de Norman Foster e o Museu de Arte Contemporânea) e “uma série de grandes investimentos para desenvolver o porto e a praia e recuperar terrenos abandonados” (HARVEY, 2014, p. 194). Porém, destaca as consequências perversas que começaram a aparecer após um período de sucesso inicial que impulsionou a cidade:

À medida que as oportunidades de embolsar altas rendas de monopólio se apresentam com base no capital simbólico coletivo de Barcelona como cidade (o preço dos imóveis disparou desde que o Royal Institute of British Architects concedeu a toda a cidade uma medalha por suas realizações arquitetônicas), seu irresistível fascínio atrai mais e mais mercantilização multinacional em seu rastro. Nas últimas fases de construção na orla marítima, os edifícios parecem exatamente iguais aos de quaisquer outras cidades do mundo ocidental: o colossal congestionamento do trânsito gera pressões para a construção de bulevares em partes da cidade velha, lojas multinacionais substituem o comércio local, a gentrificação desloca os moradores de longa data e destrói o antigo tecido urbano, e Barcelona perde alguns de seus traços distintivos. (HARVEY, 2014, p. 195).

Da mesma forma que tentou se autorretratar nos moldes da elegância e sofisticação parisiense, o Rio seguiu à risca os passos da inspiração espanhola, inclusive aqueles que foram dados em falso. Grande exemplo foi o projeto do Porto Maravilha, que demonstrou uma preocupação em contemplar a suntuosidade de um registro arquitetônico feito pelo espanhol Santiago Calatrava para o Museu do Amanhã. A poucos metros da construção, estava a memória do Cais do Valongo, a antiga porta de entrada dos navios negreiros, citada anteriormente neste capítulo. Ele foi redescoberto durante a revitalização do porto e o mesmo aconteceu com o Cemitério dos Pretos Novos, em que “novos” significa “recém-chegados”, onde eram enterrados os negros escravizados que não resistiam à travessia marítima. A riqueza arqueológica desses espaços não ganhou até hoje um registro urbano à altura da sua importância, enquanto o “Amanhã” tornou-se recordista de visitação. Não por acaso, trata-se de um aparelho cultural feito através de uma parceria público privada com a Fundação Roberto Marinho, do mesmo empresário que apresentou a César Maia a ideia de candidatar o

Rio à Olimpíada. Trata-se da repetição da “perda de traços distintivos” da cidade, exatamente como Harvey relata ter acontecido durante a metamorfose de Barcelona (HARVEY, 2014, p. 195).

Mais do que pasteurizar as instalações físicas e suas memórias a fim de equipará-las com as cidades globais, o Rio foi pressionado até mesmo a homogeneizar a sua gente. Nas favelas, a tentativa de apaziguar a sistêmica guerra contra o tráfico de drogas tinha como objetivo a pacificação. Mas esta ação não considerou soluções amplas, planejadas e consistentes para os problemas habitacionais e a falta de recursos públicos presentes nessas localidades, ainda que fossem uma promessa do então prefeito Eduardo Paes. Ao palestrar em uma conferência nos Estados Unidos destinada à disseminação de ideias (amplamente conhecida como TED Talk), em 2012, Paes disse: “Você pode mudar o que eu chamo de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso. Para alcançar isso, é preciso entrar nas favelas e levar serviços básicos, principalmente educação e saúde”.²⁵ Como exemplo do que era possível ser feito, o prefeito incluiu na apresentação imagens de um prédio abandonado transformado em escola e uma clínica familiar construída da mesma maneira. O ex-prefeito também listou como necessária a abertura de espaços nas favelas e disse acreditar que o Rio urbanizaria até o ano de 2020. A mensagem principal deste trecho de seu discurso ao público estrangeiro foi que “uma cidade do futuro precisa ser socialmente integrada”²⁶.

Antes de integrar as favelas ao convívio social, foi preciso suprimir a violência que as assolava para que ela não ecoasse nos ouvidos de quem escutava falar, lá fora, sobre um novo Rio que tentava ser criado aqui dentro. Sob essa intenção, nasceram não só as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) como as “barreiras acústicas” nas laterais das vias expressas ladeadas por favelas, uma tentativa de esconder dos turistas a desigualdade social que assola a cidade. Atitude análoga foi tomada em 2017, quando o Rio já estava sob a gestão de Marcelo Crivella. Em um folheto distribuído pela empresa pública de turismo do município, a Riotur, a prefeitura apagou as favelas do mapa através uma edição de imagem que fez com que os barracos desaparecessem das encostas cariocas²⁷. Aos olhos do mundo, na vitrine das grandes cidades globais, a pobreza deve ser apenas um efeito colateral, mas nunca a questão central de um espaço.

²⁵ Eduardo Paes: os quatro mandamentos das cidades. TED Talk. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities>. Acessado em 14 jun. 2018.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/folheto-da-riotur-distribuido-turistas-tira-favelas-da-geografia-da-cidade-21806418>>. Acessado em 25 abr. 2018.

Nesse contexto, as UPPs foram implementadas a partir de dezembro de 2008 e somavam 39 unidades até 2014 (FRANCO, 2014, p. 91). Iniciativa da gestão do governo estadual de Sérgio Cabral, com protagonismo de José Mariano Beltrame, o então Secretário de Estado de Segurança, as UPPs tinham como objetivo inicial “a ocupação militar e a criação de um Batalhão local, com comando e estrutura própria, até o desenvolvimento políticas sociais específicas em cada localidade” (FRANCO, 2014, p. 92). Mas este aspecto social do projeto, porém, acabou inconcluso e sua aplicação não foi sequer notada. Por outro lado, despontou o processo de enrijecimento militar da segurança pública nas favelas. Conforme registrou a vereadora e socióloga Marielle Franco (*in memorian*) em sua dissertação de mestrado entregue à Universidade Federal Fluminense (UFF), tornaram-se numerosas as “denúncias de violação e abusos” nas UPPs, entre eles os “desacatos, xingamentos, utilização de chaves-mestras sem mandado de busca e apreensão, agressões, abuso de autoridade” (FRANCO, 2014, p. 94).

Enquanto o Rio enfrentava a guerra com o tráfico, num conflito bélico que se arrasta até hoje, a cidade passou a lidar também com a ameaça miliciana. Os grupos de milícias que nasceram, inicialmente, como “patrulhas de segurança contra traficantes, estas gangues integradas então por policiais, bombeiros e agentes penitenciários” chegaram a contar com o apoio da opinião pública e do poder público, a quem substituí oferecendo a proteção que o aparato de segurança pública não consegue prover²⁸. Além de cobrar por defesa, a milícia passou a extorquir os moradores cobrando “taxas por serviços básicos como água, gás, transporte alternativo, venda de imóveis, sinal clandestino de TV, Internet”, entre outros²⁹. A facção foi fortemente combatida através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Rio, em 2008, e mais de 250 pessoas foram indiciadas. Ainda assim, segundo o deputado estadual Marcelo Freixo, que presidiu a CPI, o poder dos milicianos continua vivo porque sua fonte de renda se mantém: o poder paralelo atuante onde o Estado não chega³⁰.

Como se já não fosse suficiente a insegurança gerada pela relação entre o crime organizado e a falta de recursos e capacidade para combatê-lo, o Rio também foi acometido pela vulnerabilidade política. Em 2014, o estado assistiu à renúncia do então governador Sérgio Cabral após a queda vertiginosa de sua popularidade. Os motivos eram as relações escusas com o mercado empresarial das empreiteiras e a utilização de bens públicos para fins

²⁸ Como a milícia se infiltrou na vida do Rio. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469054817_355385.html>. Acessado em 25 abr. 2018.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

particulares. As Jornadas de Junho de 2013 não perdoaram a conduta do governador. Eclodindo pelo país, a partir do aumento da tarifa dos ônibus de São Paulo, as manifestações populares no Rio não foram apenas um protesto contra o aumento do custo do transporte coletivo, mas impulsionadas também pela bandeira “Fora, Cabral!”. Entre os cariocas, reverberaram os gritos por melhorias no aparato da segurança pública e por uma resposta do Estado para o desaparecimento do pedreiro Amarildo dos Santos Gomes, torturado por policiais militares na Favela da Rocinha. O episódio acabou uma denúncia do Ministério Público Estadual contra 25 policiais da UPP Rocinha, por tortura seguida de morte, por ação direta ou omissão, ocultação de cadáver e fraude processual (FRANCO, 2014, p. 110).

O sumiço do pedreiro Amarildo foi um dos motivos que levaram ao desaparecimento de Sérgio Cabral da vida política da cidade. Hoje, o ex-governador cumpre pena após ter sido condenado no âmbito da Operação Lava Jato por crimes de corrupção. Somados, os anos na cadeia seriam mais de 100, tempo provavelmente insuficiente para que o Rio de Janeiro possa se curar das feridas causadas por um quadro administrativo que se preocupou em enriquecer indevidamente e deixou a população entregue à própria sorte. Somou-se ao vácuo de liderança política no estado, representado pelo governador Luiz Fernando Pezão, substituto de Cabral, a crise econômica do país e do estado. Esvaziados pela corrupção e pela falta de aquecimento do mercado, os cofres públicos sucumbiram à falência e quem sentiu o dinheiro sumir do bolso foram os servidores públicos do Rio.

É o Rio fundado a partir do medo da perda do controle territorial que assiste ao descontrole da vida cotidiana. O medo de perder a soberania sobre o espaço transformou-se no medo de perder muito mais. Enquanto institucionalmente cidade e estado foram derrotados pela sua própria classe política, a população — principalmente a menos privilegiada — sofre sem os serviços públicos, principalmente aqueles ligados à segurança. Do medo de perder a própria moradia nas remoções até o pavor de tê-la perturbada pela violência. É o receio latente e contínuo em diferentes décadas de perder vidas, como a do jornalista Tim Lopes, torturado e morto no Complexo do Alemão enquanto trabalhava numa reportagem³¹; do menino João Hélio, arrastado em um carro por quilômetros na Zona Norte do Rio³²; do dançarino Douglas Rafael Pereira da Silva, morto por um Policial Militar na favela do Pavão-

³¹ Preso conta detalhes da morte de Tim Lopes. Terra. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI53039-EI316,00-Preso+conta+detalhes+da+morte+de+Tim+Lopes.html> > Acessado em 14 jun. 2018.

³² Morte de João Hélio faz dez anos com aumento de casos de latrocínios no Rio. G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/morte-do-joao-helio-faz-dez-anos-com-aumento-de-casos-de-latrocínios-no-rio.ghtml> >. Acessado em 14 jun. 2018.

Pavãozinho³³; da faxineira Claudia Ferreira da Silva, baleada e arrastada por uma viatura ao ser removida por PMs do Morro da Congonha até um hospital³⁴; do pedreiro Amarildo, torturado e morto por agentes da UPP da Rocinha; do médico Jaime Gold, morto a facadas em um assalto na Lagoa Rodrigo de Freitas³⁵; da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, executados dentro de um carro no bairro do Estácio³⁶; dos jovens das chacinas da Candelária³⁷ e de Costa Barros³⁸ e das centenas de policiais militares mortos enquanto trabalhavam ou não.

Mas será o medo motivo suficiente para entregar o aparato de segurança pública do estado ao governo federal numa intervenção? Para o Presidente da República, Michel Temer, a justificativa para intervir é justamente o pânico de continuar perdendo pessoas em meio à barbárie. No ato da assinatura do decreto de intervenção, em pronunciamento oficial no Palácio do Planalto, em Brasília, o chefe nacional do Poder Executivo convocou a cadeia nacional de rádio e televisão para dizer que “o crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro”. Porta-voz da articulação responsável pela iniciativa, Temer escolheu falar à imprensa sem a companhia de Moreira Franco (ministro da Secretaria-Geral da Presidência), Raul Jungmann (então ministro da Defesa) e Sérgio Etchegoyen (ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional), autoridades com papel fundamental no processo decisório que estabeleceu a atuação das Forças Armadas para conter a situação no Rio.

Além dos conselheiros aliados, Temer excluiu do discurso razões essenciais que o influenciaram na tomada de decisão, como, por exemplo a necessidade de capitalizar a bandeira da segurança pública para fugir da impopularidade que o cercara desde o início de seu mandato tampão, em maio de 2016. Também não foi citada a possibilidade de reverter o fracasso de seu governo na tentativa de cooptar votos favoráveis para aprovar a Reforma da

³³ Polícia conclui que tiro que matou DG, do 'Esquentá', foi disparado por PM. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-conclui-que-tiro-que-matou-dg-do-esquentá-foi-dado-por-pm.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

³⁴ Arrastada por carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

³⁵ Menor de 15 anos confessa facadas em Jaime Gold, diz secretaria. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/menor-de-15-anos-confessa-facadas-em-jaime-gold-diz-secretaria.html>>. Acessado em 14 de jun. 2018.

³⁶ Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acessado em 14 jun. 2018.

³⁷ Chacina da Candelária faz 20 anos com autores soltos. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.carta-capital.com.br/sociedade/chacina-da-candelaria-completa-20-anos-com-autores-soltos-826.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

³⁸ O eco dos 111 tiros de Costa Barros. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480370686_545342.html>. Acessado em 14 jun. 2018.

Previdência no Congresso Nacional antes do pleito eleitoral de 2018³⁹. Os custos financeiros envolvidos na intervenção e as intenções do presidente ficaram de fora de seu pronunciamento, marcado por um tom apelativo ao lembrar das baixas incessantes que maculam o cotidiano carioca.

“O governo dará respostas duras, firmes e adotará todas as providências necessárias para derrotar o crime organizado e as quadrilhas. Não aceitaremos mais passivamente a morte de inocentes. É intolerável que estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores honestos, policiais, jovens e crianças. Estamos vendo bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis, avenidas transformadas em trincheiras. Não vamos mais aceitar que matem nosso presente, nem continuem a assassinar nosso futuro.” (TEMER, Michel. Discurso oficial. 16 de fevereiro de 2016⁴⁰).

Será, então, que é possível resumir a solução para o caos do Rio de Janeiro à intervenção federal? Trata-se de uma rede de questões sociais, políticas e econômicas complexas que não podem ser solucionadas sem considerar o percurso mercantilista e, posteriormente, capitalista que foi traçado para a cidade e para a sua população, a quem é negado qualquer “direito à cidade”. O retrospecto feito ao longo deste capítulo busca contribuir para trazer esse enredamento às claras e coloca em xeque a possibilidade de a intervenção federal ocupar o lugar messiânico de uma cartada final contra a violência enraizada, historicamente, no solo fértil da desigualdade social. Ainda assim, é imprescindível destacar que a medida é apoiada por 76% dos moradores, segundo o Instituto de Pesquisa Datafolha (DATAFOLHA, 2018). A concordância da população, que melhor do que ninguém conhece a profundidade das feridas urbanas, demonstra a importância de um ator social que será personagem principal das páginas que virão a seguir.

2.6. População refém: narrativas do medo no Rio de Janeiro

A mídia, do alto de seu poder de alcance global, não pode ser abstraída da discussão aqui proposta. Vetor instantâneo de informações sobre o Rio, de onde vertem as narrativas violentas veiculadas diariamente, os grupos de comunicação têm influência expressiva nas reações da opinião pública, inclusive em relação à intervenção federal de 2018. É sobre comunicação que trataremos daqui em diante, mais precisamente sobre a atividade da mídia na cobertura do dia a dia urbano do Rio de Janeiro.

³⁹ Mal-estar na caserna. Revista Piauí. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/mal-estar-na-caserna/>>. Acessado em 25 abr. 2018.

⁴⁰ TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Assinatura do Decreto de Intervenção na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-assinatura-do-decreto-de-intervencao-na-seguranca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro-brasilia-df>>. Acessado em 14 jun. 2018.

Para Moretzsohn (2003), as empresas jornalísticas “não deixam dúvidas quanto ao propósito de falar em nome de toda a sociedade, assumindo o papel de um suposto quarto poder” (MORETZSOHN, 2003, p. 6). Ocupando este lugar de influência, os veículos tentam mostrar, que não possuem outro interesse que não seja defender aquilo que interessa aos cidadãos (Idem, p. 6). Na suposta condição de quarto poder — ladeado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — o jornalismo tende a assumir, durante a cobertura de episódios criminosos, os conceitos da criminologia positivista, pertencente ao campo de estudos do Direito (MORETZSOHN, 2003, p. 8). Ou seja, ancoram seus relatos em fundamentos relacionados a um “estudo do homem delinquente” e à divisão dos homens entre “normais” (obedientes às ordens) e “anormais” (desobedientes, criminosos, anarquistas ou resistentes) (DEL OLMO, 1981 *apud* MORETZSOHN, 2003, p. 8).

A fundamentação que Moretzsohn (2003) acredita influenciar o jornalismo é responsável, segundo a autora, por dissolver as fronteiras das linhas editoriais dos veículos durante o processo de definição de um inimigo em comum para eles e para a população, o que ocorre em consonância com discursos oficiais (MORETZSOHN, 2003, p. 8). Esse processo aconteceu com o tráfico de drogas, conforme exemplifica Moretzsohn (2003). Um passo seguinte à escolha do inimigo seria a “produção de ondas de crime”, caracterizada como uma etapa da produção jornalística em que se produzem “situações artificiais” que são “parte das estratégias dos conflitos que envolvem os jogos de decisões políticas e econômicas” (MORETZSOHN, 2003, p. 13). O nascimento das ondas seria, de acordo Fishman (1990), resultado do processo de produção das notícias: o desdobramento delas em suítes ao longo de um mesmo dia e a multiplicação em efeito cascata (FISHMAN, 1990 *apud* MORETZSOHN, 2003, p. 13). Essa construção narrativa acaba sendo vitoriosa para os veículos que, além de noticiarem a violência, em certo momento passam a noticiar também a sua própria relevância no cotidiano social, visto que os episódios por eles publicado se tornam parte das percepções prioritárias da população (MORETZSOHN, 2003, p. 14).

Ainda sobre a produção jornalística de ondas de violência, Corrêa (2010) afirma que as notícias sobre crimes podem criar alterações comportamentais, por conta do “imaginário do medo, recriado e repetido massivamente todos os dias” (CORRÊA, 2010, p. 93). Ao noticiar as formas como a população encontra para se prevenir da violência, como a instalação de câmeras de segurança, por exemplo, o autor nota uma disseminação do medo e “tentativas de suprir a segurança perdida, simulando e narrando um porto seguro nos lugares privados em que as classes abastadas circulam”. Contudo, ao mesmo tempo, “o espaço público torna-se, de

forma acentuada, o lugar do encontro com o medo” e os indivíduos anônimos de uma multidão “tornam-se criminosos em potencial” (CORRÊA, 2010, p. 94).

A partir de análises de duas coberturas de casos violentos feitas pelo Jornal O Globo em 2003, Matheus (2011) elucidada o que seria o processo de criação de um *continuum narrativo* sobre a violência a partir de “elos narrativos” entre reportagens sobre o tema (Idem, p. 18). Segundo a autora, essas reportagens demonstram a existência de um “jornalismo sensacional”, como se fossem um “um repositório de personagens, dramas, sensações e afetos que se atualizam a cada nova notícia” (MATHEUS, 2011, p. 18) e também trabalham com a lógica de uma “memória do medo”, em que o processo de veiculação de notícias sobre um novo crime inclui um histórico sobre outros, como se eles fizessem sempre parte de um mesmo tema (Idem, p. 19). Para Matheus (2011), o imaginário das pessoas a transitar entre conceitos como a dor, a ausência do riso e o medo seria uma consequência do tratamento das notícias sobre violência, construídas como um fetiche e por representações midiáticas que acionam essas sensações, estruturado de maneira ideológica e cultural (Idem, p. 85).

A maneira como a mídia retrata o Rio de Janeiro, por meio de registros urbanos repletos de tensões e complexidades, conforme explorado neste capítulo, será aprofundada adiante no quarto capítulo deste trabalho, por meio de uma leitura crítica da cobertura da intervenção federal pelo Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo de Televisão e o que mais atrai a atenção dos telespectadores no país, amparada na metodologia da Análise Televisual proposta por Becker (2012). As 26 edições deste noticiário analisadas também se relacionam diretamente com a questão da segurança pública. Precedendo este estudo, o capítulo a seguir discute o papel de mediação desenvolvido pelo jornalismo e o espaço de centralidade ocupado pela televisão e pelos telejornais na construção da experiência social cotidiana, considerando que estas reflexões são importantes para amparar a Análise Televisual.

3. Precisamos continuar falando sobre televisão e telejornalismo

Qual meio de comunicação é escolhido pelas brasileiras e pelos brasileiros quando procuram um meio de comunicação que os deixe bem informados? A Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), divulgada em 2017 com resultados referentes ao ano anterior, mostrou que cerca de 90% dos brasileiros utilizam a televisão como o principal meio de obter informações sobre o que acontece ao seu redor⁴¹. O estudo, realizado pela Secretaria de Comunicação Social do Governo (SECOM), perguntou a 15.050 mil entrevistados quais eram, em primeiro e segundo lugar, os meios de comunicação que eles mais utilizavam para se manterem informados. Em 63% dos casos, a TV foi citada em primeiro lugar e, em outros 26%, em segundo lugar. Somados, os resultados mostram que ainda é diante dos televisores que a população do Brasil assiste aos registros do que acontece diariamente no país e no mundo. E nem mesmo a ascensão da internet, meio escolhido por 49% dos respondentes para se atualizarem, fez com que a TV perdesse o seu lugar de centralidade, conquistado, gradativamente, desde que adentrou o território nacional no início da década de 1950, por meio dos primeiros televisores de tubo importados dos Estados Unidos a mando do empresário e dono da TV Tupi, Assis Chateaubriand, responsável pelas primeiras transmissões comerciais no país (MORAIS, 1994, p. 363).

O estudo da SECOM também revelou que, entre os entrevistados que assistem televisão, 77% fazem disso um hábito diário⁴². O dado representou um aumento considerável em relação às duas pesquisas anteriores realizadas, as de 2013 e de 2014. 65% dos respondentes assistiam TV todos os dias em 2013 e no ano seguinte 73% deles⁴³. O tempo médio gasto pelos entrevistados em frente à TV, em acordo com a pesquisa mais recente de 2016, foi de 3 a 4 horas por dia. Não é surpreendente, afinal, que mais da metade dos que responderam ao questionário tenham dito que sempre ou muitas vezes confiam mais nas notícias que são veiculadas neste meio de comunicação do que em outros meios.

Números significativos registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também atestam a centralidade da televisão no cotidiano nacional. Segundo a

⁴¹ Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal. Disponível em: <<http://pesquisademidia.gov.br>>. Acessado em 12 jun. 2018.

⁴² Idem.

⁴³ TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>>. Acessado em 12 jun. 2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2016⁴⁴, os domicílios brasileiros abrigam cerca de 102.633 televisores. Proporcionalmente, do total de 69,3 milhões de casas consideradas pela análise, apenas 2,8% não possuíam TV. Os microcomputadores, por sua vez, apareceram em 45,3% das casas. Cerca de 41,104 milhões de brasileiros também não tinham acesso telefones celulares de uso pessoal, também utilizados para acessar a internet e receber informações, o que representa 22,9% da população com mais de dez anos de idade⁴⁵. É possível, portanto, estabelecer que a televisão segue alcançando pessoas de diferentes regiões do país que as outras plataformas tecnológicas ainda não alcançam.

Há ainda o levantamento realizado em 2016 pela Kantar IBOPE Media, uma das principais empresas responsáveis por aferir a audiência dos programas e canais da televisão brasileira. De acordo com o estudo, a população do Brasil assiste a 6 horas e 17 minutos de conteúdo televisivo por dia⁴⁶. Em relação ao mesmo dado obtido pelo instituto de medição um ano antes, foi registrado um aumento de 16 minutos no tempo médio diante da TV entre 2015 e 2016. Há dez anos, em 2008, esse tempo médio era de 5 horas e 8 minutos diários sendo gastos pelos brasileiros em frente às telinhas. Ao longo das pesquisas que se sucederam na década seguinte, a Kantar IBOPE Media registrou, em todas elas, um aumento ininterrupto do tempo despendido em frente aos televisores.

Esses dados, que poderiam ser somados a outros de resultados análogos, são a tradução quantitativa da lógica televisiva comumente partilhada pelos brasileiros. Em todo o país, a televisão ainda é utilizada não só como uma fonte de informação e entretenimento, mas também como um item definidor para a organização física das casas (onde, em geral, as salas de estar abrigam os maiores televisores e se tornam o principal espaço de convivência coletiva) e para o estabelecimento de uma rotina de consumo do conteúdo audiovisual por parte dos telespectadores. Não é improvável propor que a televisão é vista como um aparato obrigatório na composição de milhares de residências brasileiras e na dinâmica do dia a dia das pessoas, tornando-se parte relevante dos ambientes, por vezes o principal foco de atenção, constituindo-se em compromisso recorrente na agenda de quem a assiste para encontrar informações sobre acontecimentos locais e globais.

⁴⁴ Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua de 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acessado em: 12 jun. 2018.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Brasileiros assistiram mais de 6 horas de TV por dia, em 2016. Kantar IBOPE Media, 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/brasileiros-assistiram-mais-de-6-horas-de-tv-por-dia-em-2016/>>. Acessado em: 12 jun. 2018.

E por que precisamos continuar falando sobre a televisão, dado que ela surgiu há quase 70 anos no Brasil e, desde então, sua posição de centralidade vem sendo constatada estatisticamente e debatida amplamente por teóricos de diversos campos, inclusive o da Comunicação Social? A resposta para essa indagação é a falsa sensação de esvaziamento do público da televisão que pode perpassar o dia a dia de quem tem a vida pautada pela Internet, acessada através dos computadores e *smartphones*. Essa maneira mais recente de obter informações e se conectar com o mundo, embora esteja sendo disseminada e passando a fazer parte do cotidiano popular, não é sinônimo de um ponto final definitivo para a centralidade da televisão no Brasil. Becker (2016) afirma que “há razões que impedem de se declarar o fim da televisão e/ou aceitar a sua sentença de morte” (p. 55). Essas razões, segundo a autora, residem na transformação empreendida pela TV junto das chamadas “mídias emergentes”, o que cria, através de um processo simbiótico, uma TV “pós-industrial, pós-massiva, *pós-broadcast*, pós-nacional, pós-digital” (BECKER, 2016, p. 57).

Os laços da televisão com o universo de possibilidades aberto pela Internet podem ser identificados, por exemplo, através dos lançamentos das plataformas de *streaming* que acompanham “a tendência iniciada por empresas como o Youtube e o Netflix, buscando oferecer a programação em plataformas que permitem a mobilidade no consumo de mídia” (BECKER, 2016, p. 57). Enquanto isso, no que diz respeito ao conteúdo veiculado, é possível dizer, ainda segundo Becker (2016), que “a TV tanto incorpora distintos conteúdos no fluxo regular da grade de programação quanto os recoloca em outras plataformas, transformando o próprio conteúdo linear em uma multiplicidade de imagens, textos e gráficos” (BECKER, 2016, p. 59). Essa contínua centralidade também pode ser atestada pelos números relativos à quantidade de público, dado que, no caso da televisão, “as audiências ainda são muito altas se comparadas com as demais mídias” (BECKER, 2016, p. 58).

Sob a perspectiva numérica da audiência, a Rede Globo de Televisão — líder de audiência a partir do início da década de 1970 em São Paulo e no Rio de Janeiro⁴⁷ — é um exemplo de como o público que consome as informações pela televisão ainda é maior do que o que as recebe através da Internet. Em 2017, segundo estudo da empresa estadunidense ComScore, a programação global impactou cerca de 64 milhões de pessoas por mês via

⁴⁷ Chegada do homem à lua: liderança da Globo. Memória Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chegada-do-homem-a-lua/lideranca-da-globo.htm>>. Acessado em 12 jun. 2018.

Internet em 2017⁴⁸. Apesar de muito expressivo, o número não bate o potencial de alcance do canal de televisão quando se trata do número de pessoas que o assistiram da maneira convencional no mesmo período: uma média mensal de 190 milhões de pessoas em 2017, quase o triplo do número de pessoas alcançadas virtualmente⁴⁹. Uma vez que o principal canal de televisão do país (o carro-chefe do maior grupo brasileiro de comunicação, o Grupo Globo) alcançou três vezes mais pessoas através dos televisores do que pela internet, é de extrema relevância que continuemos a debater e pensar a dimensão deste meio de comunicação para o Brasil. Faz-se necessária, portanto, atenção à expressividade da TV para os hábitos de recepção de informações pela população, tema que será discutido a seguir.

3.1. Telejornalismo: a notícia bate à porta dos domicílios brasileiros

Discutir de que maneira acontece a transmissão de conteúdos noticiosos pela televisão é, automaticamente, adentrar o campo de estudos sobre telejornalismo. Originado praticamente ao mesmo tempo que a TV brasileira — mais precisamente em 20 de setembro de 1950, com o “Imagens do Dia”, transmitido pela TV Tupi (REZENDE, 2000, p. 105) — o telejornal deu os seus primeiros passos de forma precária, ainda carente de um nível mínimo de qualidade (REZENDE, 2000, p. 106). Até se tornar capaz de ocupar a posição que Correia e Vizeu (2008) chamam de “lugar de referência”, o gênero telejornal atravessou décadas na tentativa de construir e assimilar um estilo próprio e também uma imagem objetiva que passasse credibilidade à opinião pública, mesmo em meio à forte interferência política envolvida no contexto de produção (REZENDE, 2000, p. 108). Essa escalada até o posto de principal fonte de informações dos telespectadores teve início por meio de telejornais expressivos como o “Repórter Esso” (da Tupi) e o “Jornal de Vanguarda” (da TV Excelsior), conforme recupera Rezende (2000, p. 107) e ganhou novos contornos até que fosse lançado o “Jornal Nacional” (da TV Globo), em 1969, provavelmente o maior exemplo de um telejornal alçado ao “lugar de referência” proposto por Correia e Vizeu (2008).

Ao ocupar um “lugar de referência”, o telejornal preenche um espaço praticamente análogo ao que é ocupada por instituições fundamentais para a vida das pessoas, como a família, os amigos, a escola, a religião e o consumo (CANCLINI, 1995 *apud* CORREIA; VIZEU, 2008, p. 12). Trata-se de um “lugar de orientação nas sociedades complexas que homens e mulheres recorrem para o bem e para o mal” (CORREIA; VIZEU, 2008, p. 19).

⁴⁸ “Audiência da Globo é a maior desde 2011”, Valor Econômico, 23 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5165008/audiencia-da-globo-e-maior-desde-2011>>. Acessado em 12 jun. 2016.

⁴⁹ Idem.

Dessa maneira, o telejornalismo pode ser visto como uma “forma de conhecimento crítico que tem como preocupação interpretar a realidade social” (GOMIS, 1991; GENRO, 1987; MEDITSCH, 1992; TUCHMANN, 1983 *apud* VIZEU, 2012, p. 77). De modo geral, o telejornal orienta telespectadores e exerce uma função pedagógica principalmente através da função de mediação entre aqueles que “fazem parte do ‘espetáculo mundano’ e o público” (Idem, p. 78). Ou seja, eles produzem conhecimento ao passo que “organizam o mundo” através de suas representações elaboradas de maneiras mais compreensíveis (Idem, p. 80) para a audiência, com isso, tornam-se uma ponte praticamente imprescindível entre os atores sociais e a audiência.

O papel mediador do jornalismo, anterior à discussão específica sobre o telejornalismo, é debatido por Alsina (2009) a partir da noção de que “o sistema (da mídia) impõe seu determinismo sobre o acontecimento do ecossistema na construção da notícia”, que é “produto da mediação da instituição comunicativa” (p. 135). Isso é, além de interligar o público aos atores sociais, a mídia (através da sua estrutura denominada de “sistema”) também seria a responsável por dar a palavra final em relação aos acontecimentos que são transformados em narrativas noticiosas, audiovisuais ou não. Porém, ainda conforme propõe Alsina (2009), o produto principal do jornalismo, as notícias, seriam uma “representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (Idem, p. 297). Segundo essa perspectiva do autor, podemos entender a representação social como “instrumento graças ao qual o indivíduo ou grupo apreende o seu entorno” (ALSINA, 2009, p. 300), bem como uma ideia de institucionalidade atrelada ao papel do jornalista legitimado pelo pertencimento a uma empresa comunicativa, que é uma instituição dentro da sociedade (Idem, p. 302). Os mundos possíveis, finalmente, seriam aqueles que o jornalista “construirá levando em conta o mundo real e um mundo de referência escolhido”, dado que a produção da notícia será perpassada pelos conhecimentos do profissional acerca do assunto tratado e também pelas características de um “mundo de referência”, que são aqueles “nos quais podemos enquadrar o acontecimento do mundo real” (Idem, p. 308).

É possível aprofundar ainda mais as complexidades que envolvem o papel de mediação do jornalismo, sob o prisma das narrativas audiovisuais noticiosas transmitidas pela televisão, a partir das proposições de Martín-Barbero (2014). Ao pensar a comunicação como “processo social” e “campo de batalha cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 23), o autor constrói uma compreensão da comunicação a partir de sua “textura dialógica”, que consiste na existência de um “horizonte de reciprocidade de cada homem com os outros no mundo”

(Idem, p. 29). O dialogismo, porém, é mais espesso do que poderia parecer, conforme explica Martín-Barbero (2014), porque “entre dois sujeitos, por mais próximos que se sintam, está o mundo em sua dupla figura de natureza e história” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 30). A alteridade, portanto, é a distância que faz necessária a ponte — ou mediação.

Diante das assimetrias, portanto, a linguagem pode ser compreendida como um “lugar de cruzamento” entre natureza e história relativas aos interlocutores, que estão enraizados na terra sobre a qual a própria linguagem foi moldada (Idem, p. 30). Para a existência do diálogo, Martín-Barbero (2014) estabelece a necessidade de que as palavras sejam arriscadas não ao encontro de si mesmas, mas ao de outra palavra e da resposta de um outro interlocutor (Idem, p. 33). Portanto, pode ser errônea a noção de existência de um simples eco ou ressonância atrelados à linguagem e à enunciação de discursos que se dá através da mediação, visto que, segundo estabelecido por este teórico, as palavras vão de encontro ao encontro de outras palavras e os significados ao encontro de outros significados, existindo sempre uma resposta de ambos os interlocutores envolvidos num diálogo.

É a proposta de Martín-Barbero (2014) de que “não existe comunicação direta, imediata” e por descrever a mediação como “ruptura e ponte” que envolve signos e símbolos (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 30) que o leva a negar a ideia da crença de que a televisão seja inculta, fútil e imbecil, motivo de abominação ao meio por parte de representantes da intelectualidade (Idem, p. 46). Para o autor, trata-se de uma visão elitista que diz mais sobre a visão dos críticos em relação aos cidadãos menos abastados (e, portanto, supostamente mais suscetíveis à alienação e à fascinação pela “videocultura”) do que sobre o efeito que a televisão realmente teria sobre essas pessoas que, por integrarem a textura dialógica da linguagem, também são capazes de emitirem suas próprias respostas enquanto receptoras de discursos (Idem, p. 47).

Portanto, mais do que formular afirmações contundentes e decisivas sobre o comportamento editorial do “Jornal Nacional” diante da cobertura da intervenção federal no Rio de Janeiro nos meses de fevereiro e março de 2018, a proposta deste trabalho trabalha com a ideia de “decifrar a multiplicidade de discursos que articula/disfarça a imagem, a distinguir o que se fala do que se diz, o que há de sentido na incessante proliferação de signos que mobiliza a informação” (Idem, p. 56). Da mesma forma que o Rio de Janeiro pode ser compreendido como um espaço muito mais complexo do que as antíteses ao qual é resumido, de acordo com o que foi debatido ao longo do segundo capítulo, também pode ser assim compreendida a televisão e o telejornalismo, como mostra Martín-Barbero (2014) e também Becker (2012).

3.2. Jornal Nacional: configurações de um líder em audiência

Em comparação com a média anual de audiência de seu principal concorrente, o “Jornal Nacional”, da TV Globo, foi capaz de alcançar quase quatro vezes mais pessoas ao longo de 2017 — foram 30 pontos médios de audiência contra 8 pontos do “Jornal da Record”, da Record TV.⁵⁰ Ou seja, o “JN” alcançou, pelo menos, três vezes mais pessoas do que o telejornal vice-líder de audiência no país e um número quatro vezes maior de indivíduos que acompanharam. o noticiário televisivo do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) neste mesmo ano. Essa disparidade é uma entre tantas amostras da relevância que o primeiro telejornal de rede do país, lançado em setembro de 1969, conquistou ao longo de 49 anos de história. E é também uma evidência de seu potencial e de seu poder de enunciação ao prestar um “serviço” de informação para a sociedade, o que demonstra a grande necessidade de estudá-lo.

Traduzidos em pontuações de um ou dois algarismos, esses índices de audiência guardam informações bastante expressivas para que possamos dimensionar o tamanho do “Jornal Nacional” diante de um país continental como o Brasil. A média de 30 pontos de audiência em 2017 significa que cerca de 6 milhões de pessoas foram alcançadas, diariamente, pelo “JN” apenas na Grande São Paulo, em um universo de cerca de 20 milhões de pessoas consideradas pela Kantar Ibope Media⁵¹. Trata-se, no caso, da praça mais relevante para o processo de medição de audiência no país.

Relacionados ao *corpus* da Análise Televisual que será apresentada neste trabalho nos próximos dois capítulos, os números de audiência demonstram que o “Jornal Nacional” foi acompanhado e se manteve, semanalmente, como o segundo entre os cinco programas mais assistidos da TV Globo nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro no intervalo entre 16 de fevereiro e 17 de março, datas limites da coleta dos dados analisados a seguir. Em território paulista, a audiência mais alta neste período foi de 32 pontos⁵² de audiência, enquanto diante do público carioca o recorde foi de 36 pontos. Trata-se de uma audiência bastante significativa, ainda mais quando comparada ao programa da TV Globo com maiores índices de audiências no mesmo intervalo temporal: a telenovela do horário

⁵⁰ Bom de Ibope: ‘JN’ se aproxima dos 30 pontos de média no ano. Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bom-de-ibope-jn-se-aproxima-dos-30-pontos-de-media-no-ano,b40044f0fe3a0f13adb74a0cc7ca918e2qqn6w6c.html>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁵¹ Representatividade da medição de audiência. Kantar IBOPE Media. Disponível em: <<http://www.imcgrupo.com/fsb/e52619e6ce6fbf3d4af399155d35352f.pdf>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁵² TOP 5 GSP – Audiência de TV – 05/03 a 11/03/2018. Kantar IBOPE Media. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/top-5-gsp-audiencia-de-tv-0503-a-11032018/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

nobre. “O outro lado do paraíso” alcançou em São Paulo a audiência máxima de 42 pontos⁵³, dez a mais do que o alcançado pelo “JN”. Já no Rio, a distância foi ainda menor: entre o recorde de 44 pontos da telenovela⁵⁴ e o de 36 pontos do telejornal, foram apenas 8 pontos de diferença.

Pioneiro no que diz respeito à integração das várias regiões do Brasil em transmissão em rede ao vivo, o “Jornal Nacional” nasceu com apenas 15 minutos de duração e era transmitido de segunda-feira a sábado, já com dois apresentadores em sua bancada (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 33). O telejornal buscou se diferenciar do “Repórter Esso”, da Tupi, invertendo a ordem de apresentação das notícias: enquanto o concorrente as apresentava da menos importante para a mais importante, o “JN” deixava o que era menos urgente para o final, antes de deixar o público com o tradicional encerramento, desejando de “Boa noite” (Idem, p. 34). Além dessa diferença, as duas atrações também se distanciavam quanto à linguagem audiovisual escolhida para enunciar os acontecimentos: o programa da Tupi focalizava a figura do apresentador lendo as principais notícias do dia (cerca de 20), enquanto o da TV Globo veiculava imagens e registros dos fatos, inseridos sob o áudio do locutor, e depoimentos dos principais envolvidos em primeira pessoa diante das câmeras (Idem, p. 34).

Além do interesse relacionado ao desejo de incrementar o telejornalismo global, a criação do “JN” teve como motivos paralelos os “interesses políticos e mercadológicos” (REZENDE, 2000, p. 109). Um dos exemplos disso foi o patrocínio do Banco Nacional de Minas Gerais ao programa, que durou anos e levou as pessoas a pensarem até que o nome do telejornal tivesse sido adotado em função do aporte financeiro (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 29). Sob a ótica da política, o “JN” enfrentou o mesmo rótulo que acompanhou a TV Globo por muitos anos: o da afinidade editorial com as ideias do Regime Militar (REZENDE, 2000, p. 110). No dia da primeira exibição deste noticiário, o país passou, temporariamente, ao comando de três ministros militares, em substituição ao enfermo presidente Costa e Silva, transição que marcou um enrijecimento da censura à imprensa durante a ditadura (Idem, p. 110). E o “Jornal Nacional” teve, desde o seu ponto de largada, um conteúdo que foi “sacrificado pela interferência da censura” (Idem, p. 111).

Além do filtro ideológico relacionado aos militares que definia o que seria ou não veiculado pelo telejornal de rede e de que forma isso aconteceria, o “JN” também tinha os seus próprios critérios de noticiabilidade que definiam o que era uma notícia realmente

⁵³ TOP 5 GSP – Audiência de TV – 05/03 a 11/03/2018. Kantar IBOPE Media. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/top-5-gsp-audiencia-de-tv-0503-a-11032018/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁵⁴ OP 5 GRJ – Audiência de TV – 19/02 a 25/02/2018. Kantar IBOPE Media. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/top-5-grj-audiencia-de-tv-1902-a-25022018/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

expressiva para ser transmitida em rede nacional. Inicialmente, exibido ao vivo, e, simultaneamente, para Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (Idem, p. 107), o programa precisou desenvolver por si mesmo a prática e o conceito de “noticiário nacional”, que ainda inexistia na TV brasileira (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 38).

As matérias deveriam ser de interesse geral e não regionais ou particularistas. Os assuntos tinham que chamar a atenção tanto do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre. Era necessário não superdimensionar uma região em detrimento da outra, pensar sempre em como determinada nota poderia repercutir em estados diferentes. Num país continental, com tantas diferenças regionais, era uma tarefa difícil, e a equipe teve que ir aprendendo aos poucos. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 39).

Amplamente assistido pelos brasileiros, conforme demonstram os números de audiência antes mencionado, e articulado para conseguir alcançar os telespectadores brasileiros e falar, diretamente, com cada um deles, desde o apuro técnico (REZENDE, 2000, p. 110) até o conteúdo (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 39), o “Jornal Nacional” é citado por Vizeu (2009) como um ocupante do “lugar de referência”, conceito já abordado neste capítulo. Ao se referir a um estudo sobre recepção entre alunos universitários realizado por Travancas (2007, p. 88 *apud* VIZEU, 2009, p. 78), o autor destacou os resultados positivos da pesquisa quanto à ligação dos jovens com o telejornal que, segundo ele, “pode afetar e influenciar o conjunto de informações e conhecimentos que esses jovens adquirem, assim como seus projetos pessoais” (VIZEU, 2009, p. 78). Conforme recuperado por Vizeu (2009), a análise de Travancas (2007) mostrou que “alguns [jovens] comentavam que, embora o jornal mostrasse tragédias e notícias negativas, assistir ele [o “Jornal Nacional”] dava uma sensação de tranquilidade [...] e que viam o JN também para relaxar de suas rotinas estressantes e corridas de uma grande metrópole” (TRAVANCAS, 2007, p. 95-96 *apud* VIZEU, 2009, p. 78).

Diante deste contexto, é possível afirmar que cobertura feita pelo “Jornal Nacional” sobre os acontecimentos que impactam espaços urbanos significativos para a conjuntura nacional se reflete na vida dos telespectadores, conforme evidenciou o estudo de Travancas (Idem, p. 78), e também é disseminada, em rede, país afora, de acordo com os índices de audiência. Portanto, são necessários estudos aprofundados sobre os conteúdos que o telejornal da Rede Globo de Televisão veicula, principalmente, quando atrelados aos grandes acontecimentos que têm como pano de fundo as grandes cidades, praças de audiência relevantes, cujos habitantes encontram no telejornal de rede uma fonte de informação sobre seus cotidianos. Por essa razão, é apresentada em seguida um estudo da produção acadêmica,

relacionada ao telejornalismo e à segurança pública do Rio de Janeiro, questões interligadas ao objeto de estudo desta pesquisa: a intervenção federal nas forças de segurança do estado fluminense, observando se e como foram refletidas nas pesquisas em telejornalismo nos últimos três anos.

3.3. O Rio de Janeiro nos estudos sobre telejornalismo

O “Mapeamento das pesquisas em Telejornalismo no Brasil: um estudo da produção acadêmico-científica de 2010 a 2014”, de Becker (2015), demonstra um “estado da arte das pesquisas em telejornalismo” no Brasil (Idem, p. 204) e, entre outras considerações, propõe que as “variabilidades geográficas, regionais e territoriais, físicas e simbólicas, são as maiores riquezas a serem ainda exploradas na tela da TV e em nossas pesquisas [sobre telejornalismo] em um país continental como o Brasil” (Idem, p. 204). Para construir o objeto de estudo do referente artigo, Becker (2015) considerou 10 fontes distintas para análise, em busca de trabalhos sobre telejornalismo: o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), que reúne dissertações de mestrado e teses de doutorado; os Anais de congressos nacionais que reúnem estudos da comunicação, como a Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação (COMPÓS) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); além de cinco periódicos nacionais do campo da Comunicação indexados com Qualis A2 pela CAPES, por exemplo, as revistas Matrizes, da Universidade do Estado de São Paulo (USP) e Galáxia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Idem, p. 194-195).

Recuperando o percurso metodológico percorrido por Becker (2015), esta pesquisa apresenta um levantamento de todos os trabalhos sobre telejornalismo publicados nos anos de 2015, 2016 e 2017- teses e dissertações catalogadas pela CAPES e artigos apresentados em congressos nacionais de Comunicação ou publicados em revistas científicas indexadas com Qualis A2- buscando identificar de que maneira, e mais precisamente em qual proporção, a representação dos telejornais sobre o Rio de Janeiro e a temática da segurança pública fluminense foram ou não abordada nestes estudos.

A partir da filtragem de resultados feita a partir de buscas pelo termo “telejornalismo”, os resultados foram organizados em tabelas e, a partir delas, foram identificados os números totais de trabalhos sobre o assunto em cada base de dados e também quais deles se relacionavam à temática desta pesquisa. Nesses três anos, foram apresentados um total de 178 trabalhos em congressos e publicados 739 artigos publicados em periódicos sobre telejornalismo, localizados no Banco de Teses da CAPES; nos anais dos de congressos da

COMPÓS, do Intercom e da SBPJo⁵⁵ e nas edições das revistas científicas Matrizes (USP); Galáxia (PUC-SP); Famecos (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS); Comunicação, Mídia e Consumo (Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, ESPM-SP); Em Questão (do departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS); Intercom e E-Compós, sendo as duas últimas publicadas pelas instituições responsáveis por dois congressos citados anteriormente. Os dados referentes aos últimos três anos foram disponibilizados e coletados das plataformas das revistas científicas e dos congressos COMPÓS e Intercom. As outras plataformas disponibilizam apenas os dados relativos aos anos de 2015 e 2016, como poderá ser observado a seguir.

Entre os 57 trabalhos acadêmicos sobre telejornalismo catalogados pelo Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior, CAPES, em 2015 e 2016, apenas uma obra tratou sobre de questão relativa ao Rio de Janeiro. A Tese apresentada pela pesquisadora Lilían Saback de Sá Moraes para a conclusão do curso de doutorado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi apresentada em 2015 e intitulada “Parceiro do RJ / TV Globo: comunidade e narrativas inclusivas pelo audiovisual”. A pesquisadora abordou o quadro "Parceiro do RJ" do telejornal local “RJTV 1ª Edição”, que incluía entre suas reportagens produções feitas por jovens moradores de favelas cariocas e finalizadas por jornalistas profissionais detentores das principais técnicas da área⁵⁶, trabalhou os conceitos de comunidade, favelas e jornalismo comunitário e procurou demonstrar de que maneira a violência perpassava as narrativas das matérias deste quadro⁵⁷.

No caso dos anais da COMPÓS, não foi possível efetuar a busca pela palavra-chave “telejornalismo”. Para encontrar os trabalhos sobre telejornalismo, portanto, foi realizada uma pesquisa dos artigos apresentados sobre esta temática nos Grupos de Trabalho Estudos de Jornalismo e Estudos de Televisão, seguida de uma filtragem desses resultados, para listar os trabalhos que realmente trataram deste objeto de estudo. Foram registrados um total de 60 trabalhos apresentados entre 2015 e 2017. Porém, nenhum deles abordou as representações do telejornalismo sobre o estado fluminense ou a questão da segurança pública. O mesmo

⁵⁵ Associação Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo, que promove o Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo.

⁵⁶ Dados do Trabalho de Conclusão: “Parceiro do RJ / TV Globo: comunidade e narrativas inclusivas pelo audiovisual”. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2524344>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁵⁷ Idem.

aconteceu quando analisados os 38 trabalhos sobre telejornalismo que foram apresentados pelos pesquisadores no congresso da SBPJor em 2015 e 2016.

Os 121 trabalhos apresentados no Intercom entre 2015 e 2017 sobre telejornalismo trouxeram de volta, entre eles, a discussão proposta por Moraes (2015), anteriormente identificada entre as publicações do Banco de Teses da CAPES. O referido trabalho da pesquisadora que focalizou o quadro “Parceiro do RJ”, do “RJTV” em sua Tese, foi apresentado novamente, em versão adaptada, focalizando a metodologia de análise desenvolvida pela autora durante o congresso de 2015⁵⁸. Na mesma edição do evento, as pesquisadoras Christina Ferraz Musse e Cláudia de Albuquerque Thomé, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), apresentaram trabalho sobre o mesmo telejornal, intitulado “Um milhão de amigos no RJTV: o telespectador como produtor de conteúdo pelos aplicativos Whatsapp e Viber”, e propuseram debate sobre a utilização de conteúdo colaborativo registrado e enviado por telespectadores através de *smartphones* para a redação do telejornal local carioca⁵⁹.

Em 2017, entre os artigos apresentados também na Intercom, a pesquisadora Lumarya Sousa, da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentou o trabalho “O Território Proibido e a Estigmatização da Violência na Construção da Imagem da Favela nos Telejornais da Rede Globo” em que se propôs a analisar os “enquadramentos da mídia hegemônica na representação da favela, partindo da ótica do crime, do medo e da insegurança” (SOUSA, 2017, p. 1). A autora analisou reportagens exibidas nos telejornais “Bom Dia Brasil”, “Jornal Hoje” e “Jornal Nacional” ao longo do ano de 2015 e identificou, entre outras características da linha editorial desses programas, que a favela é tratada nas representações dos telejornais estudados como um cenário de guerra e seus moradores são identificados como vândalos, baderneiros e revoltados, adjetivos que, para a pesquisadora, caracterizaram um processo de superexposição dos moradores (Idem, p. 14-15). Como solução para o que seria um tratamento estereotipado dessas pessoas, Sousa (2017) propõe “uma desconstrução de uma narrativa única da favela” que possibilite a ascensão de novos discursos, capazes de promover uma compreensão sobre complexidades e narrativas do espaço em questão (Idem, p. 14).

Do total de 739 artigos publicados pelos sete periódicos científicos em análise, apenas oito eram sobre telejornalismo. Os trabalhos, publicados entre 2015 e 2017, foram incluídos em

⁵⁸ Metodologia de análise do modo parceiro de fazer telejornalismo. Intercom. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0566-1.pdf>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁵⁹ Um milhão de amigos no “RJTV”: o telespectador como produtor de conteúdo pelos aplicativos WhatsApp e Viber. Intercom. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1632-1.pdf>>. Acessado em 15 jun. 2018.

edições das revistas Matrizes; Famecos; Intercom; E-Compós; Comunicação, Mídia e Consumo e abordaram temas como a função pedagógica dos telejornais⁶⁰, a construção da realidade a partir deles⁶¹, as possibilidades de participação⁶² e interação⁶³ em programas do gênero, o papel testemunhal assumido por repórteres⁶⁴ e também o estado da arte dos estudos sobre os noticiários televisivos, representado pelo artigo de Becker (2015) que inspirou este levantamento de informações. Não houve trabalho que se aproximasse do tema aqui proposto.

A partir do panorama encontrado neste mapeamento, é possível afirmar que existem pouquíssimos trabalhos que abordam as representações do Rio de Janeiro e da crise de segurança pública na capital e no estado de noticiários televisivos locais ou de rede. Foram encontrados apenas quatro obras que se aproximam do objeto de estudo desta pesquisa em um universo de 917 trabalhos. Essa proporção quase irrisória de trabalhos correlatos a estas temáticas, evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados para uma compreensão mais ampla dos modos como o Rio de Janeiro e a segurança pública são trabalhadas pelos telejornais, considerando a relevância das narrativas audiovisuais noticiosas para a percepção de um espaço urbano tão relevante para o Brasil, conforme evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho. Ao aplicar a Análise Televisual proposta por Becker (2012) para esmiuçar as 26 edições do “Jornal Nacional” da TV Globo, relativas ao primeiro mês de cobertura da intervenção federal no Rio e que formam o corpus desta pesquisa, os capítulos 4 e 5 buscam elucidar questões importantes que permeiam as narrativas das matérias observadas e resultam de um esforço de contribuir para o preenchimento desta lacuna.

⁶⁰ VIZEU, Alfredo Pereira & DA SILVA, Laerte José Cerqueira. 65 anos de televisão: o conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica. Famecos, v. 23, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22638>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶¹ BRUCK, Mozahir Salomão. Schutz, Sheherazade e o homem da rua: revisitando aspectos do jornalismo como construtor da realidade. Famecos, v. 22, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3841-1.pdf>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶² ALVES, Kellyane Carvalho & VIZEU, Alfredo Pereira. Telejornalismo “participativo”: pressão das audiências ou fragilidade das instituições. E-Compós, v. 20, n. 2, 2017. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶³ TELAROLLI, Taís Marina. Possibilidades de um telejornal interativo: o caso do MGTV. Famecos, v. 22, n. 1, 2015. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶⁴ LAGE, Leandro Rodrigues. O testemunho na TV: ‘Profissão Repórter’ e a encenação da encenação. Intercom, v. 38, n. 2, 2015. Acessado em 15 jun. 2018.

4. Análise Televisual: Metodologia e análise quantitativa

Para entender de que maneira o “Jornal Nacional”, da TV Globo, exerceu a função de mediação na cobertura da intervenção federal no Rio de Janeiro, este trabalho elegeu a metodologia de Análise Televisual proposto por Becker (2012), aplicada em investigações distintas por pesquisadores de diferentes instituições e níveis de formação e pela própria autora em estudos e pesquisas que buscam elucidar as construções de sentido contidas nas narrativas jornalísticas audiovisuais e de obras de gêneros distintos e áudio e vídeo. Exemplos são as análises televisuais das coberturas jornalísticas de acontecimentos relevantes para o Brasil, como as comemorações dos 500 anos do descobrimento do país, em 2000, e os protestos que levaram milhões de pessoas às ruas em junho de 2013 (BECKER, 2005 e BECKER, 2012). A escolha deste objeto de estudo, como apontado anteriormente, não foi gratuita. A intervenção federal no Rio ocupou um espaço pertinente no noticiário nacional como um dos principais fatos continuamente registrados pela mídia no primeiro semestre de 2018, uma vez que afeta diretamente o cotidiano das 16 milhões de pessoas que habitam o estado do Rio (IBGE, 2017) e repercute nacional e globalmente.

A principal diretriz da Análise Televisual proposta por Becker (2012) é proporcionar possibilidades de realizar uma leitura crítica da mídia em processos de aprendizagem e em pesquisas na área da Comunicação, contribuindo “para a compreensão das mensagens televisuais, desvendando suas características enunciativas e seus modos de construir sentidos” (BECKER, 2012, p. 235). Assim, o uso desta metodologia permite desvelar “sentidos abstratos que podem ser produzidos através de enunciados não verbais que interferem na construção de sentidos de mensagens de diferentes tipos, inclusive das notícias” (ibid., p. 239). O percurso metodológico inclui três etapas diferentes: 1. Descrição ou Contextualização do objeto de estudo, 2. Análise Televisual, propriamente dita, formada por estudo quantitativo e qualitativo do corpus selecionado e 3. Interpretação dos resultados, que, no contexto deste trabalho, estarão articulados com as discussões empreendidas ao longo dos dois capítulos anteriores.

No caso da segunda etapa deste percurso metodológico, Becker (2012) propõe a aplicação no estudo quantitativo de seis categorias (Estrutura Narrativa, Temática, Enunciadores, Visualidade, Som e Edição) e estabelece três princípios de enunciação (Fragmentação, Dramatização e Identidades e Sentidos) no estudo qualitativo do corpus selecionado. Segundo a autora, as categorias e os princípios devem ser utilizados como guias de referência que auxiliam o entendimento da complexidade das narrativas audiovisuais

noticiosas (BECKER, 2012, p. 242). Antes de nos aprofundarmos na Análise Televisual da cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal, apontamos orientações contidas em cada uma das seis categorias de análise quantitativa e nos três princípios de enunciação que formam a etapa da análise qualitativa.

Ao aplicarmos a categoria Estrutura da Narrativa, Becker propõe um primeiro olhar para os elementos que caracterizam o objeto de estudo como um produto audiovisual, considerando o gênero discursivo da obra audiovisual em análise, o estilo narrativo, a organização dos conteúdos e sua duração e divisão em blocos (Idem, p. 243). A categoria “Temática” permite encontrar quais são os conteúdos e campos temáticos que aparecem de maneira predominante no corpus delimitado (Idem, p. 243). A utilização da categoria Enunciadores, por sua vez, oferece a possibilidade de observação dos atores sociais que exercem papel ativo na construção da narrativa, identificando os “diálogos, os depoimentos, as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos, assim como a forma dos âncoras e dos repórteres apresentarem o texto e o modo como é realizada a construção da credibilidade desses profissionais” (Idem, p. 243). As categorias Visualidade, Som e Edição dizem respeito, respectivamente, às considerações sobre as características cênico-visuais, aos elementos sonoros e ao processo de montagem da obra audiovisual. As reflexões deste capítulo da monografia estão concentradas na etapa da análise quantitativa do corpus coletado do Jornal Nacional sobre a intervenção federal no Rio, como será explicitado adiante.

Ainda conforme a proposta de Becker (2012), esse primeiro contato analítico do pesquisador com o produto audiovisual irá garantir subsídios para o segundo momento da Análise Televisual. Na análise qualitativa, o uso do princípio de Fragmentação, proporciona ao pesquisador oportunidade de perceber como ocorre a condensação de informações em um breve período sem o devido aprofundamento dos conteúdos e formatos audiovisuais analisados, o que resulta em um aprofundamento da compreensão do contexto geral em que a obra audiovisual estudada está inserida (BECKER, 2012, p. 244). Por meio do princípio chamado de Dramatização, Becker propõe um exame sobre a natureza ficcional que envolve uma narrativa, despertando a audiência de forma emotiva e envolvente direcionada para que exista um momento de clímax (Idem., p. 244). A aplicação do princípio de enunciação Definição de Identidades e Valores evidencia julgamentos e qualificações construídos pela obra audiovisual analisada diante de questões locais e globais (Idem, p. 244).

A terceira etapa da leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais deste percurso metodológico consiste em uma interpretação dos resultados e, se for o caso, a comparação destes aos resultados da análise televisual de outra amostra, caso o pesquisador

tenha optado por uma análise comparativa entre dois produtos audiovisuais diferentes. Através deste percurso, a autora estabelece que é “possível perceber as possibilidades expressivas que as apropriações da linguagem audiovisual proporcionam” (BECKER, 2012, p. 245) e também entender quais são “os sentidos produzidos pelos diferentes elementos que compõem uma narrativa audiovisual”. A análise qualitativa da cobertura do JN sobre a intervenção é sistematizada no capítulo seguinte.

4.1. Descrição ou contextualização

Para buscar compreender de que maneira o conteúdo produzido e veiculado pelo telejornal mais assistido do Brasil, o Jornal Nacional (JN), construiu a intervenção federal no Rio de Janeiro, esse trabalho apresenta uma Análise Televisual referente ao conteúdo de 26 edições do telejornal, veiculadas no intervalo de 30 dias compreendido entre o dia 16 de fevereiro (quando a intervenção foi decretada) e o dia 17 de março de 2018. Foram consideradas todas as edições veiculadas entre as segundas-feiras e os sábados, uma vez que o telejornal não é exibido aos domingos.

O material utilizado para a análise foi registrado a partir do conteúdo disponibilizado pela TV Globo através da plataforma de *streaming* GloboPlay⁶⁵. A ferramenta de publicação de vídeos disponibiliza, a cada edição, o noticiário televisivo na íntegra e publicações de trechos específicos do telejornal. Cada um desses trechos é equivalente a um VT (também conhecido como *videotape*, o equivalente a uma matéria do telejornal). Ao todo, as 26 edições reuniram 506 matérias, ou VTs, disponibilizados online através da referida plataforma. Para a amostra da Análise Televisual, foi considerado o conjunto de 73 VTs que tratavam de acontecimentos registrados no estado ou na cidade do Rio de Janeiro, ou que tivessem alguma relação com estes dois territórios.

Durante o primeiro mês da intervenção federal no Rio, o “Jornal Nacional” esteve no ar por exatas 18 horas, 27 minutos e 31 segundos. O número foi obtido a partir da soma das durações dos 26 vídeos das edições na íntegra, contabilizando o tempo decorrido entre o início da escalada e os créditos finais. Foram desconsideradas as pausas para os intervalos comerciais, obedecendo a dinâmica de visualização de conteúdo da plataforma GloboPlay. A edição que permaneceu mais tempo no ar foi a do dia 13 de março⁶⁶ (com 51 minutos e 7

⁶⁵ Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶⁶ Jornal Nacional - Íntegra 13 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6576699/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

segundos de duração) e a mais breve foi a do dia 21 de fevereiro⁶⁷ (com 31 minutos e 1 segundo de duração). Nesta última edição foram veiculados dois VTs sobre a intervenção federal. A tabela abaixo mostra a data de exibição e o tempo de duração das edições do JN analisadas.

Tabela 1 – Edições do “Jornal Nacional” analisadas entre 16/02/18 e 17/03/18

DATA	DURAÇÃO	DATA	DURAÇÃO	DATA	DURAÇÃO
16/02	47min 39s	26/02	45min 10s	8/03	48min 48s
17/02	40min 27s	27/02	46min 09s	9/03	42min 47s
18/02	Domingo	28/02	34min 49s	10/03	42min 26s
19/02	38min 04s	1º/03	46min 20s	11/03	Domingo
20/02	46min 14s	2/03	42min 25s	12/03	42min 17s
21/02	31min 01s	3/03	36min 22s	13/03	51min 07s
22/02	41min 20s	4/03	Domingo	14/03	35min 25s
23/02	46min 01s	5/03	39min 04s	15/03	50min 22s
24/02	38min 52s	6/03	48min 39s	16/03	43min 35s
25/02	Domingo	7/03	36min 22s	17/03	45min 46s

Total de duração das 26 edições: 18 horas, 27 minutos e 31 segundos

(Fonte: Autoria própria)

Entre os 506 VTs das edições em análise, foram selecionados, conforme explicitado no início do capítulo, aqueles que registraram acontecimentos no Rio de Janeiro ou que a cidade ou ao estado estavam relacionados. Essa triagem resultou na formação de um *corpus* de 73 VTs, que totalizaram 3 horas, 51 minutos e 40 segundos. Isso quer dizer que das cerca de 18 horas e meia que o “JN” permaneceu no ar durante o mês analisado, quase 4 horas foram ao território fluminense, com foco praticamente exclusivo na capital, conforme veremos adiante. Proporcionalmente, o Rio de Janeiro esteve no ar em cerca de 21% do tempo em que o telejornal foi veiculado pela TV Globo no decorrer das edições estudadas durante 30 dias. Os dados resultantes da aplicação da categoria Estrutura Narrativa na análise quantitativa

⁶⁷ Jornal Nacional - Íntegra 21 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6522186/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

apresentados em seguida, permitem identificar que o Rio de Janeiro ocupou espaços de grande destaque no início da escalada em nove edições. A cidade também foi tema do VT de abertura de outras dez edições exibida (s) pelo programa e ainda ocupou um ou dois blocos inteiros em 16 de fevereiro⁶⁸ e 15 de março⁶⁹.

São raras as edições do “Jornal Nacional” em que nenhuma reportagem trata diretamente sobre o Rio de Janeiro. No intervalo de tempo em questão, apenas duas edições não abordaram quaisquer temas que diziam respeito às populações fluminense e carioca: as do dia 1^o e 6 de março⁷¹. As outras 24 edições dedicaram à Cidade Maravilhosa entre 37 segundos do tempo total de duração do telejornal (tempo mínimo registrado em 12 de março) e 37 minutos e 43 segundos (tempo máximo registrado no dia 16 de fevereiro⁷², data em que a intervenção foi decretada).

Tabela 2 – Duração dos trechos sobre o Rio no “JN” entre 16/02/18 e 17/03/18

DATA	DURAÇÃO	DATA	DURAÇÃO	DATA	DURAÇÃO
16/02	37min 43s	26/02	03min 02s	8/03	04min 34s
17/02	12min 12s	27/02	05min 36s	9/03	07min 03s
18/02	Domingo	28/02	02min 27s	10/03	02min 44s
19/02	14min 25s	1 ^o /03	00min 00s	11/03	Domingo
20/02	09min 44s	2/03	02min 19s	12/03	00min 37s
21/02	05min 20s	3/03	02min 15s	13/03	04min 30s
22/02	07min 20s	4/03	Domingo	14/03	02min 45s
23/02	07min 24s	5/03	03min 45s	15/03	34min 47s
24/02	05min 14s	6/03	00min 00s	16/03	25min 18s
25/02	Domingo	7/03	09min 03s	17/03	27min 22s

⁶⁸ Jornal Nacional - Íntegra 16 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6544283/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁶⁹ Jornal Nacional - Íntegra 15 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583001/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷⁰ Jornal Nacional - Íntegra 1 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6534662/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷¹ Jornal Nacional - Íntegra 6 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6556996/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷² Jornal Nacional - Íntegra 16 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6544283/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Total de dos trechos sobre o Rio nas 26 edições: 3 horas, 51 minutos e 40 segundos

(Fonte: Autoria própria)

O amplo e contínuo destaque dado pelo “Jornal Nacional” às questões ligadas ao Rio de Janeiro já pode ser inferido, a partir dos dados sistematizados acima. Contudo, nos próximos tópicos da análise quantitativa, a compreensão dos modos como o JN representou a intervenção federal será ainda mais esmiuçada e esclarecida.

4.2. Análise quantitativa

A segunda etapa da Análise Televisual, propriamente dita, é formada por uma análise quantitativa e por um estudo qualitativo. Na análise quantitativa são aplicadas as seis categorias, anteriormente explicitadas. No que diz respeito à Estrutura Narrativa, a metodologia da Análise Televisual estabelece que devem ser considerados os formatos, os conteúdos e a divisão do telejornal em blocos. Sob esse enfoque, é possível continuar mensurando o espaço e a relevância conferidos ao Rio para as edições do “Jornal Nacional” durante o primeiro mês da intervenção. As escaladas de 17 das 26 edições, destacaram pelo menos uma chamada relativa a um VT sobre o Rio de Janeiro. E as chamadas de abertura de nove edições foram sobre a cidade, ou seja, a primeira notícia anunciada pelos âncoras tinha como tema um acontecimento do Rio. Na primeira semana do *corpus* analisado, a partir do decreto da intervenção em 16 de fevereiro, o “Jornal Nacional” abriu quatro edições com matérias sobre a cidade e incluiu reportagens sobre a intervenção federal na escalada de outras duas edições. Somente em 23 de fevereiro⁷³, sete dias após o início do processo de transferência do comando das forças de segurança pública, o Rio deixou de figurar entre os principais destaques da edição do “JN”. Esta ausência da relevância conferida à cidade se repetiu em outras nove edições.

4.2.1. Estrutura Narrativa

Cabe realçar as edições de 16 de fevereiro e 15 de março, quando ambas as escaladas ou aberturas do telejornal abordaram o Rio de Janeiro. Na primeira edição, os destaques são relacionados ao decreto da intervenção federal, assinado mais cedo naquele dia. Na segunda, as reportagens são relacionadas ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do

⁷³ Jornal Nacional - Íntegra 23 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6544283/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

motorista Anderson Gomes, na noite do dia 14 de março. Em ambas as edições, o primeiro bloco do telejornal também foi totalmente dedicado a esses assuntos. Notícias sobre o Rio foram predominantes nos primeiros blocos de outras 3 edições: nos dias 17 de fevereiro⁷⁴, 16⁷⁵ e 17 de março⁷⁶, também por causa dos acontecimentos já mencionados.

Majoritariamente, as reportagens que tratam sobre o Rio de Janeiro aparecem com frequência no primeiro bloco das edições. É o caso de 19 edições que trazem pelo menos um VT sobre a cidade no primeiro bloco, que pode ser considerado o mais nobre do programa, por conter os destaques mais importantes daquele dia. Em outras 10 edições, o primeiro VT a ser exibido evidenciava temática relativa à cidade.

Tabela 3 – Presença de notícias sobre Rio no início das 26 edições do “JN”

Edições com notícias sobre o Rio na escalada	17
Edições com notícias sobre o Rio abrindo a escalada	9
Edições com notícias sobre o Rio no primeiro bloco	19
Edições com notícias sobre o Rio abrindo o primeiro bloco	10
Edições somente com notícias sobre o Rio no primeiro bloco	5

(Fonte: Autoria própria)

Os formatos dos conteúdos e formatos noticiosos analisados são organizados em três tipos de estruturas narrativas: 1. Matéria ou VT - reportagem com texto off ilustrado com imagens de apoio, uma “passagem” do repórter, ou seja, um trecho da matéria em que a imagem do repórter aparece no vídeo, geralmente fazendo transição de um aspecto da matéria para outro seguida de sonoras ou depoimentos de entrevistados; 2. Notas Cobertas, textos enunciados com as vozes dos apresentadores em off acompanhadas de imagens do acontecimento e 3. Links ao vivo, entradas em tempo de real de repórteres espalhados por localidades diversas do Brasil. A predominância é a do modelo tradicional, ou seja, de matéria ou VT. No período estudado, entre os 73 textos noticiosos em áudio e vídeo do JN sobre o Rio, 56 foram produzidos e veiculados neste formato. Isso demonstra que a maioria das informações relativas ao Rio é transmitida através da forma mais usual e completa possível

⁷⁴ Jornal Nacional - Íntegra 17 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511887/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷⁵ Jornal Nacional - Íntegra 16 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6586260/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷⁶ Jornal Nacional - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

nos telejornais. Foram ainda veiculadas 13 notas cobertas e 4 links ao vivo, em acordo com a tabela abaixo.

Tabela 4 – Formatos dos VTs sobre Rio no início das 26 edições do “JN”

Formato tradicional (passagem, sonoras e imagens de apoio)	56 VTs
Nota coberta pelo âncora	13 VTs
Links ao vivo	4 VTs

(Fonte: Autoria própria)

4.2.2. Temática

É possível identificar que os VTs sobre o Rio de Janeiro são, comumente, dedicados à questões relacionadas à capital e à região metropolitana, com exceção de uma única matéria no dia 3 de março, quando o interior do estado é abordado em uma nota coberta de apenas 18 segundos lida pelo âncora com informações sobre estragos deixados por uma tempestade na cidade de Petrópolis. Todos os outros 72 VTs focam a capital, ainda que muitos façam referência à intervenção federal que abrange todo o estado.

A segurança pública é o tema principal dos VTs: 62 deles estão relacionados a essa área. Os outros 11 transitam entre a corrupção e o desvio do dinheiro público (denunciados através da Operação Lava Jato); a inépcia das administrações públicas municipal e estadual; o obituário (há um VT sobre a morte da atriz Tônia Carrero); o carnaval de 2018 (há um VT sobre o desfile do bloco da cantora Anitta no Centro do Rio) e, como já citado, uma única notícia que menciona o interior do estado. A tabela seguinte mostra as temáticas das matérias estudadas.

Tabela 5 – Principais eixos temáticos dos 73 VTs sobre o Rio nas 26 edições do “JN”

Segurança pública	62 VTs
Corrupção e desvio de dinheiro público (Operação Lava Jato)	5 VTs
Inépcia da administração municipal	2 VTs
Inépcia da administração estadual	1 VT
Obituário	1 VT

Carnaval 2018	1 VT
Acontecimentos no interior do estado	1 VT

(Fonte: Autoria própria)

A partir de um olhar mais específico, é possível encontrar sub-temas entre os 62 VTs que tratam sobre a segurança pública. Pelo menos 29 deles abordam acontecimentos diretamente relacionados à intervenção militar: desde a assinatura do decreto, passando pela tramitação no Congresso Nacional, até a elaboração dos planos do Gabinete de Intervenção e as ações envolvendo as comunidades chamadas com frequência de “vitrine” — uma espécie de laboratório para as primeiras ações das Forças Armadas que seriam replicadas em outras localidades — como a Vila Kennedy e a Vila Aliança. Esses VTs, porém, incluem também informações sobre os casos de violência na cidade, aglutinados às notícias sobre fatalidades e vítimas delas decorrentes. Outros 5 VTs tratam especificamente sobre ocorrências de tiroteios na cidade e 5 matérias ainda fazem referência a ações policiais de prisão de criminosos e apreensão de armas e drogas. As condições do sistema carcerário no estado são mencionadas em 3 VTs, enquanto 2 deles apresentam um panorama geral da situação da segurança pública no território fluminense. O crime que vitimou Marielle Franco e o motorista Anderson é o tema de 16 reportagens. A classificação “Outros” englobou 2 VTs sobre uma taxa extra de R\$ 3,00 cobrada pelos Correios para entregas no Rio, sob a justificativa de se tratar de uma área de risco. A cobrança foi considerada indevida e não chegou a vigorar.

Tabela 6 – Sub-temas dos VTs sobre segurança pública no Rio nas 26 edições do “JN”

Intervenção federal (aglutinada a episódios de violência)	29 VTs
Assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes	16 VTs
Ocorrências de tiroteios	5 VTs
Ações policiais com apreensão de armas e drogas	5 VTs
Condições do sistema carcerário no Rio	3 VTs
Panoramas gerais sobre a segurança pública no Rio	2 VTs
Outros	2 VTs

(Fonte: Autoria própria)

4.2.3. Enunciadores

A mensuração dos enunciadores, as principais vozes do “Jornal Nacional” ao longo do período de um mês, demonstra a centralidade ocupada pelas autoridades e fontes de informação oficiais em detrimento de vozes plurais da população carioca. Também pode ser notada a concentração de falas favoráveis à intervenção federal em detrimento de falas contrárias a esta ação. Assim, revela-se a ausência de equidade entre os discursos e fontes nas reportagens sobre a intervenção federal no Rio.

A equipe responsável por emitir as notícias em estúdio nas 26 edições sob análise é formada por 9 âncoras diferentes. São eles: William Bonner e Renata Vasconcellos (com mais frequência, os apresentadores fixos) e os substitutos Alexandre Garcia, Ana Paula Araújo César Tralli, Giuliana Morrone, Heraldo Pereira, Monalisa Perrone e Rodrigo Boccardi. Os repórteres com maior participação são Carlos De Lannoy (8 VTs), Ari Peixoto (em 7 VTs), Bette Lucchese (em 6 VTs), Paulo Renato Soares (4 VTs), Mônica Teixeira (4 VTs), Zileide Silva (4 VTs); Paulo Mário Martins (3 VTs), Delis Ortiz (2 VTs), Fernanda Graell (2 VTs), Hélder Duarte (2 VTs) e Pedro Bassan (2 VTs).

Observa-se uma regularidade nas enunciações de repórteres específicos sobre determinadas temáticas: os repórteres Bette Lucchese, Carlos De Lannoy, Ari Peixoto e Mônica Teixeira são os que mais aparecem em reportagens sobre a intervenção federal. Já o repórter Paulo Renato Soares é o principal responsável por apresentar notícias sobre casos de corrupção e a Operação Lava Jato. Para Zileide Silva e Júlio Mosquera, correspondentes do “Jornal Nacional” em Brasília, são designadas as pautas relacionadas à tramitação do decreto de intervenção nas casas do Poder Legislativo.

Além da repetição dos enunciadores da equipe do “JN” em relação a temas específicos, é possível notar também um padrão de vozes oficiais nos 73 VTs que formam o *corpus* deste estudo. Autoridades e instituições públicas são os principais enunciadores e formam um bloco maciço de emissores de mensagens propagadas pelo telejornal. Raul Jungmann (ex-ministro da Defesa e ministro extraordinário da Segurança Pública), General Braga Netto (interventor federal), General Eduardo Villas Bôas (comandante do Exército Brasileiro), Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados), Michel Temer (presidente da República), Luiz Fernando Pezão (governador do Rio de Janeiro), Ministra Carmen Lúcia (presidente do Supremo Tribunal Federal), entre outros, são as personalidades que mais ganham vozes nas matérias. São ouvidas ainda, através de notas oficiais, instituições como o

Comando Militar do Leste; o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Rio de Janeiro e as Polícias Federal, Rodoviária, Militar e Civil, como indicado nas tabelas seguintes.

Tabela 7 – Principais autoridades enunciadoras e nº de aparições nas 26 edições do “JN”

Raul Jungmann (ex-ministro da Defesa e ministro da Seg. Pública)	9
General Braga Netto (interventor do Rio de Janeiro)	8
Luiz Fernando Pezão (governador do Rio de Janeiro)	6
Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados)	5
Michel Temer (presidente da República)	4
Eunício Oliveira (presidente do Senado Federal)	4
Marcelo Crivella (prefeito do Rio de Janeiro)	4
Carmen Lúcia (presidente do Supremo Tribunal Federal)	3
General Eduardo Villas Bôas (comandante do Exército Brasileiro)	3
Raquel Dodge (Procuradora Geral da República)	3
Henrique Meirelles (ministro da Fazenda)	3
Torquato Jardim (ministro da Justiça)	2

(Fonte: Autoria própria)

Tabela 8 – Principais instituições enunciadoras e nº de citações nas 26 edições do “JN”

Ministério Público do Rio de Janeiro	7
Comando Militar do Leste	6
Polícia Federal do Rio de Janeiro	6
Polícia Civil do Rio de Janeiro	6
Polícia Militar do Rio de Janeiro	4
Ministério Público Federal	4
Secretaria de Administração Penitenciária do Rio (SEAP)	3
Polícia Rodoviária Federal	1

(Fonte: Autoria própria)

Os moradores do Rio de Janeiro não apareceram com a mesma frequência que as autoridades e os representantes de instituições. Chama atenção, inclusive, a ausência deles

entre os enunciadores incluídos em VTs que supostamente retratam a opinião pública sobre um determinado acontecimento. Em 16 de fevereiro, um VT intitulado “Moradores do Rio ainda não sabem o que intervenção vai mudar no dia a dia”⁷⁷ foi chamado pelo âncora Rodrigo Boccardi a partir de uma referência clara aos habitantes do Rio, como se fossem eles os enunciadores que ocupariam o lugar de fala na reportagem que se seguiria. No entanto, entre as cinco pessoas ouvidas nesta matéria do repórter Pedro Bassan, nenhuma delas poderia ser simplesmente definida como um representante da população carioca. Ganharam voz os ministro Raul Jungmann e Sérgio Etchegoyen e os especialistas Rodrigo Brandão (professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ); Breno Melaragno (professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio); Marco Aurélio Ruediger (diretor de políticas públicas da Fundação Getúlio Vargas, a FGV); Fernando Veloso (especialista em segurança pública), o qual tem outras duas aparições ao longo das 26 edições analisadas.

A primeira vez que os moradores são ouvidos, após o decreto de intervenção, aconteceu no dia seguinte ao decreto, em 17 de fevereiro. O repositor de mercado Wagner de Francisco Mendonça foi o primeiro personagem popular incluído nos VTs para comentar a novidade do reforço do Exército na administração da segurança⁷⁸. Além dele, um guia de turismo chamado Wilson Marcato também foi ouvido. Ambos se declararam favoráveis à intervenção.

A população volta a ter espaço e ter participação nas reportagens depois de 12 dias consecutivos, na edição de 3 de março de 2018⁷⁹. Quatro moradores não identificados da Vila Kennedy, comunidade que vivenciou as primeiras ações da intervenção federal, dão depoimentos em que seus rostos e vozes são distorcidos para garantir o anonimato. Entre eles, uma mulher chega a declarar que eles “não podem falar nada, não, pelo amor de Deus”, enquanto anda rápido para se afastar do repórter. Os outros três discorrem a situação caótica vivida pelos habitantes da região junto ao domínio do tráfico de drogas e demonstram encarar o socorro do Exército com olhos positivos. No dia 5 de março⁸⁰, moradores foram ouvidos novamente com o mesmo propósito. Àquela altura, os agentes de segurança estavam visitando a Vila Kennedy repetidas vezes para coibir a ação dos traficantes, retirando barricadas que

⁷⁷ Moradores do Rio ainda não sabem o que intervenção vai mudar no dia a dia. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6509572/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷⁸ Tanques e tropas do Exército voltam a aparecer nas ruas do Rio. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511755/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁷⁹ Jornal Nacional - Íntegra 3 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6549800/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸⁰ Jornal Nacional - Íntegra 5 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6553992/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

impediam a passagem de carros e sendo novamente desafiados pelos criminosos, que voltaram a erguer os obstáculos na ausência dos militares.

Cinco dias antes de serem ouvidos pelo telejornal, os moradores da Vila Kennedy protagonizaram o primeiro episódio polêmico da intervenção. No dia 23 de fevereiro, militares conferiram a documentação dos populares, fizeram uma espécie de verificação de antecedentes criminais de cada um deles e fotografaram os moradores da comunidade com os seus próprios celulares. A ação chamou atenção por se assemelhar a um fichamento, procedimento ao qual presos são submetidos ainda no início de um período de custódia, foi registrada em fotos pelo Jornal O Globo⁸¹ e retomada pela edição do Jornal Nacional daquele dia. Porém, não foi exibida nenhuma sonora de um morador falando sobre o assunto.

O mesmo aconteceu com outra medida controversa. Ao se aventar a possibilidade da expedição de mandados de busca coletivos durante a vigência da intervenção federal, o Jornal Nacional abordou esta iniciativa das autoridades em dois VTs, nos dias 19 de fevereiro⁸² e 7 de março⁸³. Em ambas as reportagens, nenhum morador foi ouvido sobre a eventual atuação policial em perímetros pré-estabelecidos, com autorização da Justiça, ao invés de em imóveis específicos. Quem se manifestou sobre o caso nas duas matérias foram os ministros Torquato Jardim (da Justiça) e Raul Jungmann (da Defesa, na ocasião), bem como o interventor General Braga Netto, em sua primeira entrevista exclusiva concedida ao telejornal. A medida, porém, não chegou a se tornar realidade graças à pressão de diversas organizações sociais.

O único caso em que os cidadãos foram ouvidos pelo Jornal Nacional para mostrar indignação diante de uma medida administrativa foi em um VT veiculado em 28 de fevereiro⁸⁴. A matéria do repórter Hélder Duarte noticiava a criação de uma taxa de R\$ 3,00 pelos Correios para entregas realizadas no Rio de Janeiro, considerada uma área de risco pela empresa pública federal devido à grande incidência de casos de roubos de carga. Nesse contexto, a manicure Roseli de Lima, o contador Pedro Guasti e o gerente de vendas Augusto Cardozo opinaram contra à cobrança, que foi suspensa por uma liminar judicial menos de dez dias depois.

⁸¹ Militares 'ficham' moradores durante operação em favelas da Zona Oeste. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/militares-ficham-moradores-durante-operacao-em-favelas-da-zona-oeste-22426554>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸² Jornal Nacional - Íntegra 19 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6516044/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸³ Jornal Nacional - Íntegra 9 Março. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6567214/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸⁴ Violência no Rio obriga moradores a pagarem taxa extra para os Correios. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6541007/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

A rarefação de reportagens que incluem depoimentos de moradores é compensada, por meio da inclusão de falas de representantes de associações, sindicatos e organizações não-governamentais. Nota-se uma escuta de diferentes grupos sociais, porém não há uma pluralidade de pontos de vista e representações diversas de posicionamentos de moradores da cidade do Rio de Janeiro. A observação de vozes da sociedade civil presentes nas narrativas, identificados sob o prisma da Análise Televisual, foi relevante para a compreensão das enunciações do Jornal Nacional e para verificar que este telejornal não oferece espaço expressivo para a população carioca nas edições estudadas.

Tabela 9 – Principais grupos enunciadore e nº de citações nas 26 edições do “JN”

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	4
Fundação Getúlio Vargas (FGV, Setor de Políticas Públicas)	2
ONG Human Rights Watch	2
Fórum de Segurança Pública	2
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	1
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos	1
Fundação Ford	1
ONG Viva Rio	1
ONG Semente do Amanhã	1
ONG Redes da Maré	1
ONG Rio de Paz	1
PROTESTE	1
Sindicato dos Policiais Civis	1

(Fonte: Autoria própria)

4.2.4. Visualidade, som e edição

A utilização recorrente de fontes oficiais de informação ficou evidente também quando foi observada a inserção de infográficos que simulam pilhas de documentos com trechos destacados para o telespectador, os quais se sobrepõem ao áudio do repórter responsável pela matéria. Notas oficiais foram, majoritariamente, apresentadas dessa maneira, bem como processos judiciais e relatórios de dados oficiais. Este recurso apareceu com frequência nas

edições analisadas do “JN”, que recorreu, constantemente, às declarações institucionais, conforme evidenciado na análise de seus principais enunciadores.

Os infográficos também foram utilizados regularmente em outros casos. O recurso foi empregado para criar uma explicação didática de trâmites complexos pouco conhecidos pelo público, como, por exemplo, o processo de votação para a aprovação do decreto de intervenção nas duas casas do Congresso Nacional. Também houve uma utilização assídua dos infográficos para situar, geograficamente, os acontecimentos registrados pelo telejornal: operações das Forças Armadas em meio à intervenção e ocorrências de crimes em áreas ou ponto específicos da cidade ganharam representações cartográficas (as ações na Vila Kennedy e o atentado à vereadora Marielle Franco são exemplos dessa prática). Os mapas também foram utilizados para ilustrar o trajeto feito pelo prefeito Marcelo Crivella na viagem que fez à Europa durante o carnaval, período em que a cidade assistiu a cenas de violência que foram utilizadas, posteriormente, para justificar o decreto de intervenção federal.

Figura 1 – Infográficos mostram mapas no “Jornal Nacional”



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

Além dos mapas, os recursos gráficos apareceram também para que fossem inseridos na tela dados relativos à administração pública. Informações como o número de roubos de carga na cidade, o dinheiro destinado à área da saúde e a porcentagem de investimento nos setores de inteligência das polícias do estado ganharam espaço dessa maneira. Isso aconteceu através de *letterings*, ou seja, palavras inseridas no vídeo através do gerador de caracteres (GC), que ocuparam parte ou totalidade da tela ou foram sobrepostos às passagens dos repórteres. Na edição de 8 de março⁸⁵, o baixo repasse de verbas estaduais para os hospitais, por exemplo, preencheu integralmente o espaço da tela e foi representado sob um *background* que associava um estetoscópio, ferramenta comum ao ofício médico, e dois maços de notas de

⁸⁵ Jornal Nacional - Íntegra 8 Março. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6564107/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

R\$ 100. Já em 22 de fevereiro⁸⁶, no caso dos dados sobre a pouca aplicação de verba nos setores de inteligência das polícias, por exemplo, a pequena porcentagem foi inserida sobre a passagem do repórter Carlos De Lannoy, caractere por caractere, enquanto ele enunciava que apenas 0,00003% dos gastos totais eram referentes ao planejamento estratégico.

Figura 2 – Dados numéricos da administração pública em infográficos



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

Além dos bastidores da aplicação dos gastos públicos, os infográficos também permitiram que o “Jornal Nacional” mostrasse o que há na “coxia” do crime organizado. Uma quadrilha de contrabandistas do Aeroporto Internacional do Galeão, presa no dia 8 de março, teve o seu esquema de atuação desvelado diante do público através de um conjunto de recursos visuais⁸⁷. No dia 26 de fevereiro, os diálogos entre integrantes de um grupo que roubava cofres de banco na capital fluminense também foram exibidos, por meio da utilização de recursos gráficos para simular na tela mensagens instantâneas trocadas pelo aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp⁸⁸. A mesma lógica foi utilizada no dia 5 de março, quando o “JN” veiculou denúncias que a produção do programa recebeu de moradores da Vila Kennedy sobre a atuação do tráfico de drogas na comunidade⁸⁹. Nesta ocasião, também foi inserida a figura de um *smartphone* que exibia a interface do aplicativo de mensagens instantâneas transmitidas no WhatsApp com falas de moradores da comunidade. Eles disseram que foram obrigados por traficantes a reinstalar barricadas retiradas pelas forças militares em ações anteriores.

⁸⁶ Jornal Nacional - Íntegra 22 Fevereiro. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6525308/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸⁷ Presa quadrilha de contrabandistas que atuava no Aeroporto Internacional do Rio. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6563763/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸⁸ Quadrilha que roubava cofres de bancos foi presa no Rio. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6534580/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁸⁹ Traficantes voltam a colocar barreiras tiradas pelo Exército em favela do Rio. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6553886/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

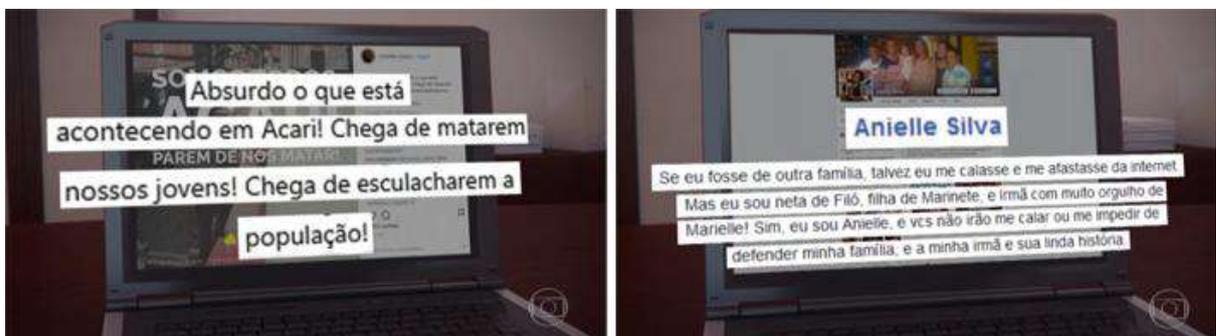
Figura 3 – Infográficos mostram os bastidores do crime organizado no Rio



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

A reprodução do conteúdo de redes sociais através da infografia permeou a construção da narrativa sobre o assassinato da Marielle Franco de maneira expressiva nas edições dos dias 15, 16 e 17 de março. Além de utilizada para dar voz aos desabafos da irmã e da filha da vereadora, Anielle e Luyara Franco, a técnica também foi utilizada para exibir publicações feitas pela parlamentar no Facebook e no Twitter antes da execução. Ganharam destaque no “JN”, através de representações gráficas que simulavam a exibição das postagens na tela de um notebook, depoimentos críticos de Marielle sobre a ação da Polícia Militar na favela de Acari, na Zona Norte do Rio⁹⁰. Porém, o JN não reproduziu as inúmeras postagens feitas pela representante do Legislativo contrárias à intervenção federal, forte marca de seu discurso desde que o decreto fora assinado pelo presidente Michel Temer. Estas postagens se referem às opiniões de Marielle sobre a intervenção; às mensagens que ela replicou do próprio partido, o PSOL/RJ, e de outros internautas que compartilhavam destes posicionamentos e a divulgação que a vereadora fez da *hashtag* #IntervençãoNãoÉASolução, um conjunto de ações não pautadas pelo principal noticiário televisivo da TV Globo no período analisado.

Figura 4 – Redes sociais foram inseridas no “JN” através de infografia



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

⁹⁰ Quem calou a voz de Marielle Franco? Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588357/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Imagens amadoras que circularam pelas redes sociais, entretanto, também compuseram diversas narrativas do *corpus* analisado veiculadas nas 26 edições do Jornal Nacional. Vídeos feitos através de celulares, gravados na posição vertical, foram inseridos em alusão a ocorrências de episódios violentos, como assaltos e tiroteios. A maioria desses vídeos tinham formato vertical (em que a altura é maior do que a largura), seguindo o tipo de enquadramento que os usuários de *smartphone* costumam registrar as imagens. Para preencher o restante da tela, a equipe de edição gráfica do telejornal utiliza um fundo na cor azul, que é encontrada também em toda a identidade visual da atração. A utilização de imagens amadoras coloca o telespectador em um papel de testemunha e de colaborador na construção de notícias. Contudo, os conteúdos em áudio e vídeo colaborativos utilizados servem mais para os jornalistas ilustrarem informações sobre fatos relevantes do que para atribuir uma leitura crítica e plural desses acontecimentos (BECKER, 2016).

O Jornal Nacional veiculou registros de cenas extremamente violentas que se passaram na capital do Rio de Janeiro, por meio de imagens amadoras gravadas por celular. O VT veiculado no dia 24 de fevereiro sobre a troca de comando das polícias do estado⁹¹, decidida pelo interventor General Braga Netto, é um exemplo da utilização desse conteúdo colaborativo. A matéria dura 1 minuto e 45 segundos e são dedicados dedica 13 segundos consecutivos para mostrar tiroteios no Morro Santa Marta, sob a perspectiva dos moradores. São utilizados dois vídeos amadores diferentes e ambos apresentam imagens pouco nítidas e com enquadramentos pouco significativos, mas o som dos tiros acaba justificando a inclusão dos trechos na atração com valor de testemunho. Assim, elementos sonoros utilizados na construção da narrativa foram utilizados, destacando a constante insegurança dos habitantes do Rio. Esta estratégia discursiva produziu um efeito de circulação de balas pela cidade de maneira praticamente onipresente e onipotente e uma percepção por parte do público de que os moradores do Rio estavam submetidos a um território perigoso. Entretanto, apesar deste cenário construído pelo telejornal, os índices de tiroteios para o primeiro bimestre do ano não estavam fechados e, posteriormente, mostraram-se inferiores aos do segundo bimestre, quando a cidade já estava sob o decreto de intervenção federal. Comparativamente, março e abril tiveram 203 ocorrências de tiroteios a mais do que janeiro e fevereiro, segundo o primeiro relatório divulgado pelo Observatório da Intervenção, reunindo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) e da base de dados Fogo Cruzado (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2018, p. 15).

⁹¹ Novo responsável pela segurança do Rio vai trocar comandos das polícias. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6530554/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Figura 5 – Imagens fora de enquadramento são utilizadas para mostrar tiroteios



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

Além dos registros feitos através dos celulares, também foram utilizadas com frequência imagens capturadas por câmeras de segurança instaladas em prédios comerciais e residenciais ou ainda as que são utilizadas pelo poder público no monitoramento das vias de trânsito. Essas imagens ocuparam espaço significativo nas 4 horas de conteúdo audiovisual analisado nesta pesquisa. No período de uma semana compreendido entre 16 e 23 de fevereiro de 2018, por exemplo, quatro edições do telejornal veicularam VTs com imagens obtidas a partir desses aparelhos eletrônicos. Os trechos cedidos à TV Globo pelos proprietários dos registros mostram, em geral, ações de bandidos em assaltos ou latrocínios.

O assalto a um bar no bairro do Flamengo, na Zona Sul do Rio, chegou a ser veiculado duas vezes em dias diferentes. Primeiramente, em um VT sobre a situação crítica da área da segurança pública no dia 16 de fevereiro⁹² e, posteriormente, foi utilizado como imagem de apoio em um VT exibido em 17 de fevereiro⁹³. A proposta desta matéria era realizar uma retrospectiva sobre a preocupação da população carioca com o crime durante as três últimas décadas. Uma ocorrência semelhante em uma churrascaria na Tijuca, na Zona Norte, também foi exibida a partir de imagens provenientes de câmeras de segurança na edição de 17 de março⁹⁴. De maneira análoga, em meio a cobertura da morte da vereadora Marielle Franco, o recurso das câmeras de segurança foi utilizado quatro vezes em um intervalo de duas edições, as dos dias 16 e 17 de março. Em ambas as ocasiões, a emissora exibiu imagens exclusivas da parlamentar sendo seguida de carro por seus executores, antes de ser assassinada junto com o motorista Anderson Gomes.

⁹² Tráfico e milícia crescem no RJ ante o fracasso de políticas de segurança. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6509613/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁹³ Violência assusta e preocupa moradores do Rio há mais de 30 anos. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511801/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁹⁴ Jornal Nacional - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Figura 6 – Imagens de câmeras de segurança exibidas pelo “Jornal Nacional”



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

Chamou atenção também a repetição de imagens que simbolizavam vultuosidade e gravidade de episódios violentos vivenciados pela população carioca. *Takes* (cenas de vídeos bem curtas) de arsenais de armas e estoques de munições foram usados na construção das narrativas sobre insegurança veiculadas pelo “JN” nas edições analisadas. O VT mostrando o panorama da insegurança no Rio de Janeiro durante os últimos 30 anos, citado anteriormente, pode ser utilizado como exemplo da inclusão reiterada de vídeos com essas características. Imagens de arquivo da TV Globo foram utilizadas para falar sobre a utilização de fuzis pelo crime organizado carioca. Quatro armamentos deste tipo ganharam destaque no vídeo, sendo que um foi mostrado, minuciosamente, por um *travelling*, movimento de câmera com deslocamento do eixo do equipamento que permite realizar registro contínuo de imagens em planos abertos. Na mesma reportagem, que durou 4 minutos e 23 segundos, um trecho de vídeo antigo sem data identificada, mostrou sete bandidos portando fuzis. Em outro momento, a equipe de edição também recorreu às imagens de arquivo de cinco revólveres e dezenas de projéteis, registrados em ângulos diferentes. O retrato de uma situação quase bélica apareceu também por meio de imagens de paredes e de vidros danificados após serem atravessados por disparos, conforme evidenciaram diversas reportagens.

Figura 7 – Imagens bélicas envolvem as narrativas sobre o Rio



(Fonte: Reprodução/Globoplay)

As imagens recuperadas do arquivo da emissora compuseram uma parcela importante das edições veiculadas, assim como os infográficos e vídeos amadores de *smartphones* ou câmeras de segurança. Para elaborar matérias com referências a acontecimentos registrados pela TV Globo anteriormente, o “JN” recorreu diversas vezes a conteúdos arquivados, inclusive a declarações, e os inseriu novamente na programação do canal, atribuindo novos significados em meio a construção de sua narrativa acerca da intervenção federal. No mesmo VT sobre a violência dos últimos 30 anos, foram veiculadas entrevistas concedidas pelos ex-governadores Leonel Brizolla, Marcello Alencar, Moreira Franco, Anthony e Rosinha Garotinho, Benedita da Silva e Sérgio Cabral abordando assuntos relacionados à segurança pública. Não só as promessas políticas foram resgatadas dessa maneira. Os episódios de violência que marcaram a história recente do Rio também foram apresentados através de vídeos antigos. Imagens de traficantes da favela da Rocinha fazendo uma salva de tiros para o alto em homenagem a um bandido morto, registradas em 1988, há três décadas, também integraram o panorama desenhado pelo telejornal no VT em questão.

Os arquivos pessoais dos personagens abordados nas reportagens foram outra fonte de imagens para o Jornal Nacional. Fotos de pessoas que foram vitimadas por ações do crime ganharam destaque nas edições. O caso mais expressivo foi o do menino Benjamin, de 1 ano e 7 meses, que foi baleado em um dos acessos ao Complexo do Alemão em 16 de março de 2018 durante um confronto entre policiais e bandidos. Em um VT de 4 minutos e 15 segundos veiculado no dia seguinte⁹⁵, o telejornal exibiu duas fotos do menino (uma mostrava ele sozinho, vestindo uma roupa estampada com um desenho animado, e em outra ele estava com os pais e a irmã) e também um vídeo dele dançando funk ainda nos primeiros meses de vida. Enquanto as imagens apareciam na tela, a repórter Priscila Chagas enunciava que ele era um “menino inocente” e “alegre”. Posteriormente, no mesmo VT, foram relatadas as mortes de outras duas pessoas, que também apareceram no vídeo a partir das imagens de arquivo pessoal. A reportagem articulou fotos das vítimas e vídeos amadores do confronto e dos momentos que o sucederam, incluindo ainda sonoras de familiares dos mortos e de especialistas de segurança produzidas pela equipe de reportagem. Fotos de criminosos fichados pela polícia também foram utilizadas para mostrá-los quando presos, foragidos ou mortos durante embates com os agentes de segurança.

Esse modelo parecido com um quebra-cabeça de vídeos e fotos de diferentes procedências permeou a edição das narrativas dissecadas nesta Análise Televisual. Foram

⁹⁵ Menino de 1 ano e mais duas pessoas morrem em tiroteio no Rio. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588304/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

intercaladas, continuamente, com as imagens produzidas pelo telejornal e o conteúdo de fontes diversificadas, conforme expresso anteriormente. Nesta miscelânea de passagens dos repórteres, vídeos de apoio, sonoras de personagens concedidas em entrevistas ou coletivas de imprensa e imagens amadoras e de arquivo, foram editadas sequências capazes de construir sentidos e direcionar a compreensão do telespectador a determinados discursos e posicionamentos.

As vozes das autoridades, por exemplo, registradas em entrevistas, em coletivas de imprensa ou a partir de vídeos disponibilizados por elas nas redes sociais, apareceram com cortes específicos, dividindo as enunciações de reportagens com frases curtas e diretas de representantes de determinados grupos sociais, como referido anteriormente. Ainda que a edição de depoimentos seja necessária para uma apresentação concisa da notícia televisiva, esse processo de decupagem de entrevistas privilegia e atribui sentidos específicos a um determinado acontecimento e, neste caso, à intervenção federal no Rio. Sob esse prisma, é possível ressaltar novamente o modo como o discurso do presidente Michel Temer foi trabalhado pelo telejornal⁹⁶, na coletiva concedida após a assinatura do decreto de intervenção em 16 de fevereiro de 2018, focalizando o trecho em que Temer afirma que a federalização das forças de segurança se justifica em decorrência da morte de inocentes no Rio de Janeiro. Este emotivo recorte escolhido esvaziou o sentido político da intervenção e prevaleceu sobre outros trechos do discurso que abordavam aspectos objetivos do processo de intervenção federal.

O mesmo processo de montagem foi utilizado na edição das imagens amadoras de celulares e de câmeras de segurança, selecionadas para mostrar trechos específicos dos momentos registrados. No caso do assalto ao bar no Flamengo, já citado para exemplificar a utilização das imagens obtidas por dispositivos vigilância eletrônica, essa exibição seletiva pôde ser claramente identificada. Na primeira exibição dos registros audiovisuais do caso⁹⁷, no dia 16 de fevereiro, imagens da ação dos assaltantes foram mostradas ao longo de 36 segundos para narrar o acontecido. Já na segunda exibição⁹⁸, em meio a um panorama geral da falta de segurança na cidade, a mesma cena foi resumida em um vídeo de apenas 3 segundos de duração, exibidos entre vários outros selecionados e editados de maneira

⁹⁶ Temer decreta intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6509571/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁹⁷ Tráfico e milícia crescem no RJ ante o fracasso de políticas de segurança. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6509613/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

⁹⁸ Violência assusta e preocupa moradores do Rio há mais de 30 anos. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511801/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

semelhante. Em alguns casos, essas imagens foram utilizadas como apoio para um *voice-over*, ou seja, eram exibidas na tela enquanto a narração do repórter podia ser ouvida, ou mesmo durante a sonora de um entrevistado.

Em vários dos 62 VTs que trataram da intervenção, as referências à crise na segurança pública do Rio de Janeiro costuraram, através dos recursos de edição, declarações das autoridades ligadas à cúpula da intervenção federal e imagens que constroem o aparente cenário caótico vivenciado pela população. A relação entre essas duas frentes discursivas estabeleceu, entre outras construções de Identidades e Valores a serem exploradas na fase qualitativa desta análise, um lugar de autoridade para os registros do telejornal sobre a violência urbana, como se as imagens que a evidenciam falassem sobre a cidade com a mesma propriedade que os principais responsáveis pela administração pública. Assim, as autoridades passaram a acreditar que a intervenção era imprescindível e as imagens do caos corroboraram suas ações e decisões.

Vozes respaldadas pelos lugares de referência que ocupam, ainda que pudessem ter credibilidade questionável, e depoimentos sobre o desgoverno completo no perímetro urbano foram retroalimentadas umas pelas outras. Essa relação será explorada mais detalhadamente na análise qualitativa, considerando os critérios de Fragmentação, Dramatização e de Identidades e Valores propostos por Becker (2012) para serem aplicados na segunda etapa da Análise Televisual, como refletimos no próximo capítulo.

5. Análise Televisual: Análise qualitativa e interpretação do resultado

O enfoque dado pelo “Jornal Nacional” à temática da segurança pública nas 26 edições analisadas demonstrou que o telejornal esteve carente de um aprofundamento dos contextos que envolvem a complexidade da situação do Rio de Janeiro. As tensões que envolvem a cidade e o estado — muitas delas exploradas no segundo capítulo deste trabalho — não foram trabalhadas a fundo por meio das matérias e reportagens elaboradas pela equipe durante o primeiro mês da intervenção federal, ainda que tenham existido tentativas neste sentido.

Como representação de um recorte da realidade, as narrativas audiovisuais noticiosas não têm por obrigação dar conta da totalidade dos acontecimentos e dos contextos em que elas se inserem, já que a seletividade é necessária para que apresentem uma duração determinada e atinjam o objetivo de captar a atenção do público e mantê-la desperta. Porém, é notório que hoje são “os processos de comunicação midiáticos que concretizam e direcionam de forma expressiva nossa percepção de mundo” (BECKER, 2012, p. 235), logo, a ausência de contextualização das notícias tende a construir sentidos superficiais e incompletos diante dos telespectadores.

5.1. Fragmentação

No caso do “JN”, um dos momentos em que essa superficialidade ficou evidente nesta análise foi durante a edição do dia 17 de fevereiro⁹⁹, o sábado que sucedeu as comemorações carnavalescas na cidade do Rio de Janeiro. Tradicionalmente, é nesta data que acontece, no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, o desfile das seis escolas de samba melhores colocadas no concurso anual. Neste ano, a campeã Beija-Flor e outras cinco agremiações cruzaram a avenida repetindo o espetáculo apresentado na folia. Enquanto isso, nas ruas, pelo menos 29 blocos oficializados pela Prefeitura do Rio levaram os foliões a se divertirem uma última vez antes que o período das festas de Momo fosse, finalmente, encerrado.

Porém, a contextualização acerca do clima dos festejos que atraem milhares de turistas em todos os meses de fevereiro (e, por vezes, março) para a cidade não ganhou espaço significativo na edição do “Jornal Nacional” que foi ao ar na data em questão. Dos 20 VTs veiculados em 17 de fevereiro, cinco tratavam sobre o Rio e apenas um mencionava os últimos momentos do carnaval na cidade. Uma matéria do repórter Diego Haidar mostrou ao

⁹⁹ Jornal Nacional - Íntegra 17 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511887/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

longo de 1 minuto e 24 segundos como foi a passagem do Bloco das Poderosas, liderado pela cantora Anitta, pela Avenida Rio Branco, no Centro. Antes disso, o âncora Heraldo Pereira chamou a reportagem mencionando o grande número de grupos que ainda se divertiam nas vias cariocas. Mas, ainda assim, foram mostradas imagens de apenas um bloco.

Durante a primeira metade do VT, Anitta, seus convidados e o público falaram sobre o cortejo. Em meio a isso, por meio de um texto lido pelo repórter e inserido através de um *voice-over* coberto por imagens de apoio da multidão no carnaval de rua, a reportagem mencionou muito rapidamente o Desfile das Campeãs na Sapucaí, sem apresentar detalhes para o público. Na segunda metade do VT, predominou o debate sobre segurança pública: Diego Haidar apurou e dividiu com o público os números relativos ao policiamento ostensivo do bloco e entrevistou populares que falaram sobre o assunto. As outras quatro reportagens sobre o Rio abordaram, predominantemente, os campos temáticos da segurança pública, com enfoque na intervenção federal, decretada na véspera. Ainda que o papel do carnaval na construção da identidade carioca e a maneira como ele impacta o cotidiano urbano sejam importantes para a cidade, a narrativa sobre a federalização das forças de segurança, comparando o tempo de duração dos VTs, ganhou seis vezes mais destaque nesta edição do JN.

Outra ocasião em que o Jornal Nacional não logrou êxito em esmiuçar o contexto de um acontecimento foi a cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco. Ainda que a parlamentar fosse conhecida entre seus eleitores e partidários por conta das lutas que tratava para discutir abusos policiais e os avanços da força paramilitar das milícias, a morte dela foi tratada, em um primeiro momento, como mais um episódio relacionado à desintegração dos serviços de segurança pública no Rio.

A interpretação do crime neste sentido se deu, principalmente, em um VT veiculado em 16 de março¹⁰⁰, dia seguinte ao acontecimento, privilegiando as declarações das principais autoridades do país sobre a execução de Marielle. Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, relacionou o episódio diretamente à crise na segurança do estado. O mesmo fez Jorge Vianna, senador do Partido dos Trabalhadores pelo Acre, ao lamentar o ocorrido e dizer que queria “uma intervenção federal no Brasil todo”. A mesma lógica foi repetida pelo presidente Michel Temer ao dizer que “por isso mesmo decretamos a intervenção”. Essa sequência de declarações foi corroborada por discursos menos expressivos de outras autoridades, como o do presidente do Senado, Eunício Oliveira; da presidente do Supremo

¹⁰⁰ Autoridades dos três poderes repudiam assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6582976/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia, e dos ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, o governador Luiz Fernando Pezão e o prefeito Marcelo Crivella. A matéria, que durou 8 minutos e 24 segundos, não mencionou em momento algum a posição contrária de Marielle Franco à intervenção federal, manifestada pela vereadora um mês antes de sua morte. A opinião de Marielle sobre o decreto assinado por Michel Temer apareceu três vezes no telejornal, nas edições dos dias 15, 16 e 17 de março, incluídas no *corpus* desta Análise Televisual. A contrariedade da representante legislativa à intervenção foi sintetizada duas vezes em passagens do repórter Paulo Renato Soares, em dois VTs diferentes nas edições dos dias 15¹⁰¹ e 17 de março¹⁰². A posição de Marielle também foi rapidamente mencionada durante uma matéria que mostrava a cobertura internacional do fato: entre tantos veículos de imprensa estrangeiros, o *The New York Times* mencionou que ela era contra a federalização das forças de segurança fluminenses e isso foi replicado de maneira breve pelo JN.

O destaque dado a informação foi mínimo nas três ocasiões em questão e não correspondeu a importância dada ao tema pela própria vereadora em suas redes sociais e no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio durante o mês que antecedeu o assassinato, coincidentemente, o primeiro mês de intervenção. Mesmo quando o telejornal registrou uma fala da deputada federal Luiza Erundina sobre a morte de Marielle — ambas filiadas ao PSOL — não houve menção à posição da vereadora. Na edição do dia 17 de março¹⁰³, em meio à cobertura vultosa do caso Marielle, a âncora Renata Vasconcellos leu durante 32 segundos uma nota coberta sobre um pedido feito pelo PSOL ao Supremo Tribunal Federal para que houvesse uma revisão da intervenção federal no Rio. Ainda que existisse uma confluência de assuntos na edição, envolvendo Marielle e sua posição consonante à posição de seu partido, este aspecto não foi explorado pelo telejornal.

Além de não propor um questionamento à associação da execução da vereadora com os outros casos violentos que acometiam a cidade, o *Jornal Nacional* também escolheu não amplificar o discurso dela sobre os acontecimentos mais recentes acerca da federalização da segurança pública fluminense. A utilização do crime como justificativa para a intervenção, conforme feito pelas autoridades que ganharam voz no telejornal sem que existisse espaço para o contrário, repercutiu negativamente entre os apoiadores de Marielle. Nas ruas, em

¹⁰¹ Multidão emocionada se despede de Marielle Franco na Câmara. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6582914/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

¹⁰² Quem calou a voz de Marielle Franco? Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588357/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

¹⁰³ *Jornal Nacional* - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

protestos que cobravam uma resposta para a morte, populares passaram a exhibir cartazes com os dizeres “Intervenção: não em nosso nome” e a reverberar as opiniões manifestadas pela parlamentar sobre o decreto intervencionista. Ainda assim, as notícias do JN sobre essas manifestações populares não abriram espaço para o debate sobre a intervenção e focalizaram apenas pedidos de uma investigação célere e efetiva para o episódio.

Também não foram exploradas pelo telejornal as outras ocasiões em que o poder público estadual do Rio entregou o comando das forças de segurança para a esfera federal, antes da redemocratização em 1988. Embora o Jornal Nacional tenha classificado a intervenção decretada em fevereiro de 2018 como a primeira desde a promulgação da Constituição Federal, o telejornal não contextualiza historicamente este tipo de ação, que é um recurso já utilizado durante a República Velha e o Estado Novo, conforme explicitado no segundo capítulo desta pesquisa, nas páginas 17 e 18. Os motivos e outros dados relevantes acerca das intervenções já empreendidas no Brasil, bem como suas consequências e resultados não foram temas das matérias do telejornal da TV Globo, o que também pode ter contribuído para uma lacuna de compreensão acerca da conjuntura entorno da intervenção federal.

Além da contextualização fragmentada sobre as circunstâncias relacionadas à federalização parcial ou total do poder de comando estadual, o Jornal Nacional também não se aprofundou nas questões sociais do Rio que levaram à formação do quadro crítico veiculado através das matérias veiculadas, conforme mencionado anteriormente. Ainda que o noticiário tenha exibido dois VTs com um panorama geral sobre a segurança pública no estado, o foco foi estritamente em ações governamentais para estancar crises pontuais e em episódios chocantes de violência que ficaram na memória da população fluminense. Porém, não houve uma proposta de debate sobre as raízes da barbárie e sobre a maneira como a segregação social foi catalisada pelas administrações públicas ao longo das décadas, conforme também demonstrado no segundo capítulo deste trabalho.

A fragmentação dos conteúdos veiculados no Jornal Nacional não só fez com que contextualizações relevantes deixassem de ser feitas durante as edições analisadas neste trabalho, como também criou um padrão de condensação na cobertura da intervenção federal que reverberou atos violentos como acontecimentos recorrentes, como se todo Rio de Janeiro estivesse imerso na violência, a qual se constitui nas matérias apresentadas como a principal marca da cidade e do estado. Em diversos momentos das edições estudadas, o “JN” uniu registros de vítimas fatais em latrocínios e tiroteios a notícias que narravam outros fatos. Em um VT exibido no dia 16 de março, por exemplo, o noticiário noticiou a morte do empresário Cláudio Henrique Costa Pinto diante do seu filho de 5 anos, na Zona Norte da cidade, durante

um assalto que acabou em confronto entre bandidos e polícia¹⁰⁴. O fato foi contado por meio de imagens de câmeras de segurança, imagens de arquivo e vídeos produzidos pela própria emissora após o crime. O mesmo VT, porém, também mencionou a falta de respostas sobre as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes e do jovem Matheus Mello, assassinado na favela do Jacarezinho, na Zona Norte no dia anterior. A matéria da repórter Mônica Teixeira abordou ainda o aumento do número de homicídios e o baixo investimento na estrutura das polícias fluminenses. Apesar destes dados situarem as condições de trabalho da polícia no estado do Rio, esta reportagem também é uma amostra da maneira como o “JN” uniu, diversas vezes, notícias sobre obituário a conteúdos relacionados à segurança pública e à intervenção federal.

As mortes no Rio de Janeiro no período estudado foram noticiadas muitas vezes no Jornal Nacional. Porém, sempre foram nas enunciações do telejornal em sequência e tratadas como se todas essas fatalidades tivessem como causa principal a crise da segurança, o que justificaria a intervenção federal. Essa forma de organizar as informações se repetiu, frequentemente, nos VTs analisados, refletindo o tratamento editorial conferido ao Rio de Janeiro pelo telejornal: uma cidade desgovernada e entregue ao drama. A aplicação do princípio de Dramatização permitiu entender como esta estratégia enunciativa foi utilizada de maneira recorrente pelo noticiário, como demonstrado em seguida.

5.2. Dramatização

O tom dramático das narrativas de obras ficcionais pôde ser identificado em momentos específicos e relevantes da cobertura do Jornal Nacional sobre a segurança pública no Rio de Janeiro neste estudo da cobertura do JN sobre a intervenção federal no Rio. Em algumas edições, o dia a dia na cidade foi retratado a partir do encadeamento de duas ou mais histórias entrelaçadas em um único sentido para promover a percepção que a onda de violência na cidade faz uma nova vítima a qualquer momento, processo de construção narrativa esmiuçado na página 35, do segundo capítulo deste trabalho, a partir de contribuições de Moretzsohn (2003) para esta pesquisa.

Essa foi a maneira como o JN relatou a morte do tenente da Polícia Militar, Guilherme Lopes da Cruz, na edição do dia 21 de fevereiro de 2018¹⁰⁵. O agente de segurança foi vítima de uma tentativa de assalto em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio, morto pelos assaltantes. O

¹⁰⁴ Homicídios aumentaram e investimento nas polícias do Rio diminuiu, nos últimos anos. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6586288/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

¹⁰⁵ Jornal Nacional - Íntegra 21 Fevereiro. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6522186/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

crime foi chocante por ter colocado um ponto final na vida de um homem de apenas 26 anos e também por ter acontecido dentro da área de *drive-thru* de um restaurante, enquanto o tenente retirava o pedido que fizera através da janela do carro. A linha narrativa escolhida pelo telejornal, porém, destacou a relação do tenente assassinado com outro crime que vitimou o sargento do Exército Bruno Cazuca, morto durante um arrastão em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, na manhã do dia anterior. Ele foi reconhecido pelos bandidos por conta da farda que carregava no carro e chegou a reagir ao assalto. O militar foi baleado e teve a arma roubada pelos criminosos. Quem resgatou o revólver de Bruno Cazuca em uma diligência policial na Vila Kennedy foi Guilherme Lopes da Cruz, que antes de ser assassinado havia acabado de deixar a Delegacia de Homicídios, na Barra da Tijuca, onde havia devolvido a arma para a corporação.

As histórias, que têm uma lamentável coincidência entre si, foram contadas pelo “JN” quase como se fossem uma só durante um VT de 3 minutos e 45 segundos que abordou a ação do Exército para coibir rebeliões no presídio Milton Dias Moreira em Japeri, na Baixada Fluminense. Tratava-se da primeira ação feita pelas Forças Armadas dentro de uma prisão após a assinatura do decreto de intervenção. Após informar sobre o assunto em destaque na matéria, a repórter Lília Teles disse que “a violência segue fazendo mais vítimas” no Rio e começou a listar as últimas mortes violentas registradas na cidade. Tratou-se de mais uma repetição do processo de condensação de conteúdos observado, a partir da aplicação do princípio enunciativo da Fragmentação. Entre as baixas enunciadas pela repórter, estavam o tenente Lopes da Cruz e o sargento Cazuca.

O drama envolvendo as mortes dos dois agentes de segurança e o resgate da arma de Bruno Cazuca foi contado não só pela repórter como também por um delegado da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, Brenno Carnevale. Em sua declaração ao repórter do JN, Carnevale confirmou que Guilherme Lopes da Cruz havia entregado a arma de Bruno Cazuca antes de ser morto: “Após apresentar esse armamento aqui na Delegacia de Homicídios, ele foi embora e teria sido vítima de um roubo, que acabou culminando com a morte dele”. Em seguida, imagens do enterro de Bruno Cazuca foi exibido, precedido por um “triste ritual de honras militares”, conforme classificou a repórter. A gravidez da mulher do sargento também foi destacada por Lília Telles, bem como o fato de o caixão ter sido coberto por uma bandeira do Brasil. “No enterro, mais uma família devastada”, falou a jornalista. O âncora William Bonner arrematou a matéria com uma síntese que expressou exatamente qual foi a linha narrativa eleita pelo telejornal para contar essas histórias: “É muito impressionante a história

desse subtenente. Ontem ele recuperou a arma do sargento, que hoje foi enterrado e, hoje, foi ele o assassinado”, disse Bonner.

O VT que explorou relações entre as mortes de Lopes da Cruz e Cazuca apresentou uma tendência dramática em sua narrativa que perpassou a produção da reportagem, incluindo o texto da repórter, a declaração do delegado de polícia e o modo da notícia ser apresentada no telejornal. A enunciação do apresentador do JN sobre a morte dos dois agentes de segurança, que não se conheceram em vida e foram vítimas de um latrocínio e de um arrastão em localidades distintas, na Freguesia e em Campo Grande, foram associadas na matéria como uma única ocorrência.

Caso já mencionada na análise quantitativa, a morte do menino Benjamin, de 1 ano e sete meses, no Complexo do Alemão no 17 de março também foi veiculada com contornos dramáticos na edição desta mesma data¹⁰⁶. A pureza da infância foi retratada não só através do texto do VT, como também pelas imagens da criança que foram veiculadas. Além desses aspectos, as declarações dos familiares amplificaram o tom melodramático da história. Imagens da avó do menino segurando um carrinho de bebê vazio, bastante abalada, foram registradas por moradores do Alemão, pouco após o neto ter sido atingido por disparos de arma de fogo, e foram exibidas pelo JN. A dor dos pais do bebê, Paloma Maria Novaes e Fábio Antônio da Silva, foi explorada em seus depoimentos na matéria. Outras imagens da avó do pequeno Benjamim foram usadas na reportagem. Ela estava sem camisa, vestindo roupas íntimas que cobriam os seios, e sendo contida por policiais e um familiar ao se revoltar com representantes da corporação por ser culpada da morte da criança. Vídeos amadores que mostravam a confusão no momento da troca de tiros entre policiais e traficantes também foram exibidos. Assim, a morte do bebê e de outras duas pessoas no mesmo conflito foram relatadas de maneira dramática, uma narrativa constituída entre o acontecimento e a ficção (BECKER, 2005).

A infância foi protagonista de outro VT¹⁰⁷, exibido no dia 14 de março de 2018, uma matéria de 2 minutos e 45 segundos sobre uma campanha feita pela organização não-governamental Sementes do Amanhã para arrecadar fundos e viabilizar a construção de um muro a prova de balas em torno do prédio, localizado na Vila Aliança, em Bangu, na Zona Oeste. Nesta matéria, conduzida pelo repórter Paulo Mário Martins, quatro crianças atendidas pela ONG foram ouvidas e tiveram a identidade preservada. Porém, enquanto elas relatavam

¹⁰⁶ Jornal Nacional - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

¹⁰⁷ Vila Aliança, comunidade no Rio, pede muro para se defender de tiros. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6579780/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

momentos de medo vivenciados ao ouvirem o som de tiroteios do lado de fora da instituição, foram exibidas imagens de uma das crianças desenhando, em um papel, uma figura de si mesma e de balas perdidas em seu entorno. As crianças disseram que o muro seria a oportunidade de “um novo horizonte” e foram convidadas a falar sobre os sonhos que tinham para o futuro. Uma delas disse que gostaria de fazer uma faculdade de medicina para “poder salvar pessoas”. O episódio foi veiculado após a âncora Renata Vasconcellos destacar inicialmente que a Vila Aliança é uma das localidades eleitas pela cúpula da intervenção federal no Rio como uma “comunidade vitrine”, um laboratório para as ações iniciais das Forças Armadas, o que só reforça a abordagem dramática da vida das crianças da ONG Sementes do Amanhã.

Quando o Jornal Nacional noticiou que o Governo Federal tinha admitido que a Reforma da Previdência não deveria tramitar em 2018, durante o mandato de Michel Temer, o noticiário também trabalhou com elementos narrativos dramáticos. O projeto, uma das bandeiras de Temer desde que chegou à presidência em 2016, não poderia ser aprovado pelo Congresso em meio à intervenção federal no Rio, conforme prevê a Constituição Federal. No VT de 5 minutos e 52 segundos veiculado na edição do 19 de fevereiro¹⁰⁸, uma enunciação da jornalista Delis Ortiz precedeu um depoimento do ministro da Articulação Polícia, Carlos Marun, registrado em uma coletiva de imprensa. A repórter disse que coube a Marun “jogar a toalha”, ao descrever de que forma o governo tinha desistido de dar prosseguimento à reforma. Entretanto, o telejornal ressaltou a importância da reforma previdenciária para o país. Em momento posterior da mesma matéria, a repórter afirmou: “a Reforma da Previdência continua sendo um tema urgente, imposto pelo déficit crescente no sistema de aposentadorias”. No mesmo VT, o saldo negativo das contas públicas foi relatado em voz off e ilustrado com infográficos e chamado por ela de “rombo”. Assim, o “JN” tratou em tom dramático o fato de a reforma ter sido retirada de pauta e associou o estado das finanças públicas a uma tragédia.

5.3. Identidades e Valores

A maneira com que o Jornal Nacional articulou o noticiário sobre a área de segurança pública do Rio atribuiu valores positivos à intervenção federal, foco principal da maioria das matérias veiculadas no telejornal durante o período de análise. Em momentos distintos, conforme antes também evidenciado, por meio da aplicação dos princípios de Fragmentação e

¹⁰⁸ Governo admite que reforma da Previdência não vai ser votada. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6515961/programa/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Dramatização, o telejornal produziu discursos em consonância com as declarações das autoridades, ouvidas, frequentemente, pelos repórteres. Tanto o “JN” quanto as autoridades assumiram que a federalização das forças de segurança era extremamente necessária para o estado e para a capital e, possivelmente, a única saída para resolver a violência no território fluminense.

Essa definição do valor de necessidade atribuído à intervenção se torna ainda mais evidente, em função da ausência de questionamentos expressivos sobre o assunto nas reportagens do telejornal. Há uma rarefação de discursos que colocassem em xeque as motivações do decreto de intervenção, que podem ter sido mais políticas do que administrativas, se considerados os baixos índices de aprovação do governo de Michel Temer, e também a maneira como o processo seria e acabou sendo conduzido, sem que fosse apresentado um planejamento estratégico de ação e de gestão de recursos financeiros. A discussão proposta pelo “JN” centrou-se na cobertura factual do dia a dia urbano e, para isso, amplificou as vozes de vítimas da violência e de seus familiares; de moradores de comunidades atingidos pelas ações de bandidos; de especialistas que ressaltaram, em sua maioria, a importância de intervir no Rio e, ao lado deles, de autoridades que discursaram em consonância com essa ideia de necessidade. Não houve, porém, a concessão de um espaço relevante para vozes contrárias ao decreto e para questionamentos desta ação. O Jornal Nacional construiu a noção de que casos urgentes demonstram extrema necessidade de resolução e não implicam em hesitação diante de atitudes que têm como justificativa a melhora da vida social e econômica do Rio de Janeiro e do país. Assim, pela via do senso comum, promoveu o entendimento de que para resolver um problema grave, é melhor agir depressa. E essa urgência ganhou destaque nas matérias do noticiário.

O distanciamento temporal de um mês poderia ser suficiente para reduzir uma provável euforia diante do decreto de intervenção e permitir que o telejornal promovesse um balanço da situação após os 31 primeiros dias deste processo. Porém, essa não foi a escolha editorial do JN. Em meio à cobertura da morte da vereadora Marielle Franco, em 17 de março de 2018¹⁰⁹, os repórteres Paulo Renato Soares e Flávia Januzzi chegaram a mencionar que a intervenção tinha completado o seu primeiro mês no Rio, mas não houve uma análise das consequências e dos resultados da intervenção. A jornalista Januzzi chegou a incluir em seu texto um apontamento sobre a falta de uma definição orçamentária para a federalização das forças de segurança. Porém, o seu VT focalizou a incursão de militares na comunidade da

¹⁰⁹ Jornal Nacional - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 jun. 2018.

Vila Kennedy para levar serviços comunitários aos moradores e oito deles gravaram sonoras atribuindo valores positivos à ação do Exército. O balanço do primeiro mês de atuação das Forças Armadas ficou em segundo plano.

A cobertura do JN também atribuiu ao dia a dia no Rio de Janeiro uma identidade caótica. O telejornal retratou uma cidade tomada pela violência em todas as suas instâncias, impraticável para moradores, turistas e comerciantes viverem, conhecerem e trabalharem. De fato, a frequência e a gravidades das ocorrências são mesmo assustadoras, mas a narrativa telejornalística fez parecer, em alguns momentos, que a situação chegou ao seu ápice e o crime passou a atuar de maneira generalizada, em todo o território. Essa imagem do Rio como um espaço desolador para a população serviu de justificativa para a necessidade da intervenção federal. Afinal, se as pessoas não encontram no espaço urbano as condições mínimas para viverem ao lado de seus familiares e para exercerem suas atividades pessoais e profissionais, essa localidade realmente parece precisar de medidas urgentes, mesmo que paliativas e questionáveis.

5.4. Interpretação dos resultados

Sintetizando as características da cobertura do Jornal Nacional estudada, é possível afirmar que, ao longo do primeiro mês de intervenção federal do Rio de Janeiro, as matérias do telejornal desconstroem a cidade e o estado, como “paraíso tropical”, cultivado a partir de referências históricas reverberadas pela mídia — inclusive por meio da própria televisão — e por obras artísticas da literatura, do cinema, da pintura, da fotografia, entre outras.

Nas 26 edições do JN analisadas, conforme evidenciado neste capítulo e no capítulo anterior, este processo de desconstrução esteve associado à estrutura narrativa do telejornal. As enunciações do noticiário colocaram o Rio como foco principal das notícias na maioria das edições. Os principais temas abordados foram, majoritariamente, relacionados à segurança pública; abrindo espaço para enunciadores que expressaram opiniões pouco diversas sobre a intervenção federal. As narrativas audiovisuais privilegiaram imagens, sons e declarações que estavam em consonância com a representação da cidade como um espaço bélico. Também pode ser destacada a condensação dos conteúdos que levaram diferentes notícias a serem tratadas como episódios interligado, acentuando uma crise generalizada e pouco contextualizada no Rio de Janeiro. A dramatização de acontecimentos contribuiu para justificar a necessidade da intervenção federal, como se esta fosse indiscutivelmente a única solução possível para os problemas urbanos do estado fluminense.

Foi possível identificar estratégias discursivas do Jornal Nacional que ampliaram a onda de violência no Rio de Janeiro, como argumentam Moretzsohn (2003) e Matheus (2011) ao refletirem sobre os modos como a mídia constrói esta temática em suas narrativas. Verificou-se a existência de uma rotina produtiva que cria desdobramentos de um mesmo caso, cultuando uma “memória do medo”. Assim, episódios violentos anteriores são resgatados para noticiar um novo fato, conforme destaca Matheus (2011) e é evidenciado na página 36 do segundo capítulo desta monografia. Esse tipo de práticas jornalística foi utilizada pelo JN durante a referida cobertura. São exemplos a veiculação de uma mesma notícia em diferentes matérias e em distintas edições, como a notícia sobre o citado assalto a um bar no bairro do Flamengo. As reportagens sobre este acontecimento estabeleceram um panorama da crise da segurança pública, como se todos os crimes registrados ao longo de três décadas pudessem ser creditados ao descontrole da cidade.

Ao construir um discurso que tende a retratar a intervenção federal no Rio como positiva, deixando de ressaltar visões contrárias a esta posição, o telejornal agiu em acordo com a ideologia da criminologia positivista ao cobrirem episódios violentos, como argumenta Moretzsohn (2003) ao refletir sobre o papel que as empresas jornalísticas desempenham quando passam a se considerar como um “quarto poder”. Ainda segundo a autora, conforme explicitado na página 35 do segundo capítulo desta pesquisa, o discurso midiático ecoa o discurso de fontes oficiais. Como pôde ser identificado através da aplicação da categoria Enunciadores na análise quantitativa deste estudo, as 26 edições que formam o corpus desta pesquisa reuniram um número expressivo de vozes de autoridades e representantes de instituições.

A cobertura do Jornal Nacional não deixou de abrir espaço para vozes contrárias à intervenção federal, como a da vereadora Marielle Franco. Contudo, este posicionamento da parlamentar e de outras vozes que manifestaram desacordo com esta ação militar, ganharam menos relevância nas matérias do telejornal no período estudado do que os valores positivos atribuídos pelo JN à intervenção. Esta leitura do acontecimento elaborada pelo noticiário foi propagada e partilhada por parte significativa da população do país, em função da centralidade que a televisão e o telejornal ainda exercem na sociedade brasileira (BECKER, 2016), também comprovada por meio de dados apontados na pesquisa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM, 2016), como discutido no terceiro capítulo desta pesquisa. Para Paiva e Sodré (2004) a excessiva midiatização e “espetacularização desenfreada” de acontecimentos da vida social teria como norte a

necessidade de criação de novos consensos que alimentem a hegemonia de um grupo que, historicamente, ocupa o poder (Idem, p. 125).

Diante deste contexto, é possível afirmar que a cobertura do Jornal Nacional da intervenção federal não foi semelhante àquela adotada por veículos e comunicadores que promoveram a espetacularização da referida “cidade dos artistas”, mas dialoga com a ideia de superexposição da outra face desta área urbana, relacionada diretamente com as mazelas sociais que são resultado do que Paiva e Sodré (2004) chamam de “desintegração comunitária do fato social”. No caso da cobertura da intervenção federal, as imagens construídas pelo noticiário televisivo promoveram uma espécie de desencantamento da Cidade Maravilhosa. Tratou-se da desarticulação não só da ideia da cidade como um espaço nobre e atrelado que reúne as personalidades mais bem vistas do país, como também foi promovida a desconstrução do conceito de Cidade Maravilhosa construída por meio de narrativas que ainda circulam em outras formas de plataformas de comunicação, conforme já discutido neste trabalho, e que permearam por muito tempo outros produtos televisivos da própria TV Globo, como as telenovelas, os programas de entretenimento e, inclusive, os telejornais na transmissão de grandes eventos sediados no Rio.

Ao promover, discursivamente, a desconstrução de uma imagem construída através de suas próprias narrativas, a televisão reafirma e, assim, fortalece o seu próprio papel de mediação. O noticiário assume o lugar da autoridade, de quem enuncia da palavra final, evidenciada pelas narrativas audiovisuais noticiosas veiculadas. Ao mesmo tempo, suas enunciações funcionam, estrategicamente, como pontes necessárias para ligar o público às autoridades; as vozes populares e às oficiais; desconhecidos e celebridades; bairros, zonas e regiões e cidades a cidades, estabelecendo, assim, tantas outras possíveis relações referentes ao território físico e simbólico do Rio de Janeiro. A atribuição de valores positivos à intervenção federal nada mais é do que a repetição de um padrão já estabelecido pela televisão. Trata-se do hábito de sempre se colocar como ator social relevante e imprescindível para que, através da sua mediação, o público conheça e compreenda os acontecimentos que o cerca e, a partir desse entendimento mediado, possa construir as próprias conclusões, que, dificilmente, serão alheias ao que foi apreendido a partir das narrativas televisivas. Essa forma de mediação prevaleceu na cobertura da intervenção militar. Nas pontes construídas entre televisão e telespectadores, transitaram informações enquadradas, fragmentadas, dramatizadas e ressignificadas em narrativas que, sem deixar espaço para visões positivas acerca do Rio de Janeiro, esmaeceram a autoestima das populações cariocas e fluminenses e agravam o entendimento do estado e da cidade como sedes de uma crise econômica, política e social sem

quaisquer precedentes. Assim, a única solução possível apresentada pelo telejornal para o caos e a violência do Rio de Janeiro foi a intervenção federal, sob poder decisório das Forças Armadas.

6. Considerações finais

Neste último momento do trabalho de conclusão de curso, peço licença para o deslocamento da narrativa da terceira para a primeira pessoa. Este recurso é aqui empreendido para que se possa transmitir de que maneira as narrativas noticiosas sobre o Rio de Janeiro, em especial aquelas que circulam audiovisualmente como as do Jornal Nacional aqui analisadas, são capazes de influenciar o cotidiano e os projetos de médio e longo prazo da população da cidade e também do autor desta monografia, aluno do curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eu, João Paulo Saconi Michael, brasileiro, paulista, do interior de São Paulo, natural da cidade de Itu, deixei o lugar em que nasci no segundo semestre de 2014 após ter sido aprovado na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingressar na instituição de ensino superior que almejava. Entre as opções que considerei e as vagas que busquei antes de me conseguir ingressar no Curso que agora concluo, estiveram as principais universidades públicas paulistas (como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista) e também instituições particulares (como a Faculdade Cásper Líbero), todas amplamente reconhecidas por sua excelência. Porém, foi a escolha carioca que mais me entusiasmou desde o princípio. Embora morar no Rio de Janeiro significasse estar muito distante dos laços familiares, também representava crescer e ampliar os horizontes pessoais e profissionais em um espaço que, conforme apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, foi historicamente construído como uma Cidade Maravilhosa repleta de oportunidades e com potencial para proporcionar vivências únicas. Foi exatamente a ideia de que vale a pena estar no Rio pelo menos uma vez na vida que fez com que eu quisesse me basear na cidade, na qual eu já tinha estado diversas vezes por conta da origem da minha família paterna.

Nesses quatro anos, minha experiência como um quase carioca foi recheada por momentos extremamente satisfatórios, que certamente não teriam existido em outro lugar, mas também por fases em que a situação da própria cidade me fez repensar a estadia. Foi no Rio que conquistei os meus primeiros empregos, relacionados a maior festa popular carioca, que é o carnaval, aqui representado pelo desfile das escolas de samba. Ao longo dos primeiros dois anos, fui repórter de dois portais especializados que cobriam a folia durante os 365 dias do ano. A relação com as agremiações me levou a desbravar a periferia urbana, que eu jamais teria conhecido enquanto morador dos bairros de Copacabana e da Urca, na Zona Sul. Foi a partir da expressividade cultural que me descobri um profissional de jornalismo, campo de trabalho em que alcancei voos mais altos nos dois anos seguintes, quando estagiei no Núcleo de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro, durante o auge do combate à

corrupção através Operação Lava-Jato, e, posteriormente, também na redação da Infoglobo, que produz os jornais O Globo, Extra e Expresso e a revista Época. Naquele momento, os cariocas e os brasileiros acompanhavam, através dos meios de comunicação, à intervenção federal no estado fluminense, objeto de estudo desta pesquisa. Ao longo desses quatro anos, as oportunidades que eu acreditava que encontraria no Rio de fato chegaram até mim e me fizeram crescer e ser notado profissionalmente. Com elas, porém, vieram inúmeros desafios.

O primeiro obstáculo foi descobrir onde habitar. Enquanto construía a certeza de que o Rio de Janeiro pudesse ser o meu lugar no mundo, deparei-me repetidas vezes com a sensação de que a própria cidade não tinha um lugar para mim. Moradias estudantis em condições deploráveis e com preços extremamente altos são os principais itens nas listas de classificados disponíveis na Internet para quem chega querendo estudar. O custo de vida segue o mesmo padrão: oferece poucos benefícios em troca dos valores expressivos que quase não cabem no bolso. Não couberam no meu, enquanto estudante e estagiário. Não couberam no da minha família, que me ajudou a manter as contas em dia. E me arrisco a dizer que não cabe nos bolsos de grande parte da população carioca.

Além disso, a sensação de insegurança influencia diariamente a vivência de quem ocupa o espaço carioca. Comecei a perceber, com o passar dos meses, que só conseguia descansar de verdade quando estava em minha cidade natal. Ao chegar lá, mesmo após viagens curtas de avião, sentia um cansaço que me fazia repousar por um período longo. A repetição trouxe a percepção de que, no Rio, eu estava sempre em estado de alerta. Na rua, no transporte público, na faculdade, no trabalho, nos momentos de lazer e até mesmo em casa. Construí, talvez como instinto de sobrevivência, uma necessidade de me sentir seguro o tempo todo, em qualquer lugar. E quando essa sensação de segurança não existia, era mais difícil e cansativo lidar com a rotina atribulada de quem precisou de mais de um emprego para sustentar um padrão de vida do que com o medo. Dentro do perímetro carioca, foi difícil encontrar a tranquilidade necessária para ler um livro, para curtir (e até para criar) momentos de ócio e para vivenciar os espaços públicos mais simbólicos, fosse pela situação da cidade, fosse pela agenda sempre lotada. Não tenho dúvidas de que essa dificuldade também foi encontrada pelos meus colegas de curso que deixaram os locais onde nasceram para ocupar suas vagas na UFRJ.

Enquanto estive aqui, o Rio viveu a graça de sediar uma Olimpíada, mas também viveu o horror de contabilizar mortes a perder de vista. Enquanto esta pesquisa era formulada, a cidade perdeu a vereadora Marielle Franco, incluída na bibliografia do segundo capítulo. Enquanto estas considerações ganhavam uma redação final, o Jornal Nacional, objeto desta

pesquisa, noticiava a morte de um menino de treze anos que provavelmente foi vítima de um policial civil no complexo de favelas da Maré. Enquanto estive aqui, o Rio me proporcionou momentos inesquecíveis de diversão e de exercício da profissão vivenciados durante quatro carnavais na Marquês de Sapucaí, mas também desfez muita das fantasias que eu, enquanto jovem idealista, imaginei antes de pousar no Aeroporto Santos Dumont em julho de 2014, acompanhado da minha mãe, ansiando por concretizá-las. É quase impossível manter as ideias brilhando enquanto a cidade se encontra imersa em uma atmosfera cada vez mais opaca, que desestimula os cidadãos a continuarem acreditando que o Rio é o lugar para eles no mundo. E eu acredito que muitas dessas sensações são amplificadas em nós por conta das narrativas noticiosas com as quais temos contato.

Por isso, assumindo o papel de comunicador que tenho experimentado e considerando o que pude identificar sobre os modos como a mídia opera, discursivamente, a partir deste trabalho, acredito que é meu papel prezar para que, durante o exercício da profissão, eu e meus colegas possamos encontrar brechas à homogeneidade das narrativas. Ainda que a vivência em um espaço como o Rio possa, de fato, ser extremamente complexa e permeada por episódios violentos, é imprescindível que possamos, enquanto comunicadores e jornalistas, dar visibilidade a outras visões sobre o Rio que não estejam sempre atreladas à questão da segurança pública e, caso estejam, que nos elucidem com outras soluções possíveis que não estejam, necessariamente, associadas à violência contida em uma instituição como as Forças Armadas.

Após esses quatro anos, não consegui ainda vislumbrar no horizonte qual é a melhor saída para o Rio de Janeiro. Mas consegui formular, na minha opinião, quais são as saídas que eu acredito que, além de não resolverem as crises, podem inclusive aprofundá-las. Atuando como jornalista pelo Jornal O Globo, tive a oportunidade de conversar com o ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel, nomeado Nobel da Paz em 1980 pelo trabalho no combate às ditaduras da América Latina, e aprender que “nenhum exército tem a capacidade de garantir a paz”¹. E é para que essa e outras opiniões contra-hegemônicas possam aparecer e ganhar visibilidade em nossos estudos e na mídia que pretendo continuar estudando comunicação. Acredito que há a possibilidade de revisitar e ampliar esta pesquisa em um curso de mestrado através de uma ampliação do corpus que passe a contemplar um número ainda maior de edições do Jornal Nacional ou, então, escolhendo outro telejornal que possa ter a sua cobertura sobre a intervenção federal comparada a do noticiário televisivo da TV Globo. Paralelamente, não quero deixar de continuar a tentar pluralizar cada vez mais vozes que são

registradas através das minhas reportagens nos veículos de comunicação em que atuo e nos que posso vir a atuar.

Independentemente do percurso acadêmico e profissional a ser construído daqui pra frente, sigo com a certeza de que, ainda que o Rio não seja, necessariamente, o lugar ideal para mim no mundo, foi esta cidade me fez encontrar o ideal de mim que pretendo dedicar a ele.

Referências bibliográficas

AGRJ, Arquivo Geral do Rio de Janeiro. Da Guanabara dos índios aos cariocas de todas as origens: 450 anos de história. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/linhadotempo>>. Acessado em 25 abr. 2018.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. 352p.

Arrastada por carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

ANCOP, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/11/ancop_dossie2014_web.pdf>. Acessado em 25 abr. 2018.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Amar se aprende amando**. São Paulo: Editora Record, 1985. 176 p.

BARRETO, Lima. **Capítulo VII**. In: Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: Editora Mérito, 1948. p. 38-48.

BECKER, Beatriz. **Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais**. Matrizes. 2012, v. 5, nº 2. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38335/41197>>. Acessado em 2 jun. 2018.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo, transições**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Cores, 2016. 252 p.

BECKER, Beatriz. **Mapeamento das pesquisas em Telejornalismo no Brasil: um estudo da produção acadêmico-científica de 2010 a 2014**. Famecos. 2015, v. 22, nº 4. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20534>>. Acessado em 15 jun. 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. 330 p.

BIBLIOTECA NACIONAL. **A França no Brasil: Corsários do Rei. Poeira do Império e corrida do ouro**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/francebr/marinheiros_corsarios.htm>. Acessado em 15 abr. 2018.

BRAGA, Rubem. **Os embrulhos do Rio**. In: 50 Crônicas Escolhidas. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013. p. 27-29.

BRASIL. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm>. Acessado em 15 abr. 2018.

Caso Amarildo: juíza condena 12 dos 25 policiais militares acusados. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

CATULLE-MENDÈS, Jane. *La Ville Merveilleuse*. Paris: E. Sansot, 1913. 214 p. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B41OaZg7nvRoN1ZFeExTZFp4NzQ/view>>. Acessado em 15 abr. de 2018.

César Maia fala sobre a origem da Olimpíada Rio 2016. Portal César Maia. Disponível em: <<http://www.cesarmaia.com.br/2016/08/cesar-maia-fala-sobre-a-origem-das-olimpiadas-rio-2016/>>. Acessado em 15 abr. 2018.

Chacina da Candelária faz 20 anos com autores soltos. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/chacina-da-candelaria-completa-20-anos-com-autores-soltos-826.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

Como a milícia se infiltrou na vida do Rio. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469054817_355385.html>. Acessado em 25 abr. 2018.

CORRÊA, Felipe Botelho. **A busca por segurança**: imaginário do medo e geografia urbana. *Contemporânea*, v.8, n. 1, 2010, p. 88-105.

CORREIA, João Carlos e VIZEU, Alfredo. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, Alfredo (Org) *A sociedade do telejornal*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Com intervenção, tropas irão para ruas e presídios. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/com-intervencao-tropas-irao-para-ruas-presidios-22407408>>. Acessado em 15 abr. 2018.

DE CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada**: as transformações urbanas da nova Corte Portuguesa (1808-1821). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000088.pdf>>. Acessado em 25 abr. 2018.

Eduardo Paes: os quatro mandamentos das cidades. TED Talk. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities>. Acessado em 14 jun. 2018.

Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/folheto-da-riotur-distribuido-turistas-tira-favelas-da-geografia-da-cidade-21806418>>. Acessado em 25 abr. 2018.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado – Faculdade de Administração. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>>. Acessado em 25 abr. 2018.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganam Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. 148 p.

GOVERNO FEDERAL. Forças Armadas enviam 8,5 mil militares para atuar no Rio. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/07/forcas-armadas-enviam-8-5-mil-militares-para-atuar-no-rio>>. Acessado em 15 abr. 2018.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>>. Acessado em 31 mai. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama sobre o estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>>. Acessado em 14 abr. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_rj>. Acessado em 14 abr. 2018.

JOBIM, Antônio Carlos. Samba do Avião. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tom-jobim/49065/>>. Acessado em 15 abr. 2018.

JORDÃO, Rogério Pacheco. **Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade. PUC-Rio. <Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25562/25562.PDF>>. Acessado em 15 abr. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 16 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6509708/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 17 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6511887/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 19 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6516044/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 20 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6519086/>>. Acessado em 15 mai. 2018

Jornal Nacional - Íntegra 21 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6522186/>>. Acessado em 15 mai. 2018

Jornal Nacional - Íntegra 22 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6525308/>>. Acessado em 15 mai. 2018

- Jornal Nacional - Íntegra 23 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6528471/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 24 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6530628/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 26 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6534662/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 27 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6537872/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 28 Fevereiro 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6540968/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 1º Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6544283/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 2 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6547598/>>. Acessado em 15 mai. 2018
- Jornal Nacional - Íntegra 3 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6549800/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 5 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6553992/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 6 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6556996/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 7 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6560312/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 8 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6564107/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 9 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6567214/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 10 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6569575/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 12 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6573759/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 13 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6576699/>>. Acessado em 15 mai. 2018.
- Jornal Nacional - Íntegra 14 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6579933/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 15 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583001/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 16 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6586260/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

Jornal Nacional - Íntegra 17 Março 2018. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6588397/>>. Acessado em 15 mai. 2018.

LISPECTOR, Clarice. **Sábado**. In: A Descoberta do Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 297-298.

MARQUES, Jarbas Silva. O corsário francês Duguay-Trouin “sequestrou” o Rio de Janeiro em setembro de 1711. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-corsario-frances-duguay-trouin-sequestrou-o-rio-de-janeiro-em-setembro-de-1711-47042/>>. Acessado em 15 abr. 2018.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do Medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

O eco dos 111 tiros de Costa Barros. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480370686_545342.html>. Acessado em 14 jun. 2018.

O Rio em 13 quadros. Multirio. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1116-o-rio-em-13-quadros>>. Acessado em 15 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **À deriva**: sem programa, sem resultado, sem rumo. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. 2018, v. 1. Disponível em: <http://observatoriodaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/04/RELATORIO_01_observ-interv_bx.pdf>. Acessado em 31 mai. 2018. 24 p.

ORICO, Osvaldo. **Soneto Introdutório**. In: Roteiro Sentimental do Rio de Janeiro. Niterói/RJ: Muiraquitã, 2005. 100 p.

PAIVA, Raquel. SODRÉ, Muniz. **Cidade dos artistas**: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 171 p.

PAULO, Paula Paiva. **Do “Ponha-se na rua” ao “Sai do morro hoje”**: das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”. Monografia – Faculdade de Comunicação. Curso de Jornalismo. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://jornalocasa.rao.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-hisc3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf>>. Acessado em 15 abr. 2018.

Polícia conclui que tiro que matou DG, do 'Esquentá', foi disparado por PM. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-conclui-que-tiro-que-matou-dg-do-esquentá-foi-dado-por-pm.html>>. Acessado em 14 jun. 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Rio 2016: Jogos Olímpicos e legado**. Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf>. Acessado em 25 abr. 2018.

Preso conta detalhes da morte de Tim Lopes. Terra. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI53039-EI316,00-Preso+conta+detalhes+da+morte+de+Tim+Lopes.html>> Acessado em 14 jun. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Alfabetizar em comunicação**. In: _____. A Comunicação na Educação. São Paulo: Contexto, 2014.

Menor de 15 anos confessa facadas em Jaime Gold, diz secretaria. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/menor-de-15-anos-confessa-facadas-em-jaime-gold-diz-secretaria.html>>. Acessado em 14 de jun. 2018.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
MORETZSOHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>. Acesso em 19/01/2018>. Acessado em 25 abr. 2018.

Morte de João Hélio faz dez anos com aumento de casos de latrocínios no Rio. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/morte-do-joao-helio-faz-dez-anos-com-aumento-de-casos-de-latrocinius-no-rio.ghtml>>. Acessado em 14 jun. 2018.

OROZCO, Guillermo. **Televisão: causa e efeito de si mesma**. In: CARLÓN, Mario. FECHINE, Ivana (orgs). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Companhia do Vento, 2014.
REZENDE, Guilherme Jorge de. **Retrospectiva do telejornalismo brasileiro**. In: _____. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

Réveillon no Rio tem aumento de 11,4% no número de turistas em relação ao ano passado, diz FGV. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/reveillon-gera-r-194-bilhao-para-a-economia-do-rio-diz-levantamento-da-fgv.ghtml>>. Acessado em 14 abr. 2018.

Rio tem 29 blocos de carnaval de rua neste sábado, penúltimo dia de folia; veja lista. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/rio-tem-29-blocos-de-carnaval-de-rua-neste-sabado-penultimo-dia-de-folia-veja-lista.ghtml>>. Acessado em 31 mai. 2018

Rio de Janeiro tem histórico de intervenção federal desde o Estado Novo. O Globo. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rio-de-janeiro-tem-historico-de-intervencao-federal-desde-estado-novo-22405671>>. Acessado em 15 abr. 2018.

Riotur estima 6 milhões de foliões no carnaval, com 1,5 milhão de turistas. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/prefeitura-do-rio-espera-15-milhao-de-folhoes-estrangeiros-para-o-carnaval.ghtml>>. Acessado em 14 abr. 2018.

Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. G1.
Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acessado em 14 jun. 2018.